



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

**MARIA DE LOURDES LUCENA DANTAS**

**UM OLHAR SOBRE UM MUNDO QUASE TREVAS:**

Estudo de caso no Assentamento Imbiras II,  
município de Massaranduba - PB

CAMPINA GRANDE

2001

**MARIA DE LOURDES LUCENA DANTAS**

**UM OLHAR SOBRE UM MUNDO QUASE TREVAS:**

Estudo de caso no Assentamento Imbiras II,  
município de Massaranduba - PB

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, Área de Concentração Políticas Públicas, Linha de Pesquisa Educação, Linguagem e Cultura, elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Margot Barbosa Schulze

CAMPINA GRANDE

2001

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

D192o

Dantas, Maria de Lourdes Lucena.

Um olhar sobre um mundo quase trevas [manuscrito]: estudo de caso no Assentamento Imbiras II, no município de Massaranduba, onde não existe energia elétrica./ Maria de Lourdes Lucena Dantas, 2001.

109 f.

Digitado.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2001.

“Orientação: Profa. Dra. Margot Barbosa Schulze, Centro de Ciências Sociais Aplicadas”.

1. Eletrificação. 2. Políticas públicas. 3. Desenvolvimento. 4. Cidadania. I. Título.

22. ed. CDD 333.793 2

**MARIA DE LOURDES LUCENA DANTAS**

**UM OLHAR SOBRE UM MUNDO QUASETREVAS:**

Estudo de caso no Assentamento Imbiras II,  
município de Massaranduba - PB

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, Área de Concentração Políticas Públicas, Linha de Pesquisa Educação, Linguagem e Cultura.

Aprovada em: 25 de julho de 2001.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Margot Barbosa Schulze - UEPB  
Presidente – Orientador

---

Professora Doutora Auri Donato da Costa Cunha - UEPB  
2º Membro

---

Professor Doutor Wellington José de Oliveira Pereira - UFPB  
2º Membro

*Este trabalho é dedicado à minha mãe, Antonia (in memoriam), a força que me impulsiona; ao meu pai, Abdias, exemplo de paciência e abnegação; aos meus filhos Andréa, Érico, Everton e Eduardo, frutos que fecundam; aos meus netos Rafael, Maria Eduarda e Yan Cauê, milagres da vida; e à sempre querida amiga Vitória Uchôa (in memoriam), que partiu tão cedo mas deixou um exemplo de dignidade, solidariedade e generosidade.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de coração a todas as pessoas que colaboraram para que esse trabalho pudesse ser produzido.

Aos moradores do Assentamento Imbiras II, que tão generosamente me receberam.

Ao senhor Antonio Ernesto e família, pelo carinho com que me acolheram.

Ao engenheiro Franklin de Araújo Neto, que, na condição de meu chefe imediato à época, abriu caminho para que eu pudesse fazer o Mestrado.

Ao professor Gustavo Nogueira, que deu o “empurrão” final para que eu conseguisse me inscrever para a seleção do Mestrado.

À professora Lourdes Barreto, coordenadora do Mestrado, pelo apoio desde o primeiro momento.

À professora Geralda Medeiros, pelos livros que me foram tão úteis.

Ao professor Luiz Custódio da Silva, um amigo generoso no empréstimo de livros.

A todos os professores, pela generosidade com que repartiram conhecimentos.

A todos os funcionários do Centro de PósGraduação, pela presteza do atendimento sempre que necessário.

À professora Vitória Lima, pela mão amiga no momento certo.

Aos membros da banca, pela paciência.

Aos meus filhos que, cada um à sua maneira, prestaram ajuda inestimável, principalmente meu filho Érico, que desbravou comigo os caminhos das Imbiras..

E, por fim, à professora Margot Schulze, pela orientação.

**A todos, muito obrigada.**

*Pouco conhecimento faz que as criaturas se sintam orgulhosas.*

***Muito conhecimento, que se sintam humildes.***

*É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o céu, enquanto as cheias a baixam para a terra, sua mãe.*

Leonardo da Vinci

## RESUMO

Este trabalho objetivou estudar as condições de vida no Assentamento Imbiras II, uma comunidade rural do município de Massaranduba, no Estado da Paraíba, desapropriada pelo Incra desde 1996, e onde 64 famílias viviam sem energia elétrica, à espera de que os políticos cumprissem promessas de campanha ou de que fosse executado o projeto de eletrificação elaborado pela Companhia Energética da Borborema (Celb) desde 1998. Como vivem, o que fazem, quais as suas perspectivas para o futuro, qual a sua relação com as políticas públicas, foram algumas questões que se buscou responder, num estudo de caso feito por meio de uma pesquisa participativa, entre julho de 1998 e setembro de 2000, em que foram utilizados um formulário e entrevistas gravadas. Como ponto de partida e fio condutor para orientar as discussões teóricas, buscou-se subsídio em Antonio Candido, especialmente na obra *Os parceiros do Rio Bonito*, uma pesquisa realizada também numa comunidade rural, por se tratar de um estudo de base sociológica e antropológica, o mesmo que se pretendia para este trabalho. A ausência de energia elétrica não impede que os habitantes tenham acesso aos meios de comunicação de massa como a televisão, que há muito é usada por muitos deles, graças ao sistema de bateria. Mas o fato de terem acesso a um veículo de grande penetração como a televisão não garante àquelas pessoas informações que podem modificar o seu cotidiano, principalmente no que diz respeito às mulheres, que em geral têm muitos filhos, não têm o hábito de ir ao médico e nenhuma noção de como se prevenir de doenças. A perspectiva de contar com a energia leva alguns dos moradores a fazer projetos para o futuro, incluindo a aquisição de equipamentos para facilitar o trabalho no campo ou de aparelhos eletrodomésticos. Embora sendo uma área desapropriada pelo Incra, a quem caberia orientar os moradores quanto ao melhor aproveitamento da terra, os assentados não têm qualquer apoio nesse sentido, não contam com assistência técnica para desenvolver a produção agrícola, e por isso não usaram a verba de custeio do Banco do Nordeste do Brasil para esse fim, empregando-a na aquisição de móveis e eletrodomésticos. Os resultados não surpreendem quem tiver um olhar atento para a situação do homem do campo no Brasil, especialmente os camponeses do Nordeste. Mas mostram uma dura realidade, que angustia e que instiga a se apontarem caminhos, especialmente

porque sequer o órgão responsável pela desapropriação vem cumprindo o seu papel, numa prova inequívoca de que de nada adianta tornar os camponeses proprietários se não se lhes forem oferecidas as condições necessárias para produzir e assegurar a sua cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade rural. Eletrificação. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is the analysis of life conditions in the Imbiras II Settlement, a rural community in Massaranduba county (PB), expropriated by INCRA (National Institute for Agrarian Reform), since 1996, in which there were 64 families living without enjoying the benefit of electric power. These people were waiting for the implantation of an electrification project worked out by CELB (Borborema Power Company), since 1998, which had been promised by many politicians in their various campaigns. Thus we have observed their lifestyle, activities, expectations for the future, and how they relate to public policies. These were the issues approached by a case study carried out between July 1998 and September 2000. We used the participative research method, and applied both written questionnaires and recorded interviews. We chose Antonio Candido's work *Os parceiros do Rio Bonito* as a starting point and basis for our theoretical discussions. This work is the result of a research Candido carried out in a rural community and it turned out to be his doctoral thesis. The nature of this study is sociologic and anthropologic, and this is also the nature of the present work. The lack of electric power does not stop the settlers from having access to such mass media resources as television, which they have been using for long, thanks to the battery system. However this does not assure them the gamut of information that may change their routine, mainly insofar as women are concerned. Most of them have a great many children and they do not have the habit of paying regular visits to the doctor, which may prevent a number of diseases. The expectation of the provision of electric power leads some of the settlers to make plans for the future, including the acquisition of tools that will help them in their agricultural activities, as well as household appliances. Though this is an area INCRA itself expropriated, which is supposed to provide the settlers with orientation regarding the best planting methods available, there is no such a thing: INCRA is not supportive at all, and as a result these settlers did not become aware of an opportunity available to them of making a loan from Banco do Nordeste do Brasil, which would make it possible for them to buy the furniture and electrical appliances they needed so badly. The results will not surprise anyone who is aware of the situation of the peasantry in Brazil, particularly those from Northeast Brazil, but they point out such hardships that will anguish and encourage one to try and find

alternatives, particularly because those who are supposed to do so do not care to do what they ought to. The inevitable conclusion is that expropriation alone will not work in the least; if the peasants are not given the conditions that will assure them full productivity and citizenship.

**KEY-WORDS:** Rural community. Electrification. Public Politics.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 UMA MUDANÇA DE ROTA.....</b>	<b>17</b>
2.1 COMO VIVEM E O QUE FAZEM OS IMBIRANOS.....	19
2.2 FAZ-DE-CONTA.....	22
2.3 JUSTIFICANDO O ESTUDO.....	22
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
3.1 POR CAMINHOS NUNCA DANTES CAMINHADOS.....	24
3.2 ESTUDO DE CASO NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA.....	24
3.3 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA APLICAR A METODOLOGIA.....	26
3.3.1 Os atores sociais da pesquisa.....	28
3.3.2 Como se deu a coleta de dados.....	29
3.4 SITUANDO IMBIRAS II NO MUNICÍPIO.....	31
3.4.1 Massaranduba e sua história.....	32
3.4.2 Retratando Imbiras.....	34
3.4.3 Hábitos e costumes.....	35
3.5 OS IMBIRANOS EM DADOS.....	37
3.5.1 Como se divertem os imbiranos.....	41
3.5.2 A religiosidade dos imbiranos.....	43
3.5.3 Pensando na tecnologia.....	44
3.5.4 Como estudam os imbiranos.....	45
<b>4 É ASSIM QUE NÓS SOMOS.....</b>	<b>46</b>
4.1 SABEDORIA, REVOLTA E LUTA NAS HISTÓRIAS DE VIDA.....	46
4.1.1 Curando os males do corpo numa linguagem própria.....	47
4.1.2 O futuro é aqui, apesar de tudo.....	49
4.1.3 Mulheres: um exemplo de coragem.....	50
4.1.4 Lutar para vencer.....	67
4.1.5 Breve histórico da Associação.....	70
4.1.6 Participação do Sindicato na luta pela terra.....	70
<b>5 PRETENDIDO E NÃO REALIZADO.....</b>	<b>75</b>
5.1 QUANDO PROJETOS NÃO PASSAM DE PROMESSAS.....	75
5.1.1 A questão social.....	76
5.2 A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO : COMO TUDO COMEÇOU.....	78
5.2.1 Ascensão e queda.....	81
5.3 NASCE A CHESF.....	82
5.3.1 Surge a ELETROBRÁS.....	84
5.4 CAMPINA E A ELETRICIDADE.....	85
5.4.1 Chegada da CHESF.....	86
5.4.2 A CELB.....	87
5.4.3 A CELB hoje.....	88
5.5 O BRASIL PRIVATIZADO.....	89
5.5.1 Ameaça de trevas.....	90
5.5.2 Problema antigo.....	92
5.5.3 Promessas vãs.....	94
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES I.....	105
APÊNDICES II.....	107



## 1 INTRODUÇÃO

A vida do homem do campo, para quem é da cidade, é vista de forma estereotipada. Em geral, imaginase que os habitantes da zona rural tenham hábitos e costumes muito diferentes daqueles que têm os que vivem na área urbana, como dormir cedo, por exemplo. Esse tipo de pensamento é fruto de imagens passadas e repassadas através dos tempos pela literatura ou mesmo das histórias orais relatadas pelos mais velhos. Basta uma convivência mais próxima com o mundo rural, contudo, para descobrir que se diferenças significativas existiam entre os dois mundos hoje elas praticamente inexistem.

Ao se procurar conhecer como viviam os moradores do Assentamento Imbiras II, no município de Massaranduba, na Paraíba, sem a energia elétrica, tão intrinsecamente ligada à vida citadina que parece impossível alguém poder sobreviver sem ela nos tempos atuais, descobriuse que, apesar das limitações impostas pela ausência da eletrificação, o cotidiano dessas pessoas não tem muitas diferenças do que é vivido pelos habitantes de cidades, a não ser pela óbvia tranqüilidade que há nos ambientes rurais, onde, evidentemente, não ocorram conflitos pela posse da terra. Em outros aspectos, percebeuse que devido à penetração da televisão, ali introduzida há bastante tempo e usada com bateria, o olhar daquele povo é muito semelhante ao do homem urbano.

Se o projeto inicial tivesse podido ser concretizado, teria sido possível conhecer o que era a vida daquela comunidade antes e depois da eletrificação, e com isso avaliar se modificações tinham sido introduzidas ali e que modificações eram essas. Como a intenção inicial não se realizou, a pesquisa voltouse para a forma como se processa o cotidiano daquelas famílias, enquanto aguardam que o poder público execute o projeto que vai levar luz às suas casas.

A pesquisa baseouse num estudo de caso, no qual se atuou com observação participante, utilizando-se como instrumentos um formulário, contendo perguntas que foram respondidas por representantes das famílias, e entrevistas gravadas.

Os agricultores imbiranos, descobriu-se na pesquisa, não estão sendo orientados sobre como aproveitar a área que lhes foi destinada, com a desapropriação da terra, para produzir nada além da agricultura de subsistência, mesmo tendo recebido uma verba de custeio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

para aplicar na produção agrícola. Inseridos no projeto de reforma agrária do governo, eles estão longe de se inserir no que pensa Gørgen (1989, p. 25) sobre o assunto:

Tem gente que não acredita que a reforma agrária funcione mesmo. Mas a pequena propriedade, com toda uma política agrícola contrária, continua produzindo e alimentando as cidades. Caso recebesse mais atenção e incentivo, produziria muito mais, não estaríamos importando alimentos como feijão e arroz e haveria bem-estar social para mais gente [...] Os que já conquistaram terra e hoje estão assentados, estão melhorando de vida. Pegam no pesado para valer. Procuram trabalhar em conjunto. Lutam por recursos para produzir melhor. Nos assentamentos que já existem, o povo melhorou de vida e fez as terras, antes abandonadas, produzir alimentos. Lá você encontra comunidades fortes, gente animada e contente, gente que viveu anos em terra alheia, meses em barracos de lona; e hoje tem sua terra, cultiva sua terra e alimenta seus filhos.

Outro aspecto observado naquela comunidade é quanto à saúde. Trata-se de uma população que, embora conte com um posto de saúde em Cachoeira do Gama, pequeno agrupamento humano localizado próximo ao assentamento, só tem direito a uma consulta médica uma vez por mês, o que pressupõe um atendimento limitado, dado o número de habitantes. Não recebem informações quanto à saúde preventiva, o que se constata nas conversas com as mulheres, que apesar de em geral terem muitos filhos não são orientadas sobre a necessidade de se submeter a exames ginecológicos periódicos, para prevenção de doenças inerentes à condição feminina, nem sobre métodos anticoncepcionais e planejamento familiar.

Talvez porque, como Altman coloca:

O planejamento familiar, em última instância, é uma questão que envolve a luta da propriedade contra a vida. O lugar privilegiado em que se vive esta tensão é o corpo da mulher, onde vida e propriedade se defrontam. O corpo individual da mulher no corpo social, isto é, a mulher integrada numa malha social, que determina seu valor e sua função. A falta de autonomia da mulher, sobretudo da mulher pobre, e sua família para decidir conscientemente a respeito da procriação, é o fator determinante de dependência. Esta dependência vai contra a integridade feminina, duplamente abalada, como mulher e como pobre. A mulher é instrumentalizada também duplamente como meio de procriação e como meio de produção (ALTMAN apud CUNHA, 1993, p. 172).

Existem escolas na comunidade, mas só oferecem o ensino fundamental até a quarta série. Quem quiser continuar estudando tem que se deslocar até a sede do

município de Massaranduba, o que se torna um complicador, pois a distância de 13 quilômetros, que precisam ser percorridos por estradas acidentadas e intransitáveis na época de chuva, leva a maioria a desistir. Essas dificuldades na área de educação não são novas. Já em 1888, o deputado Rodrigues Peixoto, ao discursar no Parlamento, dizia: “Temos, é verdade, grande estabelecimentos de instrução superior, alguns dos quais podem enfrentar aqueles que possuem os povos mais civilizados da Europa, mas quaaanto à instrução primária e secundária, estamos completamente atrasados” (apud DIMENSTEIN, 1994, p. 149).

Decepcionados com as eternas promessas dos homens públicos, os imbiranos demonstram seu ceticismo quanto à vinda da energia, que à época da pesquisa parecia estar bem próxima. Seu discurso, porém, deixava claro que adquiriram um grau de conscientização capaz de tornálos aptos a saber melhor escolher os governantes. Mas eles torciam para que a eletrificação chegasse, na esperança de que isso tornasse sua vida mais fácil, quer seja pela possibilidade de usar na agricultura equipamentos movidos a energia, quer seja para ter direito a usufruir as facilidades proporcionadas por eletrodomésticos como geladeira, ferro de passar, liquidificadores e outros, quer apenas para ter o direito de acender uma lâmpada e ver a casa iluminada.

A temática do trabalho foi dividida em cinco capítulos.

1. No primeiro, foi traçado um panorama do lugar, do ponto de vista da contextualização, das pessoas, do seu modo de viver e de ser, justificando o porquê da escolha desse tema.

2. No segundo capítulo tratou-se da metodologia empregada para desenvolver a pesquisa, mostrando o porquê da escolha de um estudo de caso numa abordagem qualitativa, embora sem se desprezar dados quantitativos, por meio da observação participante.

3. Quem são e o que fazem os imbiranos, suas lutas, sofrimentos e conquistas, é o que está no capítulo três, onde são reproduzidas entrevistas que permitem conhecer-se melhor quem é aquela gente.

4. Como o ponto de partida para essa investigação foi a energia elétrica, no quarto capítulo, o assunto é abordado no contexto histórico, ou seja, desde quando surgiu a eletricidade no mundo até o momento político brasileiro, quando as empresas que detêm a concessão para distribuição de energia estão sendo privatizadas e o país enfrenta um racionamento.

5. Por último, nas considerações finais, procurou-se fazer um arremate, com uma análise do que foi apurado, acrescida de sugestões para que as políticas sociais sejam aplicadas naquela comunidade, usando-se uma abordagem interdisciplinar, dado o caráter do mestrado, para que ela possa enfim estar inserida no desenvolvimento regional, como uma forma de oferecer uma contribuição à sociedade, para quem, na opinião da pesquisadora, todo trabalho dessa espécie deve se voltar.

## 2 UMA MUDANÇA DE ROTA

A decisão de estudar o modo de vida de uma comunidade rural onde não havia energia elétrica, significava, em princípio, pesquisar dois momentos de sua realidade: o antes e o depois da chegada da eletrificação. E teria sido assim se o projeto elaborado em julho de 1998 pela Companhia Energética da Borborema (CELB) tivesse sido executado conforme planejado. Mas como isso não ocorreu, e somente às vésperas da eleição municipal do ano 2000 é que a obra começou a ser realizada, não restou outra alternativa se não a de voltar a atenção para a primeira parte do objetivo pretendido de início, procurando conhecer como viviam as pessoas daquela comunidade, o Assentamento Imbiras II, área desapropriada pelo INCRA em 1996, no município de Massaranduba, na Paraíba, e quais as suas aspirações, enquanto esperavam a chegada da energia elétrica.

De início a preocupação era descobrir se a introdução da energia elétrica no dia-a-dia daquelas famílias produziria efeitos que diminuiriam ou quebrariam as barreiras entre o campo e a cidade, no entanto, ao conhecer a comunidade a atenção se voltou para outros temas, assim como ocorreu com Antonio Cândido em *Os parceiros do Rio Bonito*, sua tese de doutoramento em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Universidade de São Paulo (1954), que se tornou uma referência para quem quer estudar o modo de vida do homem do campo, dos pontos de vista sociológico e antropológico, inclusive para este trabalho, em que, ao pretender estudar a relações entre a literatura e a sociedade, pesquisando a poesia popular, como se manifesta no Cururu – dança cantada do caipira paulista.

Assim como fala Cândido (1998, p. 9):

[...] a pesquisa foi aguçando no pesquisador o senso dos problemas que afligem o caipira [...] Querendo conhecer os aspectos básicos, necessários para compreendê-lo, cheguei aos problemas econômicos e tomei como ponto de apoio o problema elementar da subsistência. E assim foi que tendo partido da teoria literária e do folclore, o trabalho lançou uma derivante para o lado da sociologia dos meios de vida; e quando esta chegou ao fim terminou pelo desejo de assumir uma posição em face das condições descritas.

No decorrer da pesquisa de campo foi possível conseguir apurar dados relativos a várias áreas, como educação, saúde, comunicação, cultura e outras, o que levou à dedução de que o princípio da interdisciplinaridade permeou o trabalho, seguindo a proposta do mestrado, porque, no dizer de Frigotto (1999, p. 26):

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento no campo das ciências sociais e no campo educativo que se desenvolve no seu bojo não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata. Decorre da própria forma de o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social.

Percebeu-se, por outro lado, que as barreiras que se supunha existirem, inicialmente, entre campo e cidade, vêm sendo quebradas paulatinamente, seja pelo contato que o homem rural tem com o citadino, em função das relações comerciais, já que a grande maioria dos moradores do assentamento faz compras em Campina Grande ou Massaranduba, seja pela presença da televisão, que faz parte da vida daquela comunidade há anos, mesmo sem a energia elétrica, pois muitas famílias possuem aparelhos que funcionam a bateria, e a influência desse meio de comunicação se faz sentir em hábitos cotidianos como o consumo de alimentos industrializados (biscoitos recheados, enlatados, refrigerantes, isqueiros etc), no uso de roupas compradas prontas e, no caso dos mais jovens, nos modelos de roupas lançados pela TV, via novelas, como minissaias, shorts, camisetas, bonés, miniblusas. Este último item estaria justificado, segundo Ciro Marcondes Filho (1990, p. 32):

Hoje já não há mais possibilidade de fugir à cultura industrializada. Caiçaras, indígenas, populações afastadas e guetos culturais já estão, de uma forma ou de outra, dentro da sociedade da televisão, do rádio, da comunicação impressa em massa. Este fato já alterou tanto suas vidas que não mais existem situações 'virgens', imunes à penetração da comunicação.

O hábito de ver televisão – novelas, especialmente – faz com que para algumas pessoas, inclusive mulheres, conduzir na cabeça uma bateria que pesa em média 5 quilos, caminhando quilômetros por estradas íngremes, seja um procedimento absolutamente normal, compensado pelo prazer de assistir ao programa favorito. Nem o preço que têm de pagar para “carregar” a bateria – cada carga custa R\$ 3 e dura em média uma semana, se o uso do aparelho de TV for

restrito – faz com que desistam da empreitada. Vale salientar que esse é um dos motivos por que todos torcem para que a energia elétrica seja logo instalada, pois os que têm TV em casa reclamam que gastam cerca de R\$ 12 por mês só com o uso do aparelho, e dizem crer que pagarão bem menos pelo consumo da eletricidade.

## 2.1 COMO VIVEM E O QUE FAZEM OS IMBIRANOS

Os dados levantados apontaram que são 64 famílias vivendo numa área rural, distante 13 quilômetros da sede do município (Massaranduba), cujo acesso é extremamente dificultado no período invernos, visto que as estradas de barro ficam intransitáveis. A maioria dessas famílias trabalha na agricultura, mas apenas quando há um bom inverno e somente para a subsistência. Em épocas de estiagem, sobrevivem trabalhando nas frentes de serviço instituídas pelo governo federal ou recebendo as cestas básicas distribuídas também pelo poder federal. Boa parte cria animais, como galinhas e perus, que são vendidos para obtenção do dinheiro com o qual são comprados roupas, calçados e outros produtos manufaturados. Alguns criam bodes, cabras, bois e vacas, que também são vendidos quando atingem a idade adulta, e o apurado é investido em bens de consumo durável. São pessoas que viveram até 1996 em terras alheias, e que durante oito anos estiveram sob a ameaça de ser expulsas do local onde nasceram, porque a terra havia sido vendida, até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriou a área, de 1.581.820 m<sup>2</sup>, que passou a ser denominada de assentamento. Desde então, os assentados são submetidos às normas do Incra, uma das quais determina que os lotes não podem ser vendidos, nem subdivididos, embora o mesmo Incra ainda não tenha providenciado a demarcação da terra e nenhum dos moradores saiba ainda quanto mede a parte que lhe coube. Essa situação leva a uma reflexão sobre o que pensa Marcelo Grondim (1982), a respeito da reforma agrária:

A expectativa era que a reforma agrária favorecesse a criação ou a ampliação de uma camada média rural com um poder aquisitivo maior e também com um maior acesso ao crédito. Este segmento social poderia servir ao mesmo tempo de amortizador frente às massas descontentes, de mecanismo para seu controle. Com efeito, a reforma agrária, onde foi realizada, não logrou os resultados anunciados. Seus altos custos de execução, a oposição dos grupos de poder afetados, a lentidão em sua aplicação, sua própria finalidade e a verificação de que a massa rural exercia uma pressão

política mais fraca que a suposta, tiveram impulso ao processo, deixando marginalizada uma alta porcentagem de beneficiários potenciais (GRONDIM, 1982, p. 126).

Por outro lado, José de Souza Martins (1998, p 142), tem outra interpretação sobre o mesmo assunto. Para ele:

Uma boa avaliação sociológica da experiência brasileira de reforma agrária, a partir da ditadura militar, seguramente mostraria que um dos equívocos de mais amplas consequências nos assentamentos realizados foi justamente o de desdenhar e querer transformar e suprimir a cultura e a sociabilidade camponesa. Um amplo pessimismo sobre a reforma agrária, na direita e na esquerda, vem justamente da prepotência técnica que faz da reforma um instrumento de transformação social forçada e muitas vezes violenta.

Ainda segundo Martins (1998, p. 142), “curiosamente, as experiências que têm dado certo são justamente muitas daquelas em que a reforma se constituiu em simples regularização fundiária, em que os trabalhadores rurais puderam preservar seu modo de vida e sua cultura”.

Essa, na verdade, é a situação dos assentados de Imbiras II. Continuam no mesmo lugar, vivendo do mesmo jeito, e, embora tenham conseguido verbas de custeio do Banco do Nordeste para investimento na produção agrícola, não aplicaram o dinheiro para esse fim e continuam praticando apenas a agricultura familiar de subsistência. Todavia, no entender de Abramovay (1998, p. 101), “a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida [...]”

É o que ocorre com aquela comunidade, para quem basta apenas que não falte o mínimo necessário à sobrevivência, comportamento que vai de encontro ao que prega o capitalismo, principalmente nesses tempos de neoliberalismo e globalização, nos quais o cidadão que não seguir à risca as normas impostas estará necessariamente à margem do processo. Percebe-se que as famílias do Assentamento Imbiras II estão incluídas na marginalização social, agora mais acentuada em função das normas ditadas pela globalização. De acordo com o pensamento de Magnoli (1997, p. 94):

A globalização é, ao mesmo tempo, uma fonte de acumulação de riquezas e um dínamo de produção de pobreza e marginalização social. Os mercados globalizados excluem imensas parcelas da população mundial, não só na África ou na América Latina, mas

também na Ásia dos Dragões, na Europa comunitária e na América anglo-saxônica. O espaço geográfico é também o espelho desse movimento de segregação econômica e social, que se manifesta em escala mundial e nacional e, de modo mais evidente, nas escalas regionais e locais.

Voltando á questão das verbas de custeio do Banco do Nordeste, se os agricultores não usaram o dinheiro para o fim específico de produzir, desviaram o crédito e certamente serão penalizados, segundo um técnico do Incra entrevistado pela pesquisadora:

Além de pagar, eles vão perder os benefícios, porque, no caso, desviaram o crédito. Isso aí se caracteriza como desvio de crédito. Se fosse aplicado o crédito concedido, se o empréstimo que tomou foi de R\$ 1 mil, ele só pagava R\$ 500. Mas se ele desviou, ele vai ter que pagar os R\$ 1 mi. É possível até que não seja liberado a outra parcela que têm a receber, porque eles vão estar inadimplentes. Porque esse crédito não é com o Incra. Esse é um financiamento normal do banco, ele é como se fosse um tomador normal lá no banco. Então ele se submete àquelas normas do banco. É difícil a situação do pessoal lá... Eles são pessoas desprovidas de maldade, são pessoas bem-intencionadas, generosas, tudo o mais, mas o mundo hoje está diferente. Você pegou logo um assentamento, vamos dizer assim, que talvez esteja numa pior situação.

Questionado se não competiria ao Incra ou a outro órgão similar oferecer um suporte técnico, orientar os moradores do Imbiras sobre como proceder com os recursos que lhes foram repassados, como utilizá-los na produção agrícola, o técnico comentou:

É estranho isso acontecer, porque a Universidade mesmo já fez um trabalho muito grande lá dentro, trabalhou muito dentro daqueles projetos, tentando exatamente... porque isso é um trabalho mais, vamos dizer assim, de tentar despertar interesse no pessoal... Até certo ponto é uma coisa difícil de explicar. Quer dizer, na verdade não existe uma assistência técnica efetiva, projeto de desenvolvimento... tem, vamos dizer assim... tem o projeto de se fazer um projeto.

Como se vê, o Incra falhou na sua missão de fornecer o suporte necessário à comunidade, pois desapropriou a terra mas não vem acompanhando as ações dos posseiros, que ficam entregues à própria sorte até para usar um dinheiro que terão que repor de qualquer forma e que estão aplicando em outros fins, o que certamente vai lhes causar problemas futuros.

O mesmo pensamento é compartilhado por um técnico da Emater que acompanhou de perto a luta dos imbiranos pela posse da terra e durante dois anos depois da desapropriação deu assistência técnica à comunidade. Segundo ele, a Emater teve que se afastar por imposição do Incra, que tomou para si a responsabilidade de acompanhar a organização dos assentados, mas falhou nessa missão.

## 2.2 FAZ-DE-CONTA

Essas pessoas, se por um lado parecem ter acesso às políticas públicas, já que existem escolas, um posto de saúde e um posto telefônico na comunidade, por outro podem ser incluídas no rol do enorme contingente de excluídos sociais do país, pois, embora disponham de escolas relativamente próximas do local onde moram, estas oferecem somente até a quarta série do ensino fundamental, e quem quiser dar continuidade aos estudos tem que se deslocar até a sede do município, o que leva a maioria a desistir de estudar, dadas as dificuldades de locomoção, como falta de transporte, estradas acidentadas e a quase impossibilidade de deslocamento na época de chuvas. O posto de saúde funciona de forma precária, e apenas uma vez ao mês um médico vai prestar atendimento ambulatorial, o que obriga os moradores do assentamento a procurarem o hospital de Massaranduba ou hospitais de Campina Grande quando precisam de assistência médica. O sistema telefônico é lento e costuma dar pane com frequência.

Com base nessas observações, buscaram-se respostas para a questão:

**Quem são e o que fazem os moradores do Assentamento Imbiras II, no município de Massaranduba, Paraíba, enquanto esperam a energia elétrica, e qual a relação dessa comunidade com as políticas sociais e públicas a ela destinadas?**

## 2.3 JUSTIFICANDO O ESTUDO

Por que estudar como vive uma comunidade rural, em pleno ano 2000 ainda sem a energia elétrica?

Por que centrar o foco na questão das políticas públicas (saúde, educação, moradia, comunicação)?

Em princípio, porque, de acordo com Bordenave (1988, p. 18) na história de todos os países há uma época em que a agricultura é a ocupação principal, a que predomina, entre a maioria da população, sendo o campo o seu habitat primordial. Segundo o autor, até pouco tempo a América Latina era um continente eminentemente agrícola e rural: “Nosso comportamento atual leva ainda em conta nossa acentuada dependência da agricultura. Daí a importância de compreender o que é a agricultura e sua relação com o processo de comunicação”.

Por outro lado, era preciso saber se o modo como a informação chega até aquela comunidade tem algo a ver com o atraso social em que vivem os seus moradores, e descobrir alguma maneira, ou algum caminho, que possa contribuir para melhorar a qualidade de vida daquela população.

O convívio com os agricultores e os dados levantados demonstraram que no assentamento não há, por exemplo, maior preocupação em produzir verduras e legumes para consumo próprio, com métodos da agricultura orgânica, o que parece indicar que as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa quanto aos benefícios que esses métodos proporcionam à saúde não encontram eco naquela comunidade, onde produtos como tomate, alface, batata inglesa, chuchu, pimentão, coentro, cebola e outros do gênero são adquiridos nas feiras livres, sem que ninguém se importe com a sua procedência, não fazendo diferença se são cultivados com ou sem agrotóxicos.

Indagados por que não plantam essas culturas, já que dispõem de espaço adequado para isso, respondem que não o fazem porque a lagarta come tudo, e eles não dispõem de defensivos agrícolas para proteger a plantação. Na sua concepção, a única saída para proteger a plantação são os produtos químicos, dando a entender que nem de longe têm idéia dos males que esses materiais causam ao meio-ambiente e à saúde humana, de acordo com ambientalistas e outros estudiosos do assunto.

## **METODOLOGIA**

### **3.1 POR CAMINHOS NUNCA DANTES CAMINHADOS**

Foram enfrentados os desafios comuns, se não a todos, à maioria dos que se propõem a fazer pesquisa social. Desde encontrar o “fio da meada”, para começar a dar os primeiros passos, até decidir qual a metodologia a ser aplicada, foram muitas as dúvidas, as hesitações.

Mas as perspectivas foram sendo alcançadas, e pôde ser definido o que se queria, optando-se por uma abordagem qualitativa e desenvolvendo um estudo de caso, como observador participante.

### **3.2 ESTUDO DE CASO NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA**

Trabalhou-se com um estudo de caso, através da observação participante, usando-se como técnicas de pesquisa formulário, entrevistas gravadas, tendo como base dados qualitativos. Das 64 famílias cadastradas no projeto de eletrificação, foram ouvidos representantes de 58% delas. Das pessoas ouvidas, 55% o foram por meio de entrevistas gravadas, que resultaram em depoimentos que são verdadeiras histórias de vida, tendo em vista a forma espontânea com que a maioria delas se expressou, e com os 45% restantes fez-se um levantamento, por meio de um formulário em que elas responderam as perguntas semi-estruturadas feitas pela pesquisadora.

Segundo Queiroz (1988, p. 21), a diferença entre história de vida e depoimento está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma destas técnicas, durante o diálogo com o informante. A autora explica que o pesquisador dirige diretamente a conversa, quando está colhendo um depoimento,

pois tem nas mãos o fio da meada que conduz a entrevista, e que da “vida” do entrevistado só lhe interessam os acontecimentos que venham a se inserir diretamente no trabalho, e por isso ele busca levar o informante a falar daquilo que lhe parece essencial. No caso específico do presente trabalho, embora se estivesse conduzindo as entrevistas, os entrevistados, pelo menos a maior parte deles, tiveram liberdade para falar o quanto e o que quiseram. A autora considera ainda como diferença fundamental entre as duas técnicas, o fato de que uma entrevista pode se esgotar num só encontro e os diálogos podem ser muito curtos, enquanto na história de vida quem conduz a conversa é o narrador, que decide o que vai relatar, devendo o pesquisador se manter silencioso tanto quanto possível. Considera-se, portanto, que em alguns aspectos esteve-se próximo da história de vida, mas é mais correto classificar as entrevistas gravadas como depoimentos.

Optou-se pela observação participante, porque, segundo Haguette (1992, p. 71), Morris Schwartz e Charlotte Green Schwartz sistematizaram a observação participante dentro de três perspectivas: 1) uma apresentação operacional do processo, na forma como ele é experimentado do ponto de vista do observador; 2) uma descrição das partes componentes do processo em termos das transações do observador no campo social que ele está observando; e 3) uma avaliação do instrumento humano e as conseqüências de sua utilização na coleta de dados. Por similaridade de pensamento, entendeu-se que esse seria um dos caminhos a percorrer, com respaldo em A. Cicourel (1975, p. 135):

Para nossos fins, definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados.

A partir dessa premissa, procurou-se estar em contato direto com os assentados, vivendo o seu dia-a-dia, partilhando o seu cotidiano, o que enriqueceu sobremaneira a pesquisa.

Ao conhecer a comunidade com a qual se ia trabalhar, verificou-se que se estava diante de um estudo de caso, porque seria preciso usarem-se vários procedimentos para a coleta de dados, como a observação, a análise de documentos, a entrevista, a história de vida e a história oral.

De acordo com Young (1960, p. 269), o estudo de caso é um método de pesquisa que pode ser definido como:

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.

Para Gil (1991), o estudo de caso apresenta algumas vantagens, a exemplo do estímulo a novas descobertas, pois:

[...] o pesquisador, ao longo de seu processo, mantém-se atento a novas descobertas. É freqüente o pesquisador dispor de um plano inicial e, ao longo da pesquisa, ter o seu interesse despertado por outros aspectos que não havia previsto. E, muitas vezes, o estudo desses assuntos torna-se mais relevante para a solução do problema do que os considerados inicialmente (GIL, 1991, p. 59).

E foi exatamente isso o que ocorreu com este trabalho, planejado inicialmente para ser desenvolvido de uma forma, e modificado depois que o caso passou a ser estudado.

Gil (1991, p. 60) ainda aponta como vantagens do estudo de caso, a ênfase da totalidade e a simplicidade dos procedimentos, mas faz um alerta quanto às possíveis limitações, considerando a mais grave delas a dificuldade de generalização dos resultados obtidos. Pode-se afirmar que isso não ocorreu, e que o processo de investigação se deu da forma mais regular possível, obedecendo aos cânones do rigor científico, com a colheita de dados no próprio ambiente dos atores sociais, num espaço em nada diferente dos demais de sua espécie.

Do ponto de vista quantitativo, foi utilizado, como citado no início do capítulo, um formulário com perguntas semi-estruturadas, que foram feitas a 45% das pessoas, cada uma delas representando uma das famílias assentadas, visando a traçar o perfil sócio-econômico, cultural e educacional (sob a perspectiva da escolaridade). Denominou-se de formulário o instrumento de coleta de dados, seguindo o que preceitua Gil (1991, p. 90), segundo o qual “[...] o formulário [modelo anexo], por fim, pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas”, diferente, portanto, do questionário, que requer que o próprio entrevistado o responda.

### 3.3 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA APLICAR A METODOLOGIA

Os pressupostos teórico-metodológicos escolhidos levaram à busca de um contato mais direto com a comunidade escolhida para trabalhar, a fim de que se pudesse “beber da fonte”, no sentido de ver de perto – e sentir – como vivem aquelas pessoas, até então apenas uma incógnita. E isso foi feito com embasamento em Haguette (1991, p. 157):

O envolvimento deliberado do investigador na situação da pesquisa é não só desejável, como essencial, por ser esta forma adequada de produzir conhecimento. Por outro lado, esta postura não pode ser unilateral. Também a população pesquisada tem que se envolver na pesquisa, de forma que pesquisadores e pesquisados formem um só corpus na busca do conhecimento: o conhecimento só pode ser gerado na prática participativa que fornece a interação entre o saber popular e o saber erudito que se fundem no processo educativo mútuo e devem levar à ação transformadora da condição de dominados.

Essa busca foi frutífera, pois puderam ser conhecidos aspectos do cotidiano daquelas pessoas que possibilitaram uma melhor compreensão de um mundo até então desconhecido, mas do qual se fazia idéia estereotipada, como imaginar que ali se vivesse um modo de vida diferente do que se vive na cidade, quando na verdade há muito mais proximidade do que se possa imaginar entre esses dois mundos. A esse propósito, Oliveira (1998, p. 19) acentua:

Bons pesquisadores, esclarece Wright Mills, não se limitam à observância de regras, mesmo porque na maioria das vezes experimentam situações que os manuais não poderiam antecipar. Além do que, pesquisar não se restringe a absorver técnicas e pô-las em prática. O cultivo da capacidade imaginadora separa o técnico do pesquisador; somente a engenhosidade saberá promover a associação de coisas, que não poderíamos sequer intentar pudessem um dia se compor, num dado cenário social. Significa aprimorar a percepção. Refinar a sensibilidade, ampliar horizontes de compreensão, comover-se diante de práticas, pequeninas na sua forma, calorosas e despendidas no seu íntimo.

A comunidade foi escolhida porque se tratava de uma localidade onde a energia elétrica ainda não havia chegado, o que chama a atenção de quem sempre

viveu em cidades e nunca se viu privado do direito ao uso da eletricidade e, portanto, sente-se instigado a investigar como se vive nessas condições.

Uma vez em contato com os atores sociais em questão, estava despertada a curiosidade da pesquisadora para a investigação sobre o modo de vida deles, sob perspectivas etnográficas, antropológicas e sociológicas, sobretudo, para compreensão dos modos de pensar, de agir, de produzir, de sentir e de ser dos assentados do Imbiras II, tal como as compreende Candido (1998, p. 17):

Aquelas, desenvolvidas sobretudo para investigar povos primitivos, reunidos na maioria dos casos em grupos pequenos e relativamente homogêneos; estas, apropriadas ao estudo das sociedades civilizadas, diferenciadas ao extremo, ligadas a territórios vastos e grande população. Esquemmatizando com certa violência, poderíamos dizer, talvez, que aquelas recorrem à descrição, atêm-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja, em princípio, todos os aspectos da cultura; estas, eminentemente sintéticas no objetivo, valem-se de amostras representativas dos grandes números, interessam-se pelas médias em que os indivíduos se dissolvem, limitando-se quase sempre a interpretar certos aspectos da cultura. Como já se escreveu, a Antropologia tende, no limite, à descrição dos casos individuais, enquanto a Sociologia tende à estatística.

Parafrazeando Candido (1998, p. 17), pode-se dizer que “o objetivo desta investigação impunha um compromisso entre ambas; não o evitei, mas não sei até que ponto o realizei com equilíbrio”. E se ao longo do trabalho foram sendo estudados autores variados, por se entender que numa investigação interdisciplinar faz-se necessário conhecer o pensamento de estudiosos de variadas tendências, é ainda em Candido que se vai encontrar apoio, quando ele fala dos autores com quem trabalhou em sua tese de doutorado:

Quanto às críticas, que ouvi dizer, alguns faziam a respeito de eu ter misturado autores tão díspares, penso que não cabem, porque toda tentativa de síntese parte necessariamente de elementos díspares. O importante é chegar a um ponto de vista integrado, harmonioso realmente explicativo. Quero ainda esclarecer que sofri muita influência de Marx, mas nunca me considerei um marxista propriamente dito, obrigado a ser coerente com a totalidade de sua filosofia. E, pensando bem, Marx também poderia sofrer reparos pelo fato de haver misturado Hegel, Ricardo [sic], Adam Smith, Malthus, economistas liberais e socialistas franceses (CANDIDO, 1998, p. 17).

### 3.3.1 Os atores sociais da pesquisa

A amostra foi fundamentada com base nos seguintes critérios:

a) Ser representante das famílias.

Baseados nesse critério, foram escolhidos indivíduos que representassem as famílias assentadas, sempre o chefe ou a chefe da família. Das 64 famílias incluídas no projeto de eletrificação, foram ouvidos, em resposta ao formulário, 26,5% dos seus representantes.

b) Ter uma história de vida para contar.

Foram selecionadas pessoas que tivessem alguma representatividade para a comunidade, como lideranças, professoras, agentes de saúde, mas também buscou-se entrevistar idosos, mulheres, jovens e crianças, para que falassem do seu dia-a-dia e de suas expectativas para o futuro, com ênfase para o que esperam dos poderes públicos com relação à comunidade em que vivem ou à sua própria vida.

Nesse aspecto, foram entrevistadas 31,5% das pessoas, do universo das 64 famílias imbiranas. Em alguns casos, mulheres (donas de casa e mães de vários filhos), estas a maioria, na verdade, e homens que estiveram diretamente envolvidos na luta pela posse da terra, recorreu-se à memória dos entrevistados, porque, como fala Chauí (1999, p. 125): “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança daquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo [...]”.

### 3.3.2 Como se deu a coleta dos dados

A coleta de dados foi iniciada, simbolicamente, no dia 20 de julho de 1999, quando se visitou pela primeira vez o sítio Imbiras, para conhecê-lo, e nesse dia ficou-se sabendo tratar-se de uma área de assentamento. Estabeleceu-se contato com as pessoas da primeira casa encontrada, e estas deram como referência o presidente da Associação de Moradores e o agente comunitário de saúde, o que pareceu um indício de que os dois eram uma espécie de referencial para a comunidade, o que acabou sendo comprovado depois.

Nessa ocasião foi possível contatar os dois e estabelecer um entendimento preliminar, durante o qual colheram-se algumas informações e o objetivo da visita

foi explicado, ou seja, a intenção de desenvolver o projeto de pesquisa naquela localidade. A explanação encontrou receptividade por parte de todas as pessoas com quem então se conversou. Como se conduzia uma máquina fotográfica, aproveitou-se para tirar algumas fotos, o que acabou se revelando uma medida acertada, pois conseguiu-se fotografar a placa do governo federal que caracterizava a terra como área de assentamento, e que quando se voltou ao local não mais se encontrava lá, ao que tudo indica destruída que fora pela ação do tempo. Foi explicado que se voltaria para começar o trabalho, mas não se marcou data.

Apenas um ano depois, já no dia 1º de agosto de 2000, é que se retornou, desta feita para combinar que se viria na semana seguinte para iniciar a pesquisa. É preciso explicar que a demora em partir para a ação se deu por fatores imprevisíveis, principalmente à longa e rigorosa temporada de chuva que atingiu a região, tornando impraticável o acesso e a locomoção.

No dia 9 de agosto chegou-se ao assentamento, enfrentando muita dificuldade na estrada de barro escorregadia, para uma permanência de três dias, como hóspede na casa do presidente da Associação de Moradores. Como era a primeira quarta-feira do mês foi possível acompanhar a reunião mensal ordinária dos assentados, que se realiza sempre nesse dia, pois a sede da entidade fica na garagem da casa do presidente. Na ocasião os presentes foram informados sobre o trabalho e solicitou-se a sua colaboração, tendo alguns respondido as perguntas do formulário.

Na noite desse mesmo dia foi visitada a escola que funciona na sala da casa da professora Fátima, onde ela alfabetiza jovens e adultos, cujas idades variam de 14 a 70 anos, sob a luz de um lampião, com as limitações de quem concluiu apenas o primeiro grau menor, conforme mostram os escritos no quadro-negro. Ouçamo-la:

Eu só estudei até a quarta... Eu não tô estudando não, mais fui matriculada... vô começar amanhã por diante... Eu ensino... eu tô ensinando segunda e terça e quarta e quinta e sexta, né... mais por causa que agora vai começar... Aí eu vô ensinar segunda, terça e quarta... e quinta e sexta eu vô pra...assistir aula... É... Porque eu sou... tem muita dificuldade na matemática, sabe?

O gás para o lampião era custeado pela professora, com o salário que recebia pelo trabalho:

É por minha conta. Estou pedindo a Deus que já chegue essa inergia, porque eu num tô mais guentano não... mais que agora o

gás subiu. Eu pagava três e cinquenta do bujão e agora tô pagano quatro. E cada botijão desse não passa 15 dias não...

Ali também se aproveitou para fazer algumas entrevistas com os alunos. As entrevistas foram não-estruturadas e usou-se o gravador.

Nos dois dias seguintes foram visitadas várias casas, entrevistados alguns moradores, tanto usando o formulário padrão quanto o gravador, e visitada também, no turno da tarde, a escola de Cachoeira do Gama, onde boa parte das crianças do assentamento estuda. Ali foi entrevistada a professora, uma estudante do terceiro ano de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, de 24 anos, que dá aulas a 34 alunos, dos quais 7 estão na quarta série e 27 na terceira série, numa classe onde o sol bate com intensidade e torna o ambiente por vezes insuportável. Ela se queixa das dificuldades em ensinar turmas diferentes, em condições precárias:

É muito complicado, pois são conteúdos diferentes e a gente tem que fazer com que os alunos se mantenham interessados e sem perturbar os outros. Eu tenho muita dificuldade para conseguir isso...

A professora ensina há três anos naquela escola, como prestadora de serviço da Prefeitura de Massaranduba. Conta que fez o Logos II, um curso que prepara professores para dar aulas no ensino fundamental. Considera inadequado o novo sistema de ensino que recomenda a não-reprovação dos alunos:

Acho que não é muito bom, não. Conheço casos de alunos que chegaram à 4ª série sem saber ler, e acho que esse problema é devido ao novo sistema de ensino, pois os alunos devem ser aprovados mesmo que não tenham as condições necessárias, e submetidos ao processo de aceleração, para recuperação.

### 3.4 SITUANDO IMBIRAS II NO MUNICÍPIO

O Assentamento Imbiras II fica localizado a 13 quilômetros da sede do município de Massaranduba, que está situado na microrregião de Campina Grande, no semiárido paraibano. Com uma área territorial de 186km<sup>2</sup>, o município ocupa 7,6 por cento da área da microrregião e 0,26 por cento da área do Estado da Paraíba. Tem uma altitude de 542 metros, latitude de 7,20028 graus e longitude de 35,78917.

Limitase, ao norte e ao oeste, com os municípios de Matinhas, Lagoa Seca e Campina Grande; ao sul, com Serra Redonda, Ingá e Campina Grande; e ao leste com Alagoa Grande.

Massaranduba está incluído na região geográfica de Brejos Serranos, que compreende Brejo, Serras e Agreste (Agreste e Caatinga Litorânea), e é um município predominantemente rural, integrado por minifúndios em sua maioria com áreas inferiores a 5 hectares. Dista 18 km de Campina Grande, 111,3 km de João Pessoa e 2.612,6 km de Brasília.

Apresenta uma extensa superfície ondulada, circundada por elevações do Planalto da Borborema. Na depressão sublitorânea há uma área baixa e colinosa, de relevo suave ondulado, drenado por rios temporários, de vales abertos e pouco profundos. A escarpa oriental, uma repentina mudança do nível observado na depressão sublitorânea, tem um traçado irregular, onde é possível notar a ruptura do relevo, principalmente no trecho central em que se encontra instalada a zona do Brejo. Nessa parte há uma área dissecada, onde os níveis mais altos superam os 600 metros, cujo clima úmido propicia uma rede de drenagem rica em córregos perenes de grande atividade erosiva. Nesse relevo de predominantemente forte, ondulado e montanhoso, com vales profundos em forma de V, as diferenças altimétricas são de cem a duzentos metros, e até maiores quando mais próximas da encarpa. Há, contudo, certos trechos, principalmente onde o relevo é menos acentuado, de formas colinosas limitando vales relativamente amplos em forma de U, cujas várzeas oferecem melhores condições de cultivo e são muito importantes para a agricultura regional.

O clima é quente-úmido, com chuvas de outono-inverno. A época chuvosa tem início no mês de março, prolongando-se em geral até agosto, mas depende da estiagem que pode ser mais ou menos pronunciada. Os meses mais chuvosos são março, maio, junho e julho. O período seco começa em setembro e prolonga-se até fevereiro, sendo dezembro o mês mais seco do ano.

As temperaturas variam muito pouco durante o ano, e as médias anuais ficam entre 22°C e 25°C. Os meses mais quentes são janeiro, fevereiro e março e os menos quentes são julho, agosto e setembro. A umidade relativa do ar costuma ser uniforme em todo o município, com médias em torno de 80%.

### 3.4.1 Massaranduba e sua história

A história de Massaranduba, cujo território pertencia a Campina Grande, começou em 1918, debaixo de uma árvore que tem esse nome, muito abundante à época, onde um cidadão de nome Antonio Gomes Barros instalou uma espécie de barraca para vender bebidas e lanches aos viajantes que por ali transitavam. Graças ao movimento crescente, outras pessoas resolveram se instalar na área, que aos poucos começou a ser habitada.

Em 1922 foi celebrada a primeira missa, numa capela que já não existe e que deu lugar à atual igreja católica, cuja padroeira é Santa Terezinha. O cemitério da cidade foi construído pela comunidade em 1940.

O primeiro sistema de iluminação pública da cidade funcionava através de um motor fornecido por Hildebrando de Vaz Ribeiro, nos final dos anos 40. O atual sistema de iluminação pública foi instalado pelo então prefeito de Campina Grande Severino Cabral, no início dos anos 60. Somente em 1970 o município passou a ser servido pela energia da CHESF, fornecida pela CELB.

Durante vários anos Massaranduba beneficiou-se do progresso da região polarizada por Campina Grande como produtora de algodão, e alcançou um relativo desenvolvimento econômico, que entrou em declínio quando a atividade algodoeira decaiu.

A emancipação política se deu a 14 de maio de 1965, e ao novo município foi incorporada parte do território de Lagoa Seca.

Atualmente, de acordo com o último censo, a população totaliza 11.692 habitantes, dos quais 5.603 são homens e 6.089 mulheres. A população rural, superior à urbana, é de 8.181 pessoas, 4.194 mulheres e 3.987 homens. Na área urbana residem 3.511 habitantes, 1.895 mulheres e 1.616 homens. O total de habitantes regrediu desde a última contagem do IBGE, em 1998, caindo de 11.828 para 11.692. E em relação ao censo realizado em 1991, essa queda foi ainda mais acentuada: eram 12.030 habitantes, dos quais 2.240 viviam na zona urbana e 9.790 no campo.

A base econômica do município é a agricultura de subsistência, que apresenta baixo índice de produtividade, sendo os principais produtos mandioca, milho, feijão, fava, mamona, algodão, cana-de-açúcar e frutas, que são vendidos e consumidos lá mesmo. Quando há excedente este é comercializado em Campina Grande.

A sede do município não tem agência bancária. Os impostos federais e estaduais são recolhidos em Campina Grande, onde também são efetuadas as transações bancárias. A população dispõe na cidade de um posto dos Correios, um escritório de apoio da Emater, cartório de registro civil, junta do serviço militar, posto de identificação do Governo do Estado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Moradores e Trabalhadores de Massaranduba, escritório da CELB e central telefônica da Telemar e de um hospital com 57 leitos.

Existem no município 21 estabelecimentos de ensino pré-escolar, com 548 alunos matriculados e 31 professores; 35 de ensino fundamental, com 3.116 matrículas efetuadas e 124 docentes; e um de ensino médio, com seis professores, onde se matricularam 70 alunos.

#### 3.4.2 Retratando Imbiras

Embora Ferreira (1988, p. 239) registre apenas a palavra embira, como sendo “S. f. Bras. 1. Designação comum a várias espécies arbustivas do gênero *Daphnopsis*, de flores inconspícuas, e que produzem boa fibra na entrecasca. Ocorrem nas matas úmidas. 2. A casca da embira branca. 3. Qualquer casca ou cipó usado para amarrar”, e nos mapas do município de Massaranduba o nome do sítio também seja para grafado dessa forma, para os moradores e para o Incra, que assim o denominou, o Assentamento é Imbiras. Pressupõe-se que foi respeitada a forma como os nativos o pronunciam, e assim é que foi adotado o nome nesse estudo.

Trata-se de uma área de difícil acesso, principalmente no inverno, quando as acidentadas estradas ficam intransitáveis, obrigando moradores e visitantes a despender muito esforço para percorrê-las.

As casas, em sua maioria, são de alvenaria, embora ainda existam algumas construções de taipa e chão de barro batido. Em média, costumam ter sala de visitas, sala de jantar, dois quartos e cozinha. Em geral os quartos não têm portas e a privacidade é garantida com a colocação de cortinas de pano. Algumas casas têm uma “casinha” no quintal para que os moradores possam satisfazer as necessidades fisiológicas e tomar banho, mas em outras eles usam o “mato” para as necessidades e banham-se no quintal.

O ponto de convergência mais próximo é a localidade de Cachoeira do Gama, um aglomerado de casas onde existe um posto de saúde para atendimento das comunidades circunvizinhas, como Imbiras, no qual é oferecido atendimento diário, por uma atendente, para pequenas ocorrências, como curativos. Uma vez por mês é possível fazer uma consulta ali com o médico clínico geral contratado pela prefeitura.

Em Cachoeira do Gama a população conta ainda com um posto telefônico, que funciona precariamente, e é onde os moradores do Imbiras mantêm contato com os familiares que residem fora. Nos finais de semana o movimento no posto é acentuado, pois é aos sábados e domingos (neste principalmente) que os que estão fora telefonam para os parentes e vice-versa.

É lá, também, onde funciona a escola e onde estão, ainda, a Igreja e o cemitério. Em suma, trata-se de um povoado para onde convergem os moradores de Imbiras II em busca dos serviços que as políticas sociais e públicas lhes oferecem, como o já citado posto de saúde, a escola, a igreja e o posto telefônico.

### 3.4.3 Hábitos e costumes

Nessa primeira estada no local da pesquisa, começou-se a anotar os hábitos de vida da família que proporcionou a hospedagem, a exemplo dos horários de dormir, de acordar, de fazer as refeições, de trabalhar, bem como o tipo de alimentação e os afazeres de cada um, enfim, viveu-se o cotidiano da família. Pressupunha-se que esses dados seriam de grande valia no comparativo geral com os mesmos dados que fazem parte do formulário a que outras pessoas responderam. Continuou-se a fazer esse trabalho na segunda parte da pesquisa, nos dias 1, 2 e 3 de setembro, quando se voltou ao assentamento para concluir o levantamento dos dados da pesquisa.

Considerou-se importante fazer anotações para depois relatar horários das atividades dos membros da família e das refeições, além dos tipos de alimentos consumidos, como o fez Candido (1998, p. 131-138):

Pela manhã, toma café simples. A expressão é não raro eufêmica, pois grande número de parceiros bebe, sob esta designação, um pouco de pó fervido na garapa, que faz assim as vezes de água e açúcar. A quantidade de pó varia conforme as posses de cada um, costumando-se, mesmo, beber garapa fervida sem ele. O café propriamente dito é, em muitas casas, reservado para visitas e

ocasiões especiais. Nas festas é de rigor, e o homem da cidade nem sempre compreende como a sua ocorrência nelas pode, por si só, constituir atrativo.

Eis o relatório dos dias vividos no sítio:

Em geral o casal se levanta bem cedo, por volta das 6 horas. A filha mais velha, de 24 anos, e o filho, de 16, levantam-se cerca de uma hora depois. A caçula, que tem 8 anos, permanece dormindo até mais tarde. Após o café da manhã, o chefe da família se dirige a Massaranduba, transportando passageiros em sua caminhonete. O garoto vai também, pois estuda na cidade. A moça cuida primeiro dos animais de pequeno porte (bodes, cabras, galinhas, perus e galos), e depois da limpeza da casa. A mãe se encarrega da cozinha e do atendimento na bodega. O almoço só é servido depois que o dono da casa retorna, por volta das 13h30min. O resto da tarde é dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos, enquanto os homens se encarregam da bodega e de outras atividades. No final do dia é hora de recolher os animais (bodes, cabras e cabritos), o que compete às filhas, já que esses animais são delas, que os vendem quando precisam comprar roupas e calçados ou outros objetos de uso próprio.

O jantar é servido entre 19 horas e 19h30min, em frente ao aparelho de televisão que fica na sala de jantar. As novelas são, de longe, o programa preferido da família, mas os noticiários também são vistos. Percebe-se aqui a forte influência desse meio de comunicação de massa sobre aquele grupo, especialmente nos jovens, que não desgrudam o olho da telinha quando estão no ar as tramas novelescas. Há como que uma intimidade entre espectadores e personagens, pois aqueles se referem a estes como se fossem pessoas do seu convívio. Assim pensa Marcondes Filho (1990, p. 9) a esse respeito:

De fato, diferente do contato com vizinhos, parentes ou amigos, a relação das pessoas com a TV é mais fácil. Elas não precisam responder (basta ouvir o que a TV fala), e têm o controle total da ação (podem decidir se querem ou não o contato). Porém, ao mesmo tempo, a televisão isola completamente as pessoas, sem que elas percebam. Vendo apresentadores, cenas, entrevistas, elas têm a ilusão de participarem do ambiente. Essa presença, contudo, é apenas **imaginária**, só existe na cabeça do telespectador. Na realidade, ele está muito só, embora sua solidão seja bastante diferente da solidão propriamente dita – a solidão existencial [grifo do autor].

Com efeito, naquela família havia um quê de solidão entre seus membros, cada um voltado para o que passava na TV, e com isso não conversavam, não trocavam idéias. Ou seja, o veículo de comunicação interferia na comunicação entre as pessoas, isolando-as, e elas nem se davam conta disso. A dona da casa, vez por outra, tentava entabular uma conversação, mas era interrompida pelos filhos, que davam a entender não quererem ser interrompidos, pois estavam mais interessados em assistir a programação televisiva. O horário de dormir, habitualmente, é entre 22h30min e 23 horas.

Chamou a atenção o fato de o consumo de frutas ser mínimo, nessa família, como de resto nas demais com quem se conversou. Os sitiantes alegam que não há, hoje, praticamente fruteiras no assentamento, por conta da seca prolongada que durou cinco anos e exterminou as árvores frutíferas, na sua maioria.

Na casa em questão, pôde-se observar que os membros da família comeram laranja cravo, banana pacovan e maçã compradas na feira. Tudo de forma um tanto desordenada, ou seja, no intervalo entre as refeições, como para aliviar a fome até chegar a hora de almoçar ou jantar, não exatamente como um lanche, com hora marcada, mas como uma forma de satisfazer um desejo.

Vale salientar que o ovo frito incluído no cardápio visava a agradar a pesquisadora, que não come carne vermelha, o mesmo podendo-se dizer do peixe, visto que a preferência da família era pela carne de boi, em geral frita no óleo. Era visível a vontade de agradar em todos os membros da família, procurando deixar a estada da visita o mais agradável possível, o que parece ser uma das características do morador da zona rural. A vontade de agradar chegou ao ponto de colocar a pesquisadora para dormir na mesma cama de casal em que dormem as duas filhas, o que obrigou a mais nova a ter que dormir num outro local.

### 3.5 OS IMBIRANOS EM DADOS

Os dados coletados através do formulário revelaram que 65% das 17 pessoas que o responderam moram na localidade desde que nasceram e que as outras 35% vivem ali entre 11 e 62 anos. Dessas, apenas uma é proveniente de outro estado – Pernambuco -, enquanto os demais vieram de sítios próximos ou municípios vizinhos. São pessoas, como se vê, arraigadas, apegadas à terra, e que por isso

sofreram muito quando se viram ameaçadas de ter que deixá-la. Sentiram-se, certamente, como falou Ribeiro (1995, p. 358):

Apesar da penúria em que vivem, tanto o sertanejo engajado como vaqueiro, quanto o agregado ou o parceiro que cultiva terras alheias em regime de meação sentem-se permanentemente ameaçados de se verem enxotados com suas famílias e de caírem na condição ainda mais miserável de deslocados rurais. Abaixo de cada pessoa que consegue situar-se no sistema produtivo existe toda uma massa marginalizada, ainda mais miserável, onde qualquer um pode mergulhar.

Todos os moradores ouvidos afirmaram que têm como atividade principal a agricultura, mas todos também informaram que o fazem apenas para garantir a subsistência, quando há chuva. Do total, 65% criam animais (boi, vaca, cabra, bode, burro, jumento, peru, galinha), que são vendidos para suprir necessidades ou, no caso de burros e jumentos, ajudam no serviço doméstico ou nas atividades agrícolas. Embora afirmem que trabalham na agricultura, foi possível observar que mesmo o inverno tendo sido bom, ou seja, mesmo tendo chovido muito no ano 2000, os imbiranos não dispunham de alimentos cultivados nos roçados, e, tal como os moradores da cidade, procuravam as feiras livres para se abastecer.

O estudo mostrou que há um número grande de aposentados entre os habitantes do Imbiras II, o que justifica o fato de 55% dos 17 que responderam o formulário declararem ter uma renda equivalente a um salário mínimo, mesmo sem auferir qualquer lucro com o trabalho agrícola, e 14,5% recebem o equivalente a dois salários mínimos, nesse caso o marido e a mulher são aposentados. Afora esses, apenas uma pessoa declarou que a família tem uma renda superior a um salário mínimo, também somando o que ganham o marido e a mulher, que trabalham em atividades remuneradas, ela ensinando e sendo atendente no posto de saúde e ele como funcionário público municipal. Outros 14,5% responderam que ganham um salário mínimo, em média, por mês, mas não têm ocupação fixa. Os restantes 14,3% não sabem precisar quanto ganham, ou, na verdade, nada ganham pois não têm renda fixa, embora a maior parte afirme receber ajuda de familiares que vivem no Rio de Janeiro.

Citado por Cunha (1998, p. 101), Alves (1993, p. 100) tem a seguinte concepção a respeito da questão salarial do homem do campo:

É difícil que agricultores de baixo nível de instrução e usando recursos naturais de baixa qualidade possam auferir mais de um salário mínimo pelo seu trabalho, mesmo se proprietário de terra. Considerando-se ainda que a falta de escolas e de infraestrutura de saúde no meio rural transformam-se em incentivos para migração desse tipo de gente... O problema da agricultura moderna não é só a posse da terra, mas a falta de capital humano e de acesso à tecnologia e à informação.

Na fala do técnico do Incra encontrou-se uma explicação para o fenômeno da falta de interesse dos imbiranos pela produção agrícola. Ele considera que o que levou os moradores do Imbiras II à acomodação – no sentido de não demonstrar interesse em produzir – foi a faixa etária da maioria da população:

São pessoas que vivem lá a vida inteira, pessoas velhas, sem capacidade de assimilar, de mudar, aquela cultura... Os novos não vão ficar lá porque não têm como ficar, então, está sendo extinta a espécie de agricultor. Por quê? Os velhos vão morrer, os novos não querem saber de agricultura, vão embora pro Rio, São Paulo, naquela ilusão de que lá é bom... Vai lá, compra uma roupa, um óculos escuro, chega pra cá falando diferente, se não morrer lá por um assalto, um acidente, não é? Então, essa é a realidade.

Mas Abramovay (1998, p. 102), tem a seguinte visão:

Redfield, Kroeber, Mendras, Wolf, expressões mais relevantes da literatura sociológica e antropológica dedicada ao assunto entre os anos 1930 e 1960, viam nos camponeses grupos sociais de transição entre sociedades tribais primitivas e o universo urbano. Por mais que se possa criticar como evolucionista a idéia de continuum ruralurbano, presente sobretudo nos trabalhos de Redfield, ela aponta para um traço importante do campesinato, que é a existência de códigos sociais específicos determinantes da conduta, mas ao mesmo tempo a constatação de que diferentemente de sociedades tribais, por exemplo estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como o camponês se insere na sociedade global em que vive.

Seriam, então, os códigos sociais específicos, citados por Abramovay, os responsáveis pelo modo de agir da maioria dos imbiranos, ou tem razão o técnico na sua análise? Tudo leva a crer que os sucessivos anos de produção infrutífera e a falta de incentivo (apoio governamental, orientação e acompanhamentos técnicos) foram fatores determinantes no desencanto da população mais velha, que acabou transmitindo esse desencanto aos mais jovens, os quais não demonstram interesse

em trabalhar na terra, preferindo aventurarse indo em busca do futuro no Rio de Janeiro.

Sobre a questão de quantas pessoas da família trabalham, 83,3% responderam que têm mais de duas pessoas trabalhando, seja na agricultura, seja em outra atividade, seja no Rio de Janeiro. Mesmo que trabalhar, nesse caso, não signifique ter um salário, mas apenas estar ocupado. Mas o item sobre salários responde também essa questão, pois mostrou que há muitos aposentados, e no entender dos que responderam o formulário isso é trabalhar.

Quanto à base da alimentação, 100% dos entrevistados disseram que a família consome basicamente feijão, farinha e arroz, embora eventualmente outros alimentos como carnes e ovos sejam consumidos. Muitas famílias criam galinhas, perus, bodes e porcos, mas esses animais raramente são abatidos para consumo, o que só costuma acontecer em datas especiais, como Natal. Em geral são engordados, ou cevados, como eles falam, para vender.

Os mantimentos são adquiridos em Campina Grande por 55% dos moradores pesquisados, enquanto outros 22,5% compram-nos em Campina Grande e Massaranduba e os outros 22,5% apenas em Massaranduba. Embora existam pequenas mercearias na localidade, como é o caso daquela pertencente ao presidente da Associação de Moradores, eles optam por fazer as compras na cidade, por considerar que os preços são mais em conta, adquirindo na mercearia apenas o que falta enquanto não chega o dia de ir à feira.

Não há, pelo menos entre os que responderam as perguntas do formulário, o hábito de costurar as roupas da família. Todos disseram que as roupas são compradas prontas. E como o fazem na cidade, acabam vestindose como os cidadãos, ou seja, usando *jeans*, camisetas, *shorts*, bonés, minissaias, modelos de roupas que vêm os artistas usar na televisão, daí não se perceber diferenças no modo de vestir de um habitante do Imbiras e de um morador da cidade.

Se alguém ficar doente e precisar ser socorrido num hospital, o que fazer? Arranjar um carro para levar o paciente até Massaranduba foi a resposta dada por 100% dos entrevistados, com a ressalva de que esse procedimento é dificultado na época do inverno, pois as estradas ficam intransitáveis. Houve quem respondesse que, na falta de um carro, o jeito é conduzir o doente no lombo de um animal. Houve quem comentasse, também, que Deus ajuda, pois nunca aconteceu um caso de alguém ficar tão doente a ponto de ter que ser socorrido durante a noite, o que seria, segundo eles, muito difícil, tendo em vista a precariedade das estradas e a escuridão reinantes, já que não dispunham de iluminação.

### 3.5.1 Como se divertem os imbiranos

Em que pese ainda não ter chegado a energia elétrica, como boa parte da população tem aparelho de Tv a bateria, 47,5% dos que responderam o formulário disseram que vêem televisão após o jantar, enquanto os demais se dividiram entre assistir aula, conversar em família ou dormir. Apenas uma das pessoas ouvidas disse que escutam rádio na sua casa depois do jantar. Aqui pôde-se observar que o rádio, apontado por muitos estudiosos como o mais popular veículo de comunicação de massa, sendo aceito por todas as camadas sociais, não tem uma penetração significativa naquela comunidade. A maioria deles dorme depois das 22 horas: 82,5%. Os demais dormem entre 20 e 22 horas. Já o horário de acordar de 90 % dos pesquisados é entre 4 e 6 horas. Os dados sobre o horário de dormida surpreenderam, até certo ponto, tendo em vista que os que vivem em cidades geralmente crêem no estereótipo de que os camponeses têm o hábito de dormir muito cedo, “com as galinhas”, como se costuma dizer, e acordar cedo. Nesse caso, ficou comprovado que apenas a última hipótese é verdadeira.

Lazer e divertimento praticamente não fazem parte da vida daquela comunidade. Ao responderem à pergunta sobre como se divertem, se com dança, jogos, música ou futebol, 35% disseram que gostam de dançar, mas se queixaram de que não há dança na comunidade, embora alguns relatassem que existiu durante muito tempo uma ciranda que reunia os moradores do sítio aos sábados, os quais

dançavam a noite inteira. Por que acabou? V., uma jovem de 24 anos, fala sobre isso:

Eu gosto de ir a festas, divertir. Agora, dançar, quando a gente era pequena pai num deixava a gente dançar, então, eu num... cresci, me acostumei assim, sem dançar, aí eu num sou muito de dançar, não. Aqui já teve uma ciranda. Era muito divertido, aparecia muita gente e a gente bebia assim... uma coisinha... uma bebidinha, e aí... ficava todo mundo alegre, através da bebida, ficava todo mundo alegre, contente, dançava todo mundo, todo mundo misturado. Fazia uma roda, pegado na mão, e dançava assim... rodano. Nessa época a gente dançava muito. Era acompanhada com triângulo, zabumba, ganzá, pife... essas coisas assim. E às vezes vinha alguma pessoa de fora, trazia algum instrumento, e... ficava... tocava. Vinha muita gente. Vinha... as pessoas de... próxima vinha muito, e às vezes vinha até de longe... Mulungu, assim... rapazes de longe, que não tinham assim uma diversão por aí, eles... iam lá pra casa, no sábado, sábado à noite, pra amanhecer o domingo. Mas as pessoa foro deixando de ir, foro acabano assim, e... parou mesmo. Muita gente vai-se embora pra o Rio, começa assim o inverno, também num dá, chove... Quela... ela... era no terrero, né? Acho que tá cum uns doze anos.

V. não acredita que seja mais possível retomar a ciranda, mesmo não havendo qualquer outro tipo de divertimento na comunidade:

Eu acho difícil voltar. Agora as pessoas não querem muito dançar essas coisas... ciranda, só querem mais dançar forró, essas coisas assim. Mas era pra ter assim, alguma coisa de diversão aqui, já que é quase uma ruinha (refere-se a Cachoeira do Gama), né, era pra ter assim, uma cervejaria, uma coisa assim, mas num tem. Lá em casa é que tem sempre, assim, um campo e... de vez em quando aparecia uns times, mas agora tá cheio de mato, também. Aí só quando limpar o campo, que a... os minino chamar alguns time, é que aparece muita gente lá em casa. Acho que a máquina vai vir fazer a estrada e aí vai limpar o campo. Até agora num chegou ainda.

Segundo Fernandes, apud Bosi (1981, p. 65) “quando a cultura popular entra em crise, quando empobrece e se desagrega, os prejuízos que daí advém afetam a segurança subjetiva do homem, que se reduz do seu papel de criador e renovador da cultura para o de consumidor”. Isso parece ser o que está acontecendo com a população estudada, que hoje tem como principal fonte de diversão os programas de tv, consumindo diuturnamente o que esse meio de comunicação de massa produz. E Bosi (1988, p. 25) afirma: “quando desejamos compreender a cultura das

classes pobres percebemos que ela está ligada à existência e à própria sobrevivência destas classes”.

Outro jovem, J.B., também de 24 anos, que trabalha na agricultura, também fala da dificuldade que é encontrar divertimento onde mora:

Onde tem mais festas é na cidade... Massaranduba. Quando tem uma festinha é na cidade... dificuldade mais a gente vai, né... quem é novo gosta de divertir... Só de trabalho num dá, né... precisa divertir um pouco...

A apuração dos dados quantitativos mostra ainda que 94% não praticam qualquer tipo de jogo, enquanto 42% gostam de música e escutam com alguma frequência. O futebol, considerado um esporte muito praticado no Brasil, não tem adeptos naquele assentamento, pelo menos como praticantes, entre os que foram entrevistados: 100% não jogam futebol. Há relatos, porém, de que antes havia até times organizados, que disputavam partidas com equipes de outras localidades, mas hoje não há um só deles atuando. A explicação para isso está no alto índice do êxodo dos jovens para o Rio de Janeiro e para o mato que tomou conta do campo, conforme o relato de V., e que depende da boa vontade do poder público, leia-se prefeitura de Massaranduba, para ser removido.

### 3.5.2 A religiosidade dos imbiranos

No quesito religião, 100% dos imbiranos com quem se conversou, quer seja fazendo as perguntas do formulário, quer seja informalmente, disseram que são católicos. A religiosidade deles se expressa na exibição de imagens de santos nas paredes das casas, nas conversas e na frequência à missa uma vez por mês, quando um padre vai até Cachoeira do Gama ou à outra igreja existente num sítio vizinho para celebrar. Certamente vem daí a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, no processo de luta pela posse da terra enfrentada pelos moradores do Imbiras II.

Em Berger & Luckmann (1998, p. 109) encontrou-se que:

[...] É possível analisar as raízes sociais macroscópicas de uma concepção religiosa do mundo em certas coletividades (digamos, classes, grupos étnicos ou rodas intelectuais), e também analisar a maneira em que esta concepção do mundo manifesta-se na consciência de um indivíduo.

Não se chegou a uma análise aprofundada da questão religiosa, mas os dados coletados levam a uma interpretação de que uma possível explicação para o fato de que as famílias imbiranas em geral têm muitos filhos, uma média de 9,9 filhos por família, pode estar na religião que elas seguem, visto que a Igreja Católica proíbe o controle de natalidade. E aí estaria justificada a citação de Berger/Luckmann registrada acima. Embora existam estudos comprovando que famílias rurais costumam ter muitos filhos para garantir a mão-de-obra necessária à produção agrícola, não se detectou indícios desse fenômeno na fala das pessoas entrevistadas.

Por outro lado, ao se buscar em Weber (2001, p. 38-39), algum subsídio para se compreender a questão religiosa, ou para a influência que a preferência religiosa dos imbiranos exerce sobre suas vidas, principalmente no que diz respeito a não demonstrarem interesse em produzir, encontra-se uma citação que ele faz sobre os protestantes e os católicos da Alemanha:

Um escritor contemporâneo tentou definir a diferença de atitudes diante da vida econômica da seguinte maneira: “O católico é mais quieto, tem menor impulso aquisitivo; prefere uma vida a mais segura possível, mesmo tendo menores rendimentos, a uma vida mais excitante e cheia de riscos, mesmo que esta possa lhe propiciar a oportunidade de ganhar honrarias e riquezas. Diz o provérbio, jocosamente: ‘Coma e durma bem’. Neste caso, o protestante prefere comer bem, e o católico, dormir sossegado” (WEBER, 2001, p. 38-39).

Seria, realmente, a religião professada a responsável pelo modo de vida daquela gente, pela sua resignação diante das dificuldades, da pobreza-quase-miséria? Eis aí uma resposta que só um outro estudo, este voltado para o tema, é que poderia dar. Fica, todavia, a pergunta instigadora e inquietante.

### 3.5.3 Pensando na tecnologia

Só 11,8% dos que responderam as perguntas do formulário falaram que não pretendem comprar aparelhos eletrodomésticos quando o assentamento tiver energia elétrica. Os demais, querem adquirir televisor, geladeira, liquidificador e ferro de passar, e entre esses um revelou que já havia comprado todos os aparelhos e aguardava apenas a chegada da eletrificação e outro já comprara um ferro. Há ainda

os casos dos que já possuem televisão que funciona a bateria, mas querem ter uma tevê nova, em cores, pois a de que dispõem é em preto-e-branco. Os que se incluem nesse caso, 47%, já usam o aparelho a bateria há pelo menos 5 anos, em média.

Não há como, embora não seja exatamente esse o objetivo desse estudo, não se sentir tentado a deduzir a influência que a mídia televisiva deve estar exercendo sobre aqueles cidadãos, submetidos que estão há tanto tempo aos efeitos da programação de TV, assunto, aliás, já mencionado no início desse trabalho.

Já no quesito equipamentos para facilitar o trabalho agrícola, 35,5% pensam em comprar uma motobomba, para fazer irrigação e beneficiar a plantação, e 5,9% querem comprar uma forrageira, para produzir ração para os animais. Indagados sobre que recursos utilizariam para adquirir esses equipamentos, 43% dos que têm intenção de comprar pensam em fazer um financiamento bancário, desde que seja aberta uma linha de crédito para tanto; os demais se dividiram, igualmente, nas respostas:

- recursos próprios
- ajuda dos filhos que vivem no Rio de Janeiro
- está fazendo economia
- não sabe

#### 3.5.4 Como estudam os imbiranos

Quanto ao nível de escolaridade, revelou-se baixo o índice de pessoas alfabetizadas na amostra da população pesquisada: 29,5% sabem ler; 29,5% apenas assinam o nome; 23,5% não sabem ler; e 17,5% responderam que estão aprendendo, ou seja, estão freqüentando a escola.

O número de filhos por família, na média, é alto, mas há 11,8% de famílias com um filho; 11,8% com 3 filhos; o mesmo percentual com 4, 5, 6 e 7, respectivamente; os restantes 23,6% estão divididos, eqüitativamente, entre famílias com 2, 9, 10 e 14 filhos. Todas as famílias com filhos em idade escolar mantêm-nos na escola, a maioria na escola da própria comunidade, o que significa que estão entre a primeira e a quarta série do ensino fundamental, visto que esse é o nível de escolaridade oferecido ali. As famílias nessa situação são 77%. Dos 23% restantes,

há apenas três casos em que os filhos estudam em Massaranduba, a sede do município, um dos quais porque a mãe trabalha na cidade e fica lá com as crianças durante a semana, enquanto o pai permanece no assentamento. Esses dados mostram que o nível de escolaridade daquela população tende a ser sempre muito baixo, dadas as dificuldades que as famílias enfrentam para mandarem os filhos estudar na cidade, tanto do ponto de vista geográfico, já que a distância de 13 quilômetros é um complicador, como do ponto de vista topográfico, visto tratar-se de uma região bastante acidentada e que apresenta problemas adicionais na época das chuvas, quando as estradas ficam intransitáveis. A prefeitura disponibilizava, à época da pesquisa, um ônibus para conduzir os estudantes até a cidade, mas era preciso caminhar vários quilômetros para poder usá-lo, o que acabava inviabilizando o processo.

#### **4 É ASSIM QUE NÓS SOMOS**

##### **4.1 SABEDORIA, REVOLTA E LUTA NAS HISTÓRIAS DE VIDA**

Berger e Luckmann (1998, p. 77) consideram que toda atividade humana está sujeita ao hábito, e que qualquer ação freqüentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que é apreendido pelo executante como tal padrão. Para esses autores, “o hábito implica além disso que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico”.

O povo imbirano se insere nesse contexto, pois não o preocupa o fato de viver em condições adversas, enfrenta as dificuldades até com um certo bom humor, não se sabe se por falta absoluta de consciência dos seus direitos ou se, mais uma vez, influenciado pela religião, que manda ter paciência e esperar que Deus resolva os problemas.

E aí se estarão respeitando as convicções de uma comunidade, se se levar em conta ainda o que falam Berger e Luckmann (1998, p. 36):

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação os homens comuns, sendo afirmado como real por eles [...]

Sob esses pontos de vista, puderam ser analisadas algumas histórias contadas por moradores do Imbiras II, que em função da profundidade que a pesquisadora deu às questões podem ser consideradas verdadeiras histórias de vida, variadas em conteúdo e gênero mas de grande significado para a compreensão do *modus vivendi* daquela comunidade.

#### 4.1.1 Curando os males do corpo numa linguagem própria

A história de José, agricultor aposentado, 70 anos, que vive no local desde que nasceu, em 1930, é um exemplo de como o homem comum do campo vive voltado para o seu mundo, sem se preocupar com maiores questionamentos. Perdeu a visão do olho direito por causa da catarata e recuperou a do outro graças a uma cirurgia; é contra medicamentos industrializados e “receita” ervas que podem, segundo ele, ser usadas para curar as mais variadas doenças, como a cabacinha, que curtida na aguardente enterrada durante três dias deve ser tomada de manhã cedo, antes de tomar banho, um banho em que o “paciente” não deve se esfregar, mas apenas jogar a água na cabeça e deixar que escorra pelo corpo, para curar doenças venéreas como gonorréia. Para ser completo, contudo, o tratamento precisa ser acompanhado do “resguardo”, ou seja, o “paciente” não pode “levá o só de mei dia, nem o sereno da noite” e deve evitar alguns tipos de alimentos, como fava, carne de porco, de peru, de guiné, de pato, curimatã, e o cará-inhame japecanga, que tem espinho na rama.

Para curar ferida, que os sitiantes chamam de “boba”, ele aconselha o mel de caroba. Rachadura nos pés, cura-se com “Elixir 1914”. Cabeça de nêgo é um santo remédio para doenças venéreas, sob a forma de “garrafada”.

José é adepto, também, da urinoterapia. Embora diga que não toma a urina, ele aconselha o seu uso para curar sarna, frieira, erupções cutâneas. O marmeleiro preto (a casca), como chá, é aconselhável para quem quer ter uma pele jovem e saudável. Velame (a raiz) cozido é um grande remédio. Raiz da gogóia com mel de abelha é bom para os rins. Cozida, a raiz é boa para inflamações.

Procurando ser o mais fiel possível ao modo de falar dos imbiranos, as entrevistas foram reproduzidas *ipsis literi*, até como forma de combater o preconceito que há contra quem fala o Português não-padrão, ou seja, aquele falado pelas pessoas que não têm acesso à escola, e que portanto não conhecem a chamada língua culta, aquela usada por escritores, jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder, mas que têm uma gramática própria, embora não reconhecida como válida. Nesse caso, preferiu-se fazer coro ao que pensa Bagno (2000, p. 115) a respeito desse assunto:

Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria auto-estima lingüística: recusar com veemência os argumentos que visem menosprezar o saber lingüístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que ‘brasileiro não sabe português’, que ‘português é muito difícil’, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas ‘falam tudo errado’. Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes (BAGNO, 2000, p. 115).

E num trecho da fala de José se tem um exemplo de como é perfeitamente possível entender discursos diferentes daqueles a que se está habituado:

Trabalho di inxada. Eu pranto mio, pranto feijão, pranto maniva [mandioca], pranto... batata, pranto cará. Pranto... De prantio eu só num pranto trigo, praque a terra num dá, mas inté arroz já prantei. Inté arroz deu, deu, qui vô dizê qui... é... quem viu sabe. Arroizão dessa artura assim, né, e o cacho era... bacana... Desisti do arroz praque... num... num tinha resutado, né. É... praque além... era poco e o povo num quiria cumê. O povo só quiria na granfinage. [Ele se refere ao fato de as pessoas não quererem comer o arroz “da terra”, ou seja, sem passar pelo processo de beneficiamento que torna o grão branco].

José é um típico morador do assentamento, onde, como dito anteriormente, vive desde que nasceu. Como a maioria dos seus vizinhos, planta apenas culturas de subsistência, usando técnicas rudimentares, ainda tendo a enxada como principal instrumento. A aposentadoria rural é que garante a sua sobrevivência e a de sua mulher, Maria, que aos 70 anos está sendo alfabetizada. Mas, de acordo Abramovay (1998, p. 60), o modo de vida de José é natural, pois:

A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão 'balanço entre trabalho e consumo'. Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa [...] Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho [...] (ABRAMOVAY, 1998, p. 60).

#### 4.1.2 O futuro é aqui, apesar de tudo

A história de Marcos, 24 anos, barbeiro, difere daquela de José, pois ele tem planos para o futuro. Estuda à noite, em Cachoeira do Gama. Viveu algum tempo no Rio de Janeiro, onde iniciou um curso de cabeleireiro. Ao voltar para o Imbiras passou a cortar cabelo de homem, mas diz ter outros planos para o futuro, entre os quais criar animais como galinhas e codornas, que pretende reproduzir em chocadeira, para isso contado com a chegada da energia elétrica. Espera que surja alguma linha de financiamento para tocar o negócio, mas afirma que se isso não ocorrer pretende começar com seus próprios recursos, na medida do possível. “Se tiver financiamento, bem, se não tiver eu vou começando aos poucos e vou aumentando cada vez mais, mas com o meu dinheiro mesmo. Se não tiver outro jeito, o jeito é esse”, diz ele.

Solteiro, afirma que ainda não se casou porque não tem condições. “Pra casar tem que ter grana. Sem grana ninguém casa. E pra depois tá numa pior é melhor dar um tempo”. Voltar para o Rio, pelo menos por enquanto, não está em suas cogitações. “Se der, fico por aqui mesmo. Aqui a gente vive mais tranqüilo”.

Aliás, esse ir e vir do Rio de Janeiro, essa migração constante, é uma característica dos moradores do Imbiras, que, conforme demonstrado pela pesquisa, costumam se deslocar para aquela cidade do sudeste sempre que a situação na terra natal fica mais difícil. O estudo mostrou que praticamente todas as famílias imbiranas têm um ou mais membros morando no Rio, sejam eles homens ou mulheres, mas com predominância daqueles.

Voltando a Marcos, eis seu depoimento:

Eu tô estudano à noite...e trabalho cortando cabelo, é... Fiz curso de corte no Rio, é...Corto cabelo só de homem.O curso era pra cabeleireiro, mas só que eu não terminei num posso garantir, né? Mas eu tenho outros plano. Como criar... criação... Quando a energia chegar aqui vai ser bem melhor... com certeza. Inclusive eu tô a fim de comprar uma chocadeira... sabe o que é que é chocadeira, não é? Então, tô a fim de comprar uma chocadeira... Pra produzir pinto... codorna...Se tiver condições de... de... se tiver financiamento, bem, se não tiver... eu vou começando dos pouco e... aí vou aumentando... cada vez mais, né... mas com o meu dinheiro. Se não tiver outro jeito, o jeito é esse...

Aqui observa-se o jovem para quem é preciso acreditar no futuro, sonhar com uma vida melhor, e na própria comunidade, sem que ter que sair da sua terra para buscar a sobrevivência em outras plagas, arriscando-se a, como falam Basseguio e Gonçalves (1980, p. 67), chegando à cidade, ter como primeira morada a favela: “Salvo raríssimas exceções, o refúgio dessas famílias migrantes é e continua sendo debaixo dos viadutos e calçadas”. Os mesmos autores dizem que “na cidade grande, sem qualificação profissional e sem documentos, ao migrante só resta engrossar o quadro do subemprego” (BASSEGUIO; GONÇALVES, 1980, p. 67).

E os desejos de Marcos passam, necessariamente, pela chegada da energia elétrica, visto que para instalar a chocadeira ele depende desse serviço.

#### 4.1.3 Mulheres: um exemplo de coragem

As mulheres do Imbiras são um capítulo à parte. Sem acesso a informações sobre saúde, controle de natalidade, direitos, elas enfrentam dificuldades de toda sorte, começando a trabalhar ainda crianças na agricultura e envelhecendo muito cedo, em função da vida dura e do grande número de filhos que em geral têm. Nenhuma delas, no entanto, se queixou das tarefas que desempenha, relatando como sendo naturais as atividades que lhes competem. Cunha (1993, p. 23) considera que:

O não reconhecimento das múltiplas tarefas e funções que competem às mulheres nas unidades de produção camponesas, porque geralmente se confunde ou não se leva em consideração a diferença existente entre trabalho produtivo, planejamento e controle da produção. No geral, as mulheres participam da produção mas não participam da organização do trabalho e das decisões referentes a este setor. Limitam-se na maioria das vezes a executar as tarefas e funções delegadas a elas pelos maridos.

Mas é melhor que elas mesmas falem sobre suas vidas. Para isso optou-se pela transcrição literal das entrevistas, observando-se o nível da oralidade do discurso das entrevistadas.

Maria, viúva, 79 anos, tem uma história que é um exemplo da vida dura a que é submetida em geral a mulher do campo, e como as informações sobre saúde – preventiva ou curativa – estão distantes da sua realidade. A abordagem se deu na casa dela e a gravação da entrevista só começou depois de uma longa conversa, dada a sua desconfiança quanto às reais intenções da pesquisadora.

Tô cum 79 ano, né? No dia 25... no dia de nascimento. Ói, 21 da era... e 25 do...do mês de dezembro. No dia de nascimento de Jesus... por isso que sofro munto, por isso tem sofrido munto. Puque Jesus sofreu e morreu po nois na crui, puque qui noi num pode sofrê também?”. Meu nome é Maria Francisca da Siiva. Sim que minha mãe se chama Paulina... eu tem resisto no mei do mundo pu Maria Paulina da Conceição... e tem resisto no mundo pu Maria Francisca da Silva, puque me criei mai minha vó. Nasci aqui... nasci... passa aquele riacho ali daquela casa... lá... foi onde eu nasci. Lá, ante de interá 17 ano... vim praqui... até hoje. E derna dos seis ano de idade qui trabai na enxada. Ói... minha carrerinha aqui... tinha uma carreirinha de lavoura aqui ota... minha mãe daquele lado, meu pai desse... e alimpava as carrera dele e eu alimpava minha carrerinha de lavora, cu'a inxadinha deste tamainha. Era tico, tico, tacho, tacho, até chegar em cima. E me casei e num saí do trabaio. Até hoje. Trabaia... rimia o pessuá todim... muntos compraro terra... muntos mora no qué

deles... otos casa de farinha... tudo veve bem. E no meu roçado nunca fartou a verdura... cumia do principio o fim e cumia seco até se findá o resto... e hoje in dia tô sendo pisada e machucada.

E prossegue o seu relato, agora falando de filhos, de netos e da dureza de ser idosa:

Tivi 22 fii, mai morreu tudim... só criou-se seis e os seis que criou-se num presta, é tudo duente, tudo inchaicado... duas feme e quato macho. Neto... morreu um bucado... tem uma fia qué casada ali cum Svirino Ribero... mora no Saigadão, mas essa mora na terra dela mermo. Parece qui pissuiu vin... não...12... e tenho ota qui tem sete... u'a tá de Dida, qui mora aí pra dento... qui o marido foi pu Rii de Janero... veve lá cum ota e ela veve aí se acabano... trabaiano, lutano... esse mininim aqui é dela... qui vei buscá leite e e o oto foi cum leite e ele ficô tucaiano aí duas perua minha que tá pono no mato... eu vô caçar o nim cai de perna pa riba.. puque tô toda machucada aqui de bicho dos oto, lutano... os bicho dos oto matano os meu, qui nem matô cabra de... de bode novo... butô os bode no mato e eu fiquei toda machucada, fiquei toda roxa... nessas cundição... as perna inchô, disinchô... mai tô toda roxa assim... toda manchada... agora as dô qui ficô nos osso tá me matano...me matano... é tanta dô nos osso... É pai guente e pai trai... pai guente e pai trai e... véi num vale nada, pruque véi tá caducano. Levo tanto isbregue, muié, qui já tô apuis de sair... tô apuis de ir mimbora potos cantos, mode vê se num morro tão aguniada... Puque... de premêro, quano era po pessoá novo sintendê, pocurava um véi pa insinar, puque já tinha vivido e sabia cumera que si siguia... e hoje in dia cabô-se isso. Acabô-se isso... o qui voga só é as palavra dele... e os qui ele sabe... viu?... E... e eu sei contá de tudo pu tudo e sei qui isso... qui isso qui tô sofreno tem qui acontecê puque tinha qui aparecê no fim da era...Vivo aqui hoje cu'u fi... e tem um..um neto... qui lutou tanto qui infraquiceu... do juízo. Veve por aí, já foi pu hospitá de João Ribeiro já duias vei... e agora apertô de novo tá puraí, mai num dexe de num trabaiaí. Incheu uns saco de batata aí e foi lá na casa de u'a muié qui tinha incumendado... pu mode vê sela qué... puque sela num quisé... ele vai levá pa frente do banco in Massaranduba, qui o povo vende munto caro lá e ele levano mai barato... e a batata é boa mermo, só quiria qui tu visse. Eu tive foi pena... o véi trabaio tanto qui... morreu sem juízo (o marido)... e morreu aqui...

Maria desfila um rosário de queixas de dores que sente em várias partes do corpo, diz que ficou cega, que vê muito pouco por um só dos olhos. Queixa-se, também, de que não é respeitada, mas sem citar nomes. Perecebe-se, contudo, que ela está fazendo referência ao filho, que vive em sua companhia, e que está na sala. Além do filho, vive também na casa um neto de Maria que tem problemas mentais. É adulto e, embora já tenha sido internado algumas vezes num hospital psiquiátrico, trabalha na agricultura.

Os sucessivos partos, os abortos, o sofrimento de toda uma vida são relatados:

Basta, eu derna qui cheguei aqui qui sô duente, e trabaiava duente, discansava, tinha minino queu perdia po lá pulos roçado, lá mermo interrava...Os qui nacia perdido... sem sê de tempo... nacia lá pulo roçado... lá mermo interrava... mai... eu fiquei duente, muié. Mai se tu ovisse cumo era... quando pegava a sinti tinha uma muié lá no Saigadão qui... qui... qui era muié do finado Chico Aive... chamava cumade Jardilina... casô cum cumpade Sebastião Bento. Era minha filicidade, muié... ela me levava pa casa dela... quano tava sintino... de lá ela arrumava carro e me levava... mai esse povo... Nu hospitá eu fui uma pução de vei. Eu fui cortado barriga... eu fui só nestigiada de baxo... do mei da barriga pra baxo... arrancaro minino qui paricia qui ia passano essa casa... minino de... quato quilo e cinqüenta grama... mai era naceno um...murrria num era nem batizado... puque nacia duente. Quinem o pade Bejamin mim incontrô-me cu'a vasia d'água destamãe qui vinha... perto de seu Dino... daquele mundo... dixeu: 'Minha fia, quem tá matano seus fii é você. Esses minino abafurido a mei dia in ponto, você cum latra e meia d'água na cabeça'... puque era cada um pote de bebê água destamanho... jarro... puque num cabia munto a vasia... num dava... eu levava esses jarrão mai no fim istorô foi tudo, lascô-se barriga, lascô-se tudo, foi obrigado sê obrigado cortá... tirá antes do tempo... cusê... e... e de lá pra cá fui num sei quantas veis... e... e é morreno e viveno mai... oxen... butava vela na mão, levava vela na mão... e... e o povo dizia 'tá morta'. Mintira... mais tarde invicia [dá uma gargalhada]. Mais o povo fais uma cachorrada deu tão grande nu mundo, muié, mai... tem vei queu mi rii... tem vei queu choro... tem vei queu mi mardigo... mai eu magino: eu naci na hora qui Jesusis naceu; Jesusis naceu e sofreu munto; quano Jesusis naceu já tinha fariseu in riba du mundo. E disse qui os fariseu havera de aparecê nu fim da era, e tumava conta duma parte, mais ele sartô no mei, os dele ficô pus oto pisá e os oto só quere assubi, avançá, né... mai num tem nada não, maió são os pudê de Deus. Eu só aprendi a assiná o nome... veno os oto assim... ia pa iscola... meu pai ia pu..pu Rii de Janero e eu ficava pu dona dos roçado butá trabaiadô... e quando ele chegô tinha seis mi cova de roça aprantada véia... quaje quele num fais mais nunca... viu... e me casei ante de interá 17 ano... puque... eu ia interá 17 ano no dia 25 de dezembo... e casei no dia 19 de setembo... Cum 19 ano peguei pissuí fii... cum 19 ano... Todo ano um e teve ano qui num interava nem ano... de onze mei dum pro oto... era assim... e... e tinha uma coisa: vinha do roçado cum os pei melado de lama, sartava in riba da cama cu'os pei melado de lama, qui num dava mais fogo... era pei, pô. E otos fui pa faca... [gargalha]

A vida não tem sido fácil para Maria. Ela conta que desde que foi morar na casa onde vive não tem saúde e que não dorme desde criança. Diz que é pensativa, prestativa, ativa e positiva e que observa tudo o que se passa ao seu redor e escuta tudo o que falam, inclusive o que conversam as pessoas que passam nos caminhos

próximos à sua casa. Casa, aliás, feita de taipa, com chão de barro batido, e que não oferece qualquer conforto. Ela e o filho aguardam que o Incra libere o dinheiro prometido, para construir outra moradia. Como os demais sitiante da comunidade na mesma faixa etária que a sua, ela recebe uma aposentadoria que garante o mínimo para a sua sobrevivência. Conta que não tem apetite e por isso quer comer todos os dias carne enlatada, que considera “muito forte”. Tem hábito, também, de tomar remédios alopáticos para aliviar as dores, sem qualquer indicação médica, apenas porque alguém disse que tomou o mesmo medicamento e se sentiu bem.

À simples leitura da entrevista com Maria observa-se que ela está incluída entre os que, na conceituação de Bagno, falam o Português não-padrão, e, sobre esse assunto, é interessante ouvir mais uma vez o próprio Bagno (1999, p. 26):

O português não-padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo. É também, conseqüentemente, a língua das crianças pobres e carentes que freqüentam as escolas públicas. Por ser utilizado por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil – país que tem a pior distribuição da riqueza nacional em todo o mundo – o PNP é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado ‘feio’, ‘deficiente’, ‘pobre’, ‘errado’, ‘rude’, ‘tosco’, ‘estropiado’.

A próxima história, um longo depoimento da dona de casa Josefa, de 44 anos, é um exemplo do descaso dos poderes públicos para com a saúde da população e de como, mesmo assim, conforme Beltrão (1980, p. 42):

Os grupos rurais marginalizados, sem acesso aos meios de massa (seja como comunicadores, seja mesmo como receptores), dadas as características do seu existir, nem por isso deixam de informar-se e manifestar sua opinião e/ou suas aspirações. Para a própria informação e instrução valem-se, preferencialmente, de canais interpessoais diretos: as conversas, o relato de casos e histórias, a transmissão de conhecimentos e normas de conduta tradicionais, através dos pais, parentes, membros mais velhos e experientes da comunidade, dos seus próprios líderes que os aconselham e orientam, de alguns missionários ou pregadores leigos carismáticos, que adquiriram a sua confiança.

Ela fala dos filhos, detendo-se na verdadeira viacrucis que tem enfrentado para encontrar tratamento médico para um deles, que é portador de uma cardiopatia congênita:

Tenho nove filho... Foi dei. Morreu um. São seis home e três mulé. O mais velho tá cum 22 ano. O mais novo vai fazer nove in dezembro. Tenho três no Rii. É o jeito, né? Aqui num dá pra eles vivê. Seles pudesse num ia não, né, mais o jeito qui tem é eles ir. Num tem emprego aqui, vão vivê de quê? Eles ajuda. Eles manda pra mim, graças a Deus, se num fosse eles eu num sei cumé, o quera que fazia cum esse minino duente queu tenho aqui. Porque, pelo meno esse duente, sele fosse de saúde, ele já tava no Rii hoje. (Ela se refere a um filho que sofre de uma cardiopatia congênita e que precisa de cuidados especiais). Ele tá cum 18 ano. Ele cumeçô a duença dele tava cum 10 ano. Esse minino já trabalhava na inxada. Ele ia trabalhar mais os oto e ele era tão ligero, mais ligero qui os oto. Aí quando foi dispois cumeçô ele cansado. Ele ia buscá um leite pa minina, pra ota minina minha, né, ele ia buscá o leite, era pra Corrinha, ia buscá o leite, ele saía bem cedo, quando ele chegava era 11 hora, e a gente sem sabê, num sabia de nada não, ele nunca dizia, né, aí quando foi um dia eu fui pa rua e ele cansado no camim, lá atrai, qui ele era bem ligero. Aí eu esperei por ele e perguntei a ele o que era que ele tinha, disse qui tava cuma cansera no coração, no estambo e uma cansera nas perna. Aí eu cumecei tratá dele derna desse tempo e ele nunca, até hoje, nunca ficô bom. Agora, se eu tivesse, se eu fosse assim, o caso qui, se eles in Massaranduba tivesse butado esse minino logo pra Campina logo nos cumeço, né, aí podia té tê dado um jeito, mais num butaro, viero butar agora pra Campina... Descubriro agora que foi o coração, que é coração, queu fii os ixame...o coração dele tá inchado, né, aí foi feito us ixame, e aí é qui foi discuberto. Foi discuberto por causo qui ele ficou aí tumano uns remeido e aí ele vei simbora pra casa, aí teve um dia quele cumeçô vomitano saingue. Aí eu fui, falei cuma a dotora qui tumava conta dele, aí a dotora foi, correu, butô logo pa Campina, bateu um Raio X, mim deu e disse 'vá pa Campina quisso vai sê tuberculoso'. Aí eu fui cum ele, né, fui correno, aí quando cheguei lá num fizeram nem otos, qui mandaro fazê um ixame de iscarro, né, mais nem fizé num fizeram. Aí eu só sei qui quando o minino passô seis méis tumano comprimido... pa tuberculose, e quando foi cum seis méis qui foi feito o Raio X aí a dotora disse, olhô, aí disse assim 'esse minino tá é cum o coração inchado'. E ele sentia, quele in veis in quando ele me dizia assim, 'mãe, eu tô cum meu istambo parece qui ta desse tamãe'. Num era isso, nera? Era isso. E eu só sei qui esse minino tumô esses remeido todim e adepoi a dotora lá, foi um favô quela me fei, quela chegô butô pra dotora de coração.. Aí foi, cumeçô de dezembro, inté hoje inda tô cum esses ixame. Eu terminei de fazê esses ixame tá fazeno uns treis méis, de dezembro pra cá, tá fazeno uns treis méis queu to cum esses ixame na mão e levei pa dotora, a dotora de coração olhô, a qui me pidiu, olhô tudim, quando acabá disse 'agora vai pu HU, me leve pu dotô No... Roberto. Dotô Noberto'. Aí eu disse, mai eu tenho qui levar o minino, ela disse 'a sinhora vai levá logo o minino, vai levá o ixame, vai levá os medicamento qui o minino tá tumano, entendeu? E eu

dixe e a ficha? Qui eu sei qui lá, pa fazê a ficha, né, pa consigui... Aí ela disse [sic], ‘não, a sinhora não vai fazê ficha, não, pode procuraá o doto quando chegá lá e vá direto, lá na sala dele’. Ah, quano eu cheguei lá mi butaro pa andá tanto que eu cheguei aqui morreno de cansada. Era pra cima e pra baxo, eles me butano. Aí dipoi eu falei braba. Eu disse, mai cumé que eu vem praqui incaminhada pela uma dotora, o minino morreno, duente, aí, cansado, incaminhado pa dotoro peu ir pesse dotô, quand’acabá quando eu chego aqui vocês fica dizeno ‘tali, tali’, oto dii ‘num tá, num tá, esse doto num trabalha aqui’, eu num tô cum nome do doto na mão? Agora eu vô fazê o quê? Vô pegá esse inxame aqui e vou’mimbora pa Casa de Saúde (antiga Casa de Saúde Dr. Francisco Brasileiro, onde funciona hoje o Serviço Municipal de Saúde), quando chegá lá vou dizê pa dotora o qui foi qui fizero aqui. Aí uma moça, né, eu na sala incostada o dotô, já, vi o dotô assim, foi. Aí a moça saiu lá de dento, quand’acabá vei cá, quand’acabá disse assim: ‘é, se a sinhora quiser, o qué que eu vô fazê, porque o dotô num vai le atendê?’. Eu disse, minha fia, mai foi a dotora Zelha qui mi passô praqui. Eu cum u minino, o minino tá morreno de cansado de andá lá dento Foi a dotora Zelha qui mi passô praqui. Cume qui vocês fica dizeno quiesse dotô num tá aqui. Ela disse ‘tá, tá aqui nessa sala’ – eu vi quano o dotô entro (J) – ‘tá aqui nessa sala. Agora o qui vai acontecer é isso: se a sinhora quiser a sinhora vai lá pra baxo, durmir lá, pa passá a noite todinha aí, e quano fô nu outro dia dimanhã a sinhora vai pegá a fila aí pa fazê uma ficha. E si conseguir... E si num quisé vô dá uma ficha agora’. Aí eu disse: pra quando? Ela... eu disse, oi, olhe, isso foi agora nim, nim, no mei de de Sant’Ana, no final de Sant’Ana, viu? (Julho) Aí eu só sei que eu cheguei fiquei pensano assim... ela disse ‘po dia 20 de setembo... si a sinhora quisé’. Aí eu pensei, eu disse, mia fia, o qué que eu vô fazê? É isperá, que eu sei que eu moro munto longe, eu num vô consigui passá u’ma... a sinhora acha que eu ia passá a noite todinha lá, pra, pa num, mãecê o dia inda num, num, pegá inda, cumela disse? Quando eu cheguei lá era uma hora da tarde já tinha 30 pessoa na fila lá... do lado de fora. Aí ela chegô, mi deu a ficha mais inda disse assim: ‘a sinhora vem no dia 20 de setembo, agora só venha se pegá no dia da quarta-feira. Se pegá nos outo dia num venha não’. E eu vô dizê uma coisa, e eu vô dizê uma coisa pa sinhora: e eu vo ir agora no dia 20, mai eu to achano que eu ainda vô perdê. Pruque eu sei quesse dotô lá trabalha somente na sigunda e na quinta. E ela mim butô preu ir na quarta-feira. Eu vô sabeno...

Josefa prossegue relatando as dificuldades que tem enfrentado com a doença do filho, por não poder comprar os medicamentos que são indicados, por ser ludibriada na peregrinação pelos hospitais, por ter tido que omitir que o filho mora em outro município, para que ele pudesse ser atendido em Campina Grande. Apesar de tudo, Josefa não desiste de procurar ajuda para o filho doente, e diz que vai até o fim. Como Maria, ela também teve a maioria dos partos em casa, e era assistida pela mãe. Foram dez partos normais. Agora não tem mais o aparelho reprodutor, pois fez uma esterectomia. Mas não vai a um ginecologista há muito

tempo, não tem a menor idéia de como anda sua saúde. Desencantada com a vida ela revela não esperar muito do futuro, embora acredite que os filhos vão ajudar em alguma coisa. Dos que ainda permanecem em casa apenas o enfermo não estuda. Os demais vão à escola do povoado Cachoeira do Gama. Ela própria estudou até a terceira série do ensino fundamental e com o que aprendeu ensinou durante muito tempo em sua casa às crianças da comunidade. Desistiu porque ficou doente da vista por conta da precária iluminação, à base de candeeiro a querosene. Demonstra interesse em aprender a costurar, caso apareça uma oportunidade, pois conta que “ajeita” a roupa da família mas não tem coragem de cortar um tecido, por medo de errar. Josefa demonstra ter um nível de consciência política desenvolvido, e uma opinião formada sobre o assunto:

Hoje, hoje in dia a gente já... sei lá, a gente já tá tão disanimado qui entra um ruim... sai um ruim, né, sai um ruim, a gente pensa qui aquele oto qui vai entrá é milhó, mais depoi vê qui num é. É... é... eu penso assim, sei lá, eu... eu dô o voto, eu dô meu voto, mais eu dizeno queu num dô meu... eu dô meu voto mais eu num acho futuro não, num acho futuro não. Nessa inleição que vem aí vô votá porque... vô votá pa vê lá o qui vai dá. Eu acho qui munta gente vai votá no prefeito, porque tá butando essa inegia, agora só queu num voto não. O meu voto num vai dá trocado puresa inegia não. É obrigação. Pois é, fazer na vespa da eleição, né, há mais tempo já era pa tê butado, né, aí vão botá agora pra o povo votá? Se muntos for da minha qualidade num vota nunca, entendeu? Num vota nunca, porque eu vô dizê u'a coisa, eu só dô meu voto, eu num dô meu voto trocado pu nada. Eu dô meu voto porque eu tenho, eu tenho de dá, mermo, né, tem que dá, porque vai ajudar, né, na saúde, né, quano a gente precisar lá na saúde, na educação, né in tudo nu mundo. A gente chega nim, nim, assim, na cidade, vai pidi um remeido o prefeito, né, tem qui fazê u'a lista lá, assiná lá, fazê u'a lista num sei pa quanto tempo ir buscá esse remeido, já dá tempo, se tivé de morre, já tê murrido, e eu num sei não, aí, fica assim tudo in vão, arrente num sabe nem o qué qui faça não. Eu sempre acompanho as nutícias da inleição assim na televisão, mermo. (Na casa dela tem televisão a bateria). Os cannidato passa puraqui pulas porta dos povo, falano, nus cumiço, nim tudo, e... eu num vô não, vejo os povo tamém contano, sabe, vejo o povo contano cumo é e cumo num é, aí, num sei cumé qui vai sê não. Vô votá, e se as coisa melhorá, se as coisa melhorá, quano fô para o ano, quano fô ota inleição de novo, aí a gente vota, eu voto, aí, se num melhorá já sabe qui nada presta mais nunca, aí nunca mais ninguém vota, né? É, é a última, né, puque, de quato in quato ano entra um, e arrente pensano qui aquele um qui vai entrá a gente bota lá dentro pensano qui ele vai dá certo, né, e num dá certo, aí a gente já apanhô de mai, num dá pa apanhá mai não. Num dá pa continuá mais não, a gente num tem binifiço de nada na vida, nem num remeido pum fii. Não!(Indignada). O queu digo é isso... Apois é isso, porque eu sô revortada é isso. Puque eu sô cansada de vê aqui, chega munta gente aqui, então eu

digo, pa quê a gente votá? Se a gente vota, os cara vai lá pra cima, entra dento duma prefeitura, né, é vereadô é tudo, entra dento duma prefeitura, vai lá pra cima, cada veis mais eles tão enricando, e a gente mais, cada veis mais tamo ficano pa trás, pa baxo, é? Não. Num dá certo não. A gente vai atrás dum carro, pa levá um minino duente pa rua, o prefeito, ou sinão o prefeito, qui o prefeito num mora nem, nem, num veve nem na prefeitura, é.. é... gente quele bota lá dento, dele. Aí dá as costa pa gente. Dii, 'eu num dô o carro puque num... né urgênça, cunforme cumo eu fii, saí lá de dento do posto 12 hora, a dotora dizeno assim, 'suba logo pa Campina, quele só ta té agora de tarde', e eu já tava saino bem dizê de tarde. Vô na prefeitura, quano chego lá, falo eu e o agente de saúde, o minino daqui de cima, o Alixande, falô, 'me dá aí o carro qué pa gente ir pum hospital ali in Campina agora mermo, qui só tem a dotora agora di tarde, essa dotora agora di tarde'. Ele deu as costa, qui nem o China mermo deu as costa, quan'acabá disse: 'eu mermo num vô dá carro não qui né urgênça; se fosse, eu ia dá o carro, mais num é...' E eu saino correno, avexada, foi queu peguei, arrumei o dinhero imprestado e paguei passage minha, passage do minino e passage do home pa ir-me levá-me lá, queu num sabia nem onde era esse hospital, queu num sabia não, mai já dei tanta viagem lá qui agora eu acho qui eu vô té de oio fechado. Cansei, cansei, cansei e inda vô cansá mais ainda, sabe. Inda vô andá mais ainda. Inquanto ele fô vivo é peu lutá cum ele, até o dia qui Deus quisé. E num achei ajuda de ninguém. A senhora mi acredite, queu num achei ajuda di ninguém até hoje, pa lutá cum meu fii, fei um ano agora dia 14 de agosto qui meu fii veve in Campina direto nos hospital, e agora passô pesse HU, nesse HU é qué difiço, queu já fui duas veis cum ele nesse HU, nesse HU é qué difiço, ai meu Deus. Tô rezano pidino a Jesus qui quano fô no dia 20 queu fô seja risuvido mermo, qué pra vê seu paro de ir lá, puque... é munto difiço. Eles ingana lá dento. Fica fazeno a pessoa de "besta", mandano pra lá e pra cá. Quiném teve um veriadô mermo, qui chegô in Massaranduba quand'acabá, falou na vista de gente daqui, né, ele, ele num viu, a pessoa daqui, ele foi falô assim, 'qui nada, os inleitô do siito, a gente compra cuma boa palavra'. Foi. Aí quano o cara daqui tava pu detrai dele, qui ele viu, aí ele dirmuntô... A boa palavra o qui é, é inganar os povim do siito, é, inganar os bestinha do siito. Agora só qui essa neguinha aqui ninguém num mim ingana não, eu sô ixperiente, viu? Tem muinta gente qué muito inganado, puque eu acho qui inda tão de ôi, tudo di ôi fechado, né? Tudo di ôi fechado, puque a pessoa tem qui abri os olho é nesse tempo. Nesse tempo qui a pessoa tem qui abrir os olho, puque esse povo, quando tão candidatos, tem a mulincha pa andá pu siito. Agora quando eles num tão ninguém vê eles nem dento da rua. Num aparece, nunca nem aparece aqui pa sabê cumé qui tão, si tão bem ou si tão mal, né? Agora nesse tempo aparece.

Continua criticando o prefeito do município, que segundo ela empregou vários parentes na prefeitura e não se preocupa em resolver os problemas, como a recuperação da estrada entre Imbiras e Massaranduba. Consciente, fala que os políticos são empregados do povo, e que por isso têm que trabalhar por ele, pois o

dinheiro da prefeitura é do povo. Atualmente ela não trabalha mais na agricultura, e conta por quê:

Já trabalhei muito, hoje eu num trabalho mais não, puque num posso. Eu tenho muita dô no meus braço, tenho dô no corpo todo. Eu num posso nem carregá u'a latra d'água na cabeça, posso não. Nem nos braço, nem nada, nem nada, eu num posso, puque eu tenho muita dô nas junta. Isso dói, isso dói, quano ta pa chuvê tudo dói. Eu ai veis eu fico limpano uns peizim de fulô, daí a poco eu paro puque eu num tô aguentano mai, nem, nem a coluna atraí, queu acho quessa coluna minha foi divido anestesia queu tumei, né, foi duas e eu sinto qui parece qui o osso do meu ispinhaço tá se torano assim, se trocano. Já me opereí duas veze. U'a, foi du'a herne e ota foi dessa istalatomia, queu sei lá come o nome... Aí eu fiquei... eu num posso fazê nada, eu num posso pegá peso de qualidade nenhuma. S'eu lavá ropa, passo dois, trei dia alejada, num posso nem me assentá. Já trabalhei muito. Era. A gente trabalhava tudim, era eu e as minhas irmã tudim, eu trabalhava aqui nesse siito mermo, quera do meu pai, sabe, esse siito era do meu pai, a gente trabalhava, eu comecei trabalhá era muito nova, eu tinha bem uns deis ano. Acho qui num tinha deis ano inda não, quano eu cumecei trabalhar. Eu era piquinininha, ia pu roçado mais pai, quando chegava lá a minha vida era cortá os pei de feijão, pé de lavora, sabe, eu cortava e iscondia pu dibaxo dos oto, q'uera mode meu pai num mim mandá eu pra casa, queu achava bom trabalhar. Inda hoje mermo, s'eu pudesse eu só vivia trabalhano, qué o sirviço melhó qui a gente tem é de tá trabalhano no roçado. Eu adoro, puque lá no roçado a gente num tem preocupação cum nada, e em casa tá veno grito, tá veno... é muntas peocupação. S'eu pudesse, ai meu Deus, inda essa semana eu tava dizeno aqui, ai meu Deus, s'eu pudesse, eu só vivia trabalhano no roçado, só, eu adoro trabalhar, alimpá mato, adoro. Tem gente qui num gosta não, mais eu adoro, s'eu pudesse inda hoje era meu siviço. Eu num faço pu causo disso. E um queu tamém tem um pobrema na minha cabeça queu num posso levá só. Assim, pode sê de oito hora da manhã, s'eu levá um sozim até nove hora, meu Deus do céu, fico cum minha cabeça qué aquele mundo, dói, mim dói tanto. Eu num sei se é... eu acho qué sinusite, queu sinto muito na minha cabeça, eu acho qui é. Eu já tumei muito comprimido, mai nunca fiquei boa não, fiquei foi duente, queu tem... tem u'a gastite. Ás veis inda tomo, mais hoje in dia eu num tô tumano mais não, puque, quanto mais a gente vê propagana mais num vale nada o remeido, né? (Rindo) Puque eu já tem visto assim, pela televisão, insinano munto remeido pa... pa criança, assim di verme, tudo, e eu vô lá comprá pur minino e eu num vejo risutado. Intão, eu... acho qui... antigamente eu num achava quera propagana não, mais hoje eu já acho qué propagana, sabe? Eu já tô achano qué isso. Acho qué isso, pu causo qui eu compro pos minino, dô pus minino e num seive. Aí eu já digo é propagana, qué pra, né, pa tê mais futuro. Mais agora sempe... esses chazim eu sempe tomo esses chazim. A semana passada, num sei quem foi qui mim insinô um chá pressas dô de cabeça, eu sei queu fui pro médico essa semana, e falano pu médico, quele vei ali pa Cachuera (Cachoeira do Gama), aí ele me passô até um remeido, e eu sei lá, eu... eu fiquei assim maginano uns comprimido assim, eu disse, mais eu...

eu num tô pudeno tumá comprimido não, queu tem a gastite, eu tomo comprimido mim dá agunia no meu istamo, parece qui qué trancá meu coração qui teve veis, mermo aqui, queu fiquei morreno aqui, me acabano e sem sabê o qui é.

Josefa relata que o marido está esperando chegar a energia para construir uma casa de farinha, com o dinheiro do custeio que os assentados esperam que o Incra libere para a construção de novas moradias.

Expressando-se na linguagem com que se comunica, Josefa se fez compreender perfeitamente pela pesquisadora, o que mostra que aqui não ocorreu o que diz Thiollent (1987, p. 61) sobre como certos pesquisadores se comportam com relação à condição social dos entrevistados:

Quando os planejadores de pesquisa empírica dão ênfase ao 'baixo nível' dos entrevistados como fonte de distorção da informação coletada pelo questionário, pode-se perguntar: distorção em referência a quê? Em alguns casos, parece distorção em referência a um modelo de pesquisa ideal, onde todas as pessoas entrevistadas seriam 'finas', 'cultas', 'politizadas', de 'bom nível', isto é, pessoas possuindo todos os pretensos atributos dos investigadores acadêmicos (THIOLLENT, 1987, p. 61).

Respeitou-se, mais uma vez, o modo de ser do entrevistado, seguindo o comportamento adotado desde o início da pesquisa, de ser o mais fiel possível às manifestações orais dos membros da comunidade, pois no entender de Gil (1991, p. 134):

A descoberta do universo vivido pela população implica compreender, numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem. Para tanto, os pesquisadores devem adotar preferencialmente técnicas qualitativas de coleta de dados e também uma atitude positiva de escuta e de empatia. Isso pode implicar conviver com a comunidade, partilhar o seu cotidiano: 'ouvir, em vez de tomar notas ou fazer registros; ver e observar, em vez de filmar; sentir, tocar, em vez de estudar; 'viver junto', em vez de visitar'

Além do mais, no depoimento pode-se perceber toda a revolta e indignação de uma cidadã que tem os seus mais elementares direitos aviltados, desrespeitados, o que é bem uma mostra da real situação do que é o país para as camadas mais desfavorecidas da população. Mas observa-se, por outro lado, que ela tem uma consciência política que falta muitas vezes a outros membros da sociedade que dispõem de mais condições de acesso aos meios de informação, ao sistema

educacional, enfim, que teriam meios de desenvolver um pensamento crítico com relação a determinadas situações da vida nacional, e que, no entanto, não o fazem.

Mais um depoimento de mulher, desta feita de Lourdes, em cuja casa a pesquisadora se hospedou. Ela tem 50 anos e acha que os políticos enganam muito o povo, e que só procuram fazer alguma coisa quando está perto da eleição. Cita casos na comunidade onde mora, como a retomada da obra de construção de uma barragem, parada há muito tempo e reiniciada um mês e meio antes da eleição de outubro de 2000, e a questão da energia, cujo projeto já estava pronto há dois anos e só quatro meses antes da eleição é que foram iniciadas as obras. Na sua opinião, o povo não vai se deixar enganar, porque já sabe que os políticos não fazem nada mesmo (ela se refere, especificamente, nesse caso, ao prefeito de Massaranduba, candidato à reeleição, que muito pouco realizou em favor da população do Imbiras).

Eis seu depoimento:

Por aqui ele não fez nada mesmo. Essas estradas é tudo fechano. Lá no Sargadão mesmo tem um lugar que a estrada tava quase fechano. Ele nunca aparece por aqui, faz quase um ano que passou pras banda da Imbira. A mulher dele num conversava com ninguém e agora há pouco veio na casa da minha cunhada e sentou-se debaixo de um pé de jaca e disse a ela que votasse em Dr. João que daqui a uns 15 dia já tinha energia por aqui. Já passou mais de 15 dia e nada. Dentro de quatro meis que ele começou a botar essa energia e até agora só tem cinco casas pronta. E tem muita gente revortada, porque disse que esse energia não era pra ele botar. Disse que ele bota mas num vota pra ele, não, que num era pra ele botar. Ele pensa que os povo são bobo, mas os povo num são bobo mais não. Até que o danado dos povo tá mudando.

A questão da energia volta à tona. Aqui a moradora se refere ao fato de o prefeito ter impedido que o projeto de implantação da energia fosse executado pelo Projeto Cooperar, do Governo do Estado, para assumir a obra, executada com recursos do Ministério da Agricultura, obtidos graças à intervenção de um deputado federal irmão do prefeito.

Lourdes comenta que a mulher do prefeito nunca era vista pelos munícipes, durante os quatro anos de mandato do marido, mas agora estava andando por toda parte, e até cesta básica estava distribuindo num galpão, junto com o retrato do marido candidato, mas foi feita uma denúncia à justiça eleitoral e a distribuição foi proibida.

Hoje uma pacata dona de casa, depois de trabalhar muito na agricultura, as opiniões de Lourdes surpreendem, pois ela demonstra ter uma opinião formada sobre as questões políticas, pelo menos no que diz respeito à sua comunidade:

Disse que lá pa perto do matador tá cavano os buraco num sei pra quê... já... praqui já tão... já dissero qui daqui po dia da inleição já tem inegia pronta...Tem muntos qui num se ingana não... os povo já sabe... já tão sabeno... ele num fai mermo. E tavam dizeno qui esse açude... ele tá inganano o povo... quesse açude num vai sê feito não... só pa inganar agora, perto da inleição... E puraqui ele num fei nada, ói... nada mermo... nessas istrada... as istrada é tudo fechano. Lá no Salgadão, mermo, tem um lugá qui a istrada, ói, tava quaje fechano...O prefeito) nunca aparecia... teve um dia qui... já fai bem um... quaje um ano quele passô aqui... pa banda da Imbira... aí pronto, num apareceu mais nunca. E a mulher dele só fala nos povo ajudá ele. Vei agora há poco na casa da minha cunhada mermo... num cunversava nem cum... (refere-se à mulher do prefeito) ninguém. E agora já vei na casa da minha cunhada... sentô-se lá num banco lá dibaxo dum pé de jaca... aí... disse a ela qui votasse pa dotô João, ajudasse ele, qui... quando fosse daqui uns quinze... uns quinze dia já tinha inegia puraqui... passô mai de quinze dia e... Dento de quato meis... quele cumeçô a butá esse inegia daí, agora qui tem cinco casa pronta... Antõe disse qui ia pa Massaranduba num via essa mulé... passava direto, entrava na prefeitura... pronto. Sumia qui ninguém num via... quando é agora... pronto... quandeles ganharo... aí ela saiu... na fila dos povo qui tira feira... saiu falano cum o povo. Aí, pronto. Terminô... aí acabô-se. Num apareceu mai. Quando foi agora há poco... teve a feira... aí disse quela já tava no carro... paigunte e pa trai... aí foi qui denunciario, qui a feira ela lá num... num galpão queles tem. Aí saiu, tiraro de lá... e ficaro c'a mulicha...Aí butaro no lugar quele... no lugar deles mermo. Eu num sei s'é num palhoção queles tem... aí denunciario. Eles falaro qui foi o Mendonça (o candidato de oposição ao prefeito), mai... num foi não, foi um adevogado qui ali in Massaranduba. Disse qui tava errado... Dize queles tava c'um carro chei de retrato, quera pos povo tirá a feira e eles dá o retrato. Tinha dia qui eles ia... tem qui pegá ficha pa falá c'o prefeito de Massaranduba. Aí... no dia qui tinha jeito de pegá a ficha, pegava pa isperá a hora... num sei qui hora. E tinha dia qui os povo num ligava de ficá isperano... num quiria isperá munto tempo aí vinha simbora. Teve um cara daí de perto mermo... ele chegô, vei na casa dele... falô qui ia dá um cimento a ele, ele podia ir in Massaranduba. Sei quele foi parece deu trei viagem. Na última viagem ele disse qui... duas hora, ele lá isperano... aí sei quele inda conseguiu falá cum ele... aí ele puxô a gaveta do do birô... aí deu um real a ele. Aí disse 'pra que esse real, Dr. João?'... aí disse 'leve o real, oto dia você vem leva oto...' Aí ele disse qui num tava precisano dum real não, ele foi pidi... ele foi atraí do cimento foi puque ele prometeu... aí, pronto, num foi lá mais não... Aí disse qui teve tanta da raiva... disse qui de manhã, saiu logo cedim... ele disse qui fosse cedo... e ele ficô até duas hora. Aí ele disse qui nesse dia mermo parece qui ele arrastô de pei, de Massaranduba pra o siito... os carro já tinha dicido tudim...Tem munta gente qui disse qui... essas inegia daqui num era pra ele butá.

Munta gente tá revortado... disse qui ele bota mai num vota pra ele, qui essa inegia num era pra ele butá não... Ele pensa qui os povo são bobo, mai os povo num são bobo mais não. Até qui o danado dos povo já... Aí tem deles qui dii mermo assim 'mai... eu vô votá pra ele breu, queu vô votá... eu sei qui essa inegia num... num... né ele, né do dinhero dele'...Esse tempo todim aí, Antõe ia pa João Pessoa e... e ele... quando chegava lá ele ligava qui num liberasse a inegia da Imbira. E quandé a hora quele sabia qui a inegia vinha pra cá... aí ele... no instante viero... c'um carro de poste...

Lourdes teve sete filhos, mas apenas a última nasceu numa maternidade. Dos partos ocorridos em casa três foram feitos por parteiras e três pela sogra. Situações dramáticas foram enfrentadas por ela, como num dos partos que complicou e em que a sogra recorreu a orações para que tudo se resolvesse. Nunca foi a um ginecologista, apesar da idade e do número de filhos, mas acredita que tem problemas de períneo, pois sente muita dor na região pélvica. O clínico geral a aconselhou a fazer uma ultra-sonografia porque ela estava se queixando de coceira na vagina. É hipertensa e apresenta sintomas de que está iniciando a menopausa, como irregularidades no ciclo menstrual. Contou para a irmã o que vira sentindo e esta a alertou para a possibilidade de ser uma doença grave, como câncer, o que a deixou apavorada. Mas ela relata que quando se sente mal o marido vai a um farmacêutico em Campina Grande para que lhe receite algum remédio, e fala que sempre melhora quando toma. Tem consciência de que a vida dura de trabalho que enfrentava quando estava grávida pode ter deixado seqüelas:

Eu trabaiava munto quando eu tava grávida. Desses doi, eu num trabaiava não, mais dos outro pa trai tinha gente qui perguntava cumu era queu trabaiava e haja eu trabaiano pa vê se quando eu tivesse de resguardo num tinha tanto siviço pa fazê. Alimpava mato, oi, cum sete mei de gravidei, basta, eu tava pegada alimpano mato. Mais eu sabia mermo, chega tinha hora quera aquele peso medõe... Aí eu alimpei mato no dia 8, inda me lembro, no dia 8 de agosto, alimpei, Ontõe alimpano, longe de casa, ali onde Fátima mora, e arrente morava mais pra cá. Ele alimpano mato lá numa roça e eu alimpano in casa, na fava. Aí eu maginano: quando for daqui um méis eu num vô alimpá mato mais. Aí, pronto, quando foi no dia 8 eu ganhei o minino. Aí foi a vó dela (aponta para a filha), a mãe dele (do marido) qui pegô. Até ela tava cum medo, pur causo qui vei foi o perino. E eu passava munto tempo custurano, nera, eu tava custurano pesadona mermo, já no méis de ganhá minino, e eu custurano essas farda, pa esses minino ir pa as macha, no dia 7, aí quando eu terminei de custurá, no sabo, ajeitei, no sabo di noite. Quando foi no dumingo, aí eu ajeitei as coisa, tava passano ferro. Quando eu tava terminano de passá o ferro, de brasa, né, munto

ruim. Aí terminei de passá o ferro na ropa – já tnhido buscá um balai de mii, de manhanzinha, um balai de mii danido de grande, quaje queu num me ajudava, aí butei in casa e fui passá o ferro nas ropa – aí as mulé quando chegaro atraí das ropa das minina, aí disse ‘benza-te Deus, tu já fizesse esse siviço e já tai cum balai de mii aqui?’, eu disse já. Aí levaro essas ropa e quando foi na segunda-feira, uma hora, mermo, dia 7, ele foi pa macha, quando umas 8 hora eu já tava aguniada, aí ganhei, uma hora.

Um caso raro entre as mulheres do Imbiras II é de Dona Baia, que teve apenas dois filhos, uma mulher e um homem. No seu depoimento, temse mais uma visão do mundo de quasetrevas de quem passou toda a vida no sítio Imbiras:

Tô cum setenta e seis ano sem sabê o qué enegia, nunca sube... A minha vontade, o meu interesse era a enegia, mai nunca chegava... E agora vai chegá no fim da vida... Mais... Deus quereno, e as coisa miorano, a gente taiveis miore a situação, aiguma coisa... Mai aigum conforto... Pode-se comprá um... quem pode, apareceno comprá uma geladerazinha e butá pa butá os confortuzim de casa, né, todinho, conseivá, né, puque... arrente num conseiva, in casa compra tudo e termina perdeno, sistragano. Num posso comprá in quantidade, compro poco, de dois, trei dia cabô-se... ficu resto da semana sem nada. Queu passo... só vô de meis in meis na cidade... De meis in meis, quando eu vô pu banco eu faço minhas comprinha, aí pronto... Quando recebo a aposentadoria, aí vem os cunhido, esse mermo, esse rapai aí mermo é quem compra ai vei coisa aqui pra casa, é Duduca, é Zé Adirso de Massaranduba mermo, qui passa nu carro eu mando ele comprá. Amenhá mermo, amenhá ele passa: ‘Cumé, dona Baia, vamo comprá arguma coisa?’. Não, home, fica pota hora. ‘Não, diga lá’. E é assim. Sempre aparece qui ajuda. Graças a Deus, aqui, é Antonho Arnesto, é tudo, aqui num me farta quem compre. Bosquim, o rapai do carro, tudo queu precisá dele, seu Arlindo, tudo queu preguntá, quisé, dé vontade e mandá eles comprá, eles compra. Eles se oferece pa compra, mermo, as coisa pra mim. É, assim.

Dona Baia também tem opinião formada sobre a política local e os políticos, e não se furtou a falar sobre o assunto:

Eu num tem mais obrigação, mai eu... puque eu vô votá puque eu gosto de votá. Eu gosto de ir, mermo, tê aquela infulença naquele dia, de ir, mai idade num tem mai. É, os canidato vem nas porta, uns diz, us cunhido, uns dii uma coisa, oto dii ota, oto dii ota, mai eu num convenço munto não, só minha cabeça, mermo. Quando fô na hora do meu voto é eu mermo... Pode chegá cinqüenta. Todos ele ficu bem sastifeito cumigo, puque eu num matrato ninhum... mai... Eu sei quem vô votá. Pode chegá agora mermo. Chegô aí, não, todo mundo é bom. Qui rim num tem quem quera sê. Todo mundo qué sê bom... (rindo) Agora a gente escoli o da gente. Mai é assim mermo, as coisa é assim mermo, nunca são iguá ...

Ela também, como em geral suas companheiras, começou a trabalhar muito cedo, e ainda leva uma vida dura, embora seja aposentada e o marido também:

Trabaio derne de idade de... de... deis ano, num tinha nem deis ano ainda quando eu ia trabaia. Muía mand'oca, cum idade de deis ano a gente muía mand'oca numa rodazinha, pa fazê u'a cuiazinha de farinha pa cumê e sustentá eu... Eu era pa tudo. Na minha casa e na casa do meu pai, casei fiquei na merma luta, num istranhei não. Tive só dois fii... pa ajudá foi poco, puque, a fia, qué a mãe dessas daqui (mostra duas netas pequenas), casô cum dizessete ano, cum quato ano de casada morreu, matô-se, cabou. Dexou quato criança. Eu fiquei cum treis e o pai cum um. E o rapai, quando tava cum dezoito ano foi simbora para o Rii, veve no Rii du'a veis. Pronto. Tá lá mermo, casô, ta lá, agora vem, de cinco in cinco ano ele vem in casa. Ajuda cum poca coisa. Adipoi qui se apusentemo (fala da aposentadoria dela e do marido) ele... s'iscorô. O pai das ajuda poco, ele tomém num tem nada, qui pode fazê?M – Mais dá pa ir levano, de poquim, divagarim... Dia farta uma coisa, dia tem... sobrano, dia num tem. E assim vamo levano. Quando chega fim de meis aí nois tá... a zero. Quando chega o tempo de tirá o dinherim, a coisa miora... Mais graça a Deus os meu vizim, os meu cunhido todim, eu posso ir na casa de caiqué um, sô rimidiada... Tota (o marido) fai um bucado de ano qui tá apusentado, quele foi pu validei... e chegô a idade dele... E a mi... a da gente... essa aposentadoria nova (rural) acho qui fai uns oito ano qui a gente tá apusentado. Eu. E o véi já fais uns quinze ano.

Mais uma mulher imbirana conta sua história de vida, desta feita uma jovem de 20 anos que já está na segunda gravidez e prestes a dar à luz. Perambulando por Cachoeira do Gama com um bebê de dois meses no colo, na verdade seu irmão mais novo, que ela estava amamentando porque a mãe se encontrava internada numa clínica psiquiátrica depois de levar uma surra do marido, Josefa procurava abrigo para proteger a criança e se proteger do pai alcoólatra e violento.

Nunca mais eu fui lá no hospital onde mãe tá internada.. Sigunda passada eu fui, mai num dexaro vê... dexaro vê ela não, puque ela tava meo avoroçada ainda, aí sela visse ela quiria ir simbora. Eu compreto nove méis agora in setembo.Quano eu fô ganha esse tem qui ficá in casa, cum pai mermo... Hoje eu saí de casa currida de casa, pur causa qui ele ta bebo in casa, chegô mim xingano, saiu pa bebê chego xingano eu, quandi bebe eu num posso tá in casa, quando eu pinsinto quele vai saí pra bebê... eu arrumo a boça do minino e sai no mei do mundo cum minino. Tem mais dois pequeno lá, e fica tudim in casa lá no chão, morreno de fome, sem eu pude entrá in casa pra dá de cumida pra eles. Pai bebe todo dia. E quandi bebe fica puxando faca pra mim, madano eu sumi de dento de casa, desse jeito eu num posso tá in casa. Agora eu só achava pelo meno assim qui o juui tumasse os oto minino tudim. Tem um minino piqueno, u minino tamãe daquele dali (mostra um garoto)... é fraco

do juízo e ele bate nu minino c'us pei. Dá pesada nu minino, bate c'ua cabeça du minino na parede... se a sinhora vê... Eu tive u'a minina. Quando eu tive a minina tava cum 18 ano. Eu dei ela e esse oto pretendo dá, mai já tem u'a mulé qui qué tumá conta, lá no Rii de Janero, é irmã da... cunhada de Zezim Cesaro... da mulé de Zezim. Esse aqui é da minha mãe (o bebê que carrega no colo). Eu acho qui... num mimportava não, se fosse adoado mermo, pa uma pessoa tumá conta assim. O juíi obrigasse... pra tumá conta das criança, qui desse jeito eu num vô pudê ficá... tumá conta de dois não. Pai quando tá bebo, quando já vem, já vem cum malhó gritaiage no mei du mundo... s'a sinhora vê... Ele já vem misculhambano de longe, brigano. Ele tá cum 35 ano. E batia na mi'a mãe... cum sete dia de resguardo ele deu-lhe u'a pisa qui... qui ela indoidiceu daquele jeito... e dava nela de resguardo de pesada... chutano, como assim chuta u'a bola. Aí tombém eu quiria qui u'a pessoa tombém, assim da residência assim, qualqué u'a pessoa, more assim pu perto... nem qui cumandasse menu u Incra, denunciasse ele no juíi. Queu num vô tá correno de casa assim c'u buxo pela boca, pa durmi na casa dos oto. Já a recramação queu levo munto grande de mia irmã qui num pode ficá cumigo lá in casa e o minino não... c'u buxo não... tem qui ficá in casa mermo... Aí quando sai assim fica as criança tudo lá pelo chão, morreno de fome... sábado... há oito... fei oito dia hoje... saí de casa os minino tudo chorano lá no mei da casa cum fome e ele bebeno e eu no mei do mundo c'u minino sem pudê entra dento de casa, intende? Quando ele jura de furá-me de faca... durmino de noite... aí isso realmente eu fico cum medo... eu fico cum medo.

Apesar da situação dramática em que vive, Josefa sonha com uma vida melhor, como ter sua casa, onde possa viver em paz. Semi-analfabeta, pois mal sabe assinar o nome, ela ainda pensa em estudar um dia. São visíveis as marcas dos sofrimentos que tem enfrentado. Embora com apenas 20 anos, sua fisionomia aparenta muito mais idade. Não tem qualquer orientação sobre como prevenir a gravidez, tanto que teve um filho aos 18 anos e aos 20 está prestes a ter outro, cada um de um pai diferente, e que não assumiram a paternidade. A continuar assim, se não tiver quem a oriente, quem a leve a descobrir outras alternativas de vida, pode o mesmo destino de outras imbiranas, como sua própria mãe, ou seja, parir muitos filhos, só que em situação ainda mais difícil, como mãe solteira.

Para encerrar os depoimentos de mulheres, agora uma garota de 9 anos conta como é a infância no assentamento e fala o que quer ser quando crescer:

Eu gosta de brincar de buneca e de barbandera... Fai uma listra no mei, aí fica um mói de gente dum lado e um mói de gente do oto... e... uma chinela. Fai uma roda e ota roda do oto e bota as duas chinela, aí se o oto passá e o oto colá, aí... aí a pessoa fica lá colado, num pode pegá a bandera. Aí o oto... se o oto fô lá discolá e ele se colá também, aí fica um mói lá, e vai ficano, assim... A gente brinca de toca na iscola. De vez in quando a gente brinca de roda. Eu tô na tecera. Eu

gosto da iscola. Eu... eu imagino, mais eu num... num tenho certeza queu seja não... mais é uma cantora, quano crescê. Mais médica eu num quero sê não... Vontade tem de sê mesmo é cantora. Eu canto assim in casa, no is... no ispelho... Eu fico... dançano e cantano. Eu tenho vontade de ir no Rio de Janero e in São Paulo. Conhecer e morar. Se... se... se eu gostasse... eu morava.

Tratase de uma criança que tem acesso à televisão, que na verdade vê muita televisão, e, ao que parece, tem recebido influência desse meio de comunicação de massa, daí porque manifestar o desejo de ser cantora e não médica ou outra qualquer profissão que requeira estudo. E com isso não se está querendo dizer que não é necessário estudar para ser cantora, mas chamar a atenção para o fato de que os programas de televisão em geral reforçam a idéia de *glamour* que é a vida de artista, cantores principalmente, e uma criança na idade da que deu o depoimento tende a ser seduzida por aquilo que vê na TV, caso não tenha quem a conduza por outros caminhos.

A condição feminina para as mulheres imbiranas tem se revestido de muito sofrimento. Não que para seus companheiros homens, maridos, irmãos, pais ou filhos, seja muito diferente, mas elas carregam a responsabilidade de gestar e de parir, o que significa uma carga adicional de dificuldades. Ainda mais quando essas mulheres não recebem qualquer tipo de orientação sobre como evitar a gravidez ou sobre como se prevenir de doenças fazendo exames preventivos.

Flores (1991, p.3 apud Cunha 1998, p. 17) afirma:

[...] não há tarefas tipicamente femininas ou masculinas, no entanto, as mulheres, os imigrantes e as crianças são sujeitos sociais que encontram em nossa sociedade maiores dificuldades para fazerem valer a sua força de trabalho. Por isso lhes são designadas as tarefas mais penosas e os trabalhos mais precários.

No caso das imbiranas, o depoimento da maioria delas mostra que desde muito cedo conheceram essa realidade a que se refere o autor. Mesmo tendo começado a trabalhar muito cedo, criança ainda, elas não falam disso como se o julgassem algo errado ou se sentissem exploradas.

#### 4.1.4 Lutar para vencer

A vida não tem sido dura apenas para com as mulheres, no Imbiras. Os homens também enfrentam as mais severas dificuldades. Mas há os que se julgam vitoriosos, porque depois de muita luta conseguiram progredir e ascender um degrau

na escala social em que estão situados. É o caso do presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Assentados das Imbiras. Um nome pomposo, o da instituição, que na verdade se limita a intermediar as relações dos agricultores com o Incra e reivindicar benefícios junto à prefeitura.

Hoje exibindo uma condição confortável de vida em relação aos demais moradores do assentamento, ele conta que sua vida nunca foi fácil, e que precisou lutar muito para conquistar o espaço que desfruta com a família atualmente. Sua casa se distingue das demais, em muito se assemelhando a casas de bairros periféricos da zona urbana. Construída em alvenaria, tem uma sala de estar e outra de jantar, três quartos e uma cozinha. Tudo rústico e muito simples, a cobertura de caibros feitos de madeira natural, sem qualquer aplainamento e telhas já bastante gastas. O banheiro, com vaso sanitário de cimento, fica no quintal, separado da casa. Do lado esquerdo da moradia, uma garagem onde são guardadas a caminhonete e a motocicleta, além de silos com feijão e milho, e onde se realizam as reuniões da associação; do lado direito ficam a bodega e outro cômodo onde são guardados botijões de gás e onde há uma mesa de bilhar (sinuca). Pintada de amarelo e azul, a construção atrai os olhares de quem passa pelo local. Uma antena parabólica na lateral e uma antena de tv convencional no telhado completam o cenário. Embora não tendo água encanada, mesmo com uma bomba já em funcionamento e tendo uma cisterna à disposição da família, há um pia na cozinha, o que facilita o trabalho doméstico. A comida é preparada num fogão a gás moderno, de seis bocas, mas existe também um fogão de barro, a lenha, onde em geral são cozidos alimentos como feijão e milho verde e onde são assados carne e milho verde. Há pelo menos três aparelhos de televisão na residência, um na sala de estar, outro na de jantar e um terceiro na bodega. Duas antenas, uma das quais parabólica, chamam a atenção de quem passa na frente da casa. A família conta com energia elétrica há já algum tempo, dada a proximidade com o povoado de Cachoeira do Gama. Há, também, aparelhos de som, geladeira, liquidificador e ferro de engomar.

Sobre os anos de dificuldades, assim ele se expressa:

Aí agente... quando era de manhã, ela (a mulher) ajeitava... ia ajeitar lá o café e eu ia bater inxada. Aí, terminava de bater inxada a gente ia cuns bichos, cum inxada e tudo po roçado. Levava até a rede... butava... amarrava lá num rancho e... os minino ficava... os mais piqueno... lá na rede... e as minina mais os minino... Quando

chegava já era meio-dia. Quando tinha feijão pra bater, ia bater feijão; quando num tinha, eu ajeitava bicicleta, pintava, fazia coroa de espingarda, ajeitava máquina de costura. Quando eu chegava ela ia ajeitar o armoço eu já ia lá pa ajeitar minhas coisa... ajeitava panela... latra... fazia latra, fazia silo.. de guardar ligume. Aí quando ela ajeitava o armoço chamava eu ia armoçar... quando terminava do almoço eu já vinha pás minhas coisa de novo e ela ia pa máquina. Quando dava umas 2 horas da tarde a gente parava de novo, aí pegava a enxada ali... ia simbora lá... lá po roçado de novo...quando chegava já chegava de noite, cum bichos... cum ração... era... era u'a agonia. Teve uma vez que eu fui pra o... quando chegava assim o mês de junho eu... pra o Rii... ia mimbora pro Rii. Teve uma vez que eu saí ela ficou cum cinco bicho... pa vim dá água ali... nos... nos poço que tinha aqui imbaixo. Vinha sozinha dá água esses bicho ali. Era... era munta luta. Agora... de vez in quando eu digo o povo... ninguém quer... agora por aqui ninguém quer fazer isso. Agora inda olha... tem muita gente que olha a vida dos outros, como é que o cara arruma as coisa.

Das idas ao Rio ele relata que trabalhava como carpinteiro, como ajudante de pedreiro, ficava seis meses e voltava, com dinheiro que havia juntado:

Aí teve um... um ano que eu fui... eu disse... eu saí de casa saí maginano: eu vô pu Rii agora quando eu chegar eu vou... eu ver se eu paro de ir, né... Aí quando eu cheguei passei umas três semanas em casa aí adoeci... adoeci e gastei um bocado de dinheiro... aí... quando foi com bem uns oito dia... aí me... robaro o burro que eu tinha. Quando foi com nove dia certinho, aí eu tinha um garrote morreu... cheguei lá no mato ele tava... inforcado... tinha estorado a barriga... passou a corda assim, passou por dibaixo da perna... ele fez tanta força qui istorou a barriga. Aí eu... aí eu saí cheguei assim de longe chamei ela (a mulher), aí ela... disse 'o que é?' disse o garrote tá morto... moreu inforcado. Ela vei logo chorano... eu disse, ei, acaba com esse presepe, num quero esse presepe aqui não... Deus me dando saúde pra arrumar outro de novo, né? Aí pronto... digo... se é assim eu pu Rii de novo, né. Aí dei mais duas viage pu Rii. Aí depois que eu dei mais duas viagem aí eu... aí mudei pra cá... e o meu pai morava ali... ele tinha uma mercearia, né... ele me aguniano cum vontade que eu butasse, mas eu num queria butar... eu disse eu vô pegar vender algum bicho meu vender pa butar mercearia e termina eu... pa vender fiado... num vai ter futuro. Mas ele quereno que eu butasse que era pra... receber as conta dele, né... aí terminou eu butei. Aí pronto... aí... num... aí butei aí depois eu disse: eu vou parar de... de... ajeitar esse negócio de espingarda, máquina de costura... latra... fiquei só alguma coisinha às veis, né... mais... poque de primero não, de primero eu trabaiava nisso direto mais também... Aí pronto... aí parei mais... o pessoal às veis queria que eu fizesse... eu digo... não... aí... 'tu parou por que, por que butou a bodega?'... não, puque agora tem... aí é munta coisa também... eu achei ruim também... pa tá cum... cum bodega, inda trabalhano in roçado... aí eu achei mais... Aí pronto... parei mais essas coisa. Mais tem gente qui num olha, né... eu tinha vontade

de... de... a gente trabalhava assim eu maginano... uma dia a gente quando... arrumar mais alguma... se ajeitar mais... a genta para mais de trabalhá tanto...Foi um bucado de ano que a gente levô nessa vida assim... direto.

Ele está casado há 29 anos e tem sete filhos, três homens e três mulheres. Uma filha e dois filhos estão no Rio de Janeiro. O mais novo dos homens, com 16 anos, vive em casa mas o pai tem algumas restrições a ele:

O pessoal pergunta se esse... esse minino aí já tá dirigino... eu disse... quando era a D-10 eu dava a ele... a D-20 num dei ainda não... 'mai puque tu num dá a ele?' puque ele é munto priguiça... eu num tô... eu me disliguei de tá intregano carro a ele... puque é priguição, eu nunca vi priguiça desse jeito... Eu digo esse tem isprito de rico... Eu digo eu inda compro... eu inda vou ajeitar pa tirar o documento dele e... e vô butá ele pa onde tá Fernando Henrique (o presidente da República), poque isso deve sê fii de algum Fernandenrique... qui sisconde pa num despachar gente aí quando chega... (na bodega) Tem gente qui diz 'tu vai.. comprá a passage e transferir ele pra lá...?' Vou... vou transferir ele pa Fernandenrique...

Aqui observase um conflito de gerações, entre um pai acostumado a ter filhos obedientes, que não questionavam a autoridade paterna, e que se depara com outra realidade em que um adolescente já não se submete facilmente às ordens e transgride, o que aos olhos do pai é visto como preguiça. E eis que a figura do presidente da República lhe parece a mais adequada para tomar conta desse garoto estranho (aos seus olhos), pois entende que o filho quer viver na boa vida que no seu imaginário só um presidente pode dar ou ter.

#### 4.1.5 Breve histórico da Associação

A terra foi desapropriada pelo Incra em 1996, e nesse mesmo ano foi criada a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Assentados da Imbiras, no dia 29 de junho. Criados os estatutos, o primeiro presidente assumiu a direção da entidade por seis meses, após os quais foi realizada eleição e ele foi eleito para um mandato de dois anos. Cumpriu o mandato e foi reeleito por mais dois anos. O mandato acabava em março de 2001.

A associação tem 75 sócios inscritos, mas segundo o presidente alguns deixaram de freqüenta-la, embora ainda figurem como inscritos. Ele não soube precisar o número exato dos que efetivamente freqüentam as reuniões.

Cada associado deve pagar R\$ 1 de mensalidade, mas boa parte não paga. O presidente informou que seria feito um levantamento, pois de acordo com os estatutos quem ficar mais de três meses sem pagar a mensalidade não terá mais direito. No entanto, sempre é possível fazer um acordo. Há quem fique inadimplente por até um ano, mas depois sugere um acordo e a entidade acaba parcelando o débito, dando “uma colher-de-chá”, no dizer do dirigente. Ele afirma que esse mesmo problema ocorre no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (ele também é membro da diretoria), onde tem associado com dez anos de atraso e que procura o sindicato para fazer acordo.

As reuniões ordinárias da associação ocorrem toda segunda quarta-feira de cada mês. Extraordinariamente pode haver alguma convocação, quando houver motivo que justifique. Segundo o presidente, quando ocorre isso o aviso é feito boca-a-boca e todos ficam sabendo.

#### 4.1.6 Participação do sindicato na luta pela da terra

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Massaranduba e de Alagoa Nova tiveram participação decisiva na luta pela desapropriação do sítio Imbiras. O presidente do sindicato de Massaranduba, no início, era um funcionário da Emater, e segundo o presidente da associação era favorável aos donos da terra, o que dificultava a luta dos agricultores. Por conta disso, “o pessoal da Igreja, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o povo mesmo botaram ele pra fora e formaram outra diretoria e botaram outro presidente, e esse outro passou a dar apoio à gente”.

Essa informação é confirmada por um técnico da Emater, segundo o qual o colega agiu errado em se envolver na questão política dos assentados e em ficar contra eles e a favor dos patrões.

A luta do povo do Imbiras começou em 1988. Durou, portanto, oito anos. Nesse meio tempo, a terra foi passando de um proprietário para outro, e cada um que a comprava ameaçava expulsar as famílias. O último começou a tentar fazer acordos individuais, na tentativa de enfraquecer a união dos agricultores, e ainda chegou a indenizar algumas pessoas.

O presidente da associação relata:

Eu mesmo eles quiseram fazer acordo ainda. Vieram falar comigo e disseram: 'ah, esse seu sítio aqui a gente vai lhe dar, fazer os papel e entregar ao senhor. Com o senhor ninguém mexe. Onde você domina, você vai dominar a mesma coisa'. Aí eu disse: e os outros? 'Não, os outros não.' Digo, então, não... pa mim ficá na boa e os oto ficá na mal nada feito... puque eu acho qui eles pensava era isso: eu aqui... cumo eu era qui ficava no canto da terra, né... e achava queu era mais visto do que os oto... dissero 'a gente fazeno um acordo cum ele aqui os oto é mole'... e era mermo... Aqui tudo no mundo do pessoal sempre era aqui cumigo, né... o pessoal daqui da terra... eles maginava 'aquele dali é o mais forte... a gente ajeitano aquele dali os oto fica mais mole...' e ficava mermo puque tinha muntos puraqui pu perto qui já tava cum vontade de... de fazê acordo. Sóque eu... que eu digo não, meu amigo, se é pra mim ficá na boa e os oto ficá na mal... quero não...

A posição assumida por esse cidadão certamente deve ter favorecido a sua escolha para presidir a associação e se manter na liderança na comunidade. Mas ele e seus companheiros, quando questionados sobre as semelhanças entre a sua luta e a do Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra, o MST, recusam toda e qualquer comparação, porque consideram que os que seguem o MST são "baderneiros". Um técnico do Incra tem uma justificativa para esse comportamento:

É porque a origem deles é diferente. Eles eram aqueles caras submissos ao patrão lá, que viviam debaixo do chicote. O patrão era como se fosse um Deus pra eles, né, então... e porque eles vão escutando o discurso exatamente de que... da Rede Globo, que é contra, que o Movimento só traz... Logicamente que tem os excessos, né... mas...

Dois fatores que levam a uma reflexão no relato do técnico: a submissão ao patrão que sempre norteou a vida do povo imbirano, e a influência que a televisão já está exercendo sobre ele, a ponto de não se identificar com um movimento de cidadãos que buscam a mesma coisa que eles buscavam, ou seja, terra para trabalhar e para viver. Levantada a questão do MST, o técnico teceu comentários sobre a atuação do Movimento na Paraíba, que se julgou importante transcrever:

Agora uma das coisas que o MST tem pecado demais é não ter critério na hora de selecionar as pessoas para assentar, e isso aí tem desgastado demais o Movimento. Nós temos exemplos aqui. Por exemplo, essas áreas aqui nas periferias de Santa Rita, Bayeux, João Pessoa mesmo, o público que está lá, que o MST coloca lá, 50% não é agricultor e não quer nada com agricultura. São

peessoas... inclusive tráfico de drogas lá dentro... pessoas viciadas em drogas... Já houve denúncia de pessoas que vão lá pra dentro se esconder dentro dos assentamentos, com cobertura... Filhos de assentados envolvidos... Coisas desse tipo existem. Pessoas que, realmente... alguns até assassinos, bandidos que... entendeu? E eles... esse pessoal é colocado lá dentro e às vezes eles usam o Movimento, na hora de uma dificuldade maior, ter alguém que toque o barco, né? Mas na hora de selecionar eles tinham quer selecionar melhor, sabe, porque aí é onde vem a questão: a maioria só pega o crédito vai embora, pega o crédito e em vez de comprar, vamos dizer assim, uma máquina agrícola, uma coisa, compra um revólver, compra uma bicicleta, gasta o dinheiro nas periferias da cidade nas farras, arruma outra mulher. Entendeu? Então, esse é mais ou menos o panorama dentro dessas áreas aqui do MST. Então, isso daí dá um descrédito muito grande, sabe? Porque você chega num assentamento desses do MST aqui no litoral, que você não tem desculpa, porque chove, é perto de tudo, terras relativamente boas, e você chega lá e encontra lotes inteiros sem exploração nenhuma. Fica difícil fazer reforma agrária desse jeito porque as pessoas que trabalham contra, quando chegam lá, pegam isso aí e é um prato cheio, sabe? Aí você não tem como defender um negócio desses...

Um depoimento contundente, de alguém que conhece o assunto, pois lida diretamente com ele, e que deve ser também um dos fatores pelos quais os assentados do Imbiras II não querem ter seu nome associado ao MST.

O tesoureiro da associação também participou da luta pela desapropriação da terra, e deu um depoimento sobre a questão:

Eu naci e mi criei, aqui, tô fazeno cinquentisseis ano, naci e mi criei na ara das Imbira. Derna du cumeço qui noi vem acompanhanoa luta. Sete ano de luta. Olhi, a gente pa consigoi essa luta foi cum ajuda da... de munta gente, do sindicato, a diocese, e... munta gente lutano junto cum a gente... freira, pade... e a... foi a luta da gente foi assim, sabe? A Pastoral da Terra, foi, todo mundo junto cum a gente, e a gente lutano, lutano, e a terra... um proprietario vendia pra um, vendia pra oto, parece qui passô na mão de quato ou foi cinco, um vendeno dum pra oto, e a gente fumo lutano e todos ele só tentava tirá a gente da terra, né? Ameaçava tirá a gente, e agente num tinha as condição, puque a gente tinha nossos binifiço, né? Eles num quiria indanizar a gente, conforme eu tive conversano cum ele u'a época aí, ele falô, eu falei, num dá um jeito d'indanizá o pessual não? Ele disse 'não, eu compro e vendo e num dô satisfação a ninguém'. Aí isso foi qui prejudicô mais, qui o pessoal criaro mais aqle oido, divido a proposta dele, né? Todo mundo tinha muntos ano, nacido e criado, setenta, oitenta... tinha gente aqui cum oitenta e treis ano, naceu e criô-se aqui. Num tê direito a terra, né? Aí, lutemo, lutemo, até qui um dia Deus ajudou qui noi conseguimos, né? Andô bem pertim, andô bem perto de havê morte... e amiaço, teve munto, né? Tiro de noite...queimaro casa, butaro casa abaxo e amiaço... O patrão mandava recado pra gente qui vinha aterrisar aí, e puliça, correno atrai de gente... teve munta puliça aqui na ara, né?

Mai graças a Deus andô bem perto mais e quano... quano dois trei se amiaçava, aí os oto acarmava, né, e aconselhava, 'e vamo vencê a luta sem morte'.E graças a Deus nois vencemo.

A falta de apoio governamental e do Incra para que o assentamento se desenvolva é uma das preocupações do tesoureiro, e ele deixa isso bem claro:

Oi, até agora, eu sempe cunverso isso, qui eu vejo aí nas otas ara de assentamento, praque eu num vivo só aqui dento não, praque eu gosto de acompanhá a luta e eu vô nos oto assentamento e eu vejo o disinvovimento dos otos assentamento. Agora aqui, até agora, nois num teve disinvovimento nenhum. Nois tamos praticamente aqui quase inzolado.E a curpa num é dos moradore não. Essa... essa curpa eu... é do governo, do Incra, qué poco interesse tombém. Conforme nois fumo uma viage pra lá essa semana (fala de uma viagem que alguns moradores, junto com membros da associação, fizeram a João Pessoa, para ir à sede do Incra), e a gente chega no Incra a gente só acha dificuldade das coisa, né?Num facilito nada. Olhe, teve aí uma proposta aí do Banco do Nordeste, qui a gente hoje divia tá até viveno melhó, pa criá bode e cabrito, mais a terra num tá dividida, agente num tinha um documento firme na mão, né, aí hoje a gente divia tá numa vida melhó aí, vendeno um cabrito ou doi, comprano um saco de feijão, qui o inverno foi munto bom, bom até dimais, mais num teve lucro. Aí se a gente tivesse u'a criação hoje a gente tava iscapano melhó, né, mais noi num tivemo direito praque a terra ainda num tinha sido dividida, inda cada cá na sua ara, pra imprantá seus binifiço, fazê u'a ceica, pa butá u'a criação. A gente num tivemo direito. É essa e otas coisa mais, né? Eu faço parte da associação, e eu já fui ... já fui eleito já trei vei, na associação, eu entrei de... de... fiscal, de fiscal passei a vice-prisidente, o pessoal... quisero me butá, né, acharo qui eu miricia, de... de vice-prisidente, aí de vice-prisidente passei a tisorero, e tô aí assumino o lugá de tisorero até... uns dia de malço, aí in malço nós tamo venceno o nosso prazo, eu e Ontõe Ernesto, aí vai tê ota inleição, aí eu acho qui nois num pode mais se... assum... sê canidato, né, aí tem qui entrá oto, né, aí eu continuo aqui junto cum o povo, dependê de mim, se pricisá de mim pra ajudá ir num canto qui os oto entrá qui num conheça, dependê de mim eu tô pronto pa ajudá e lutá, qui minha meta é lutá. Eu nasci pa lutá e trabalhá pelo povo, enquanto eu fô vivo e tivé aqui dento da ara de assentamento, tenho prazê de lutá e tá trabalhano junto cum o povo.

O tesoureiro tem aposentadoria rural, como boa parte dos moradores do assentamento que atingiram a idade, e é o que lhe garante a subsistência, embora ainda trabalhe na agricultura. Como a entrevista se deu num período pré-eleitoral, ele deu sua opinião sobre o assunto e aproveitou para comentar a questão da chegada da energia:

Rapaize, esse negoço dexa a gente... qui nem eu tava cunversano aqui agora, dexa a gente in dúvida, sabe? Eu tava cunversano aqui

cum a...dona Baia, aqui, cum seu Pedo, quesse negoço de política eu considero assim u'a pulítica... é u'a campanha suja e os pulítico sujo, praque dexa o eleitô assim cumo... u'a... u'a briga dum marido cu'a mulé, um pai cu'a mãe e o filho fica no mei, sem sabê pa... pu quem apune, nem pur um, nem pur oto. A gente tamo assim, cumo diz o ditado, num beco sem saída, né? É... praque a gente já veve sofreno já há munto tempo, a gente num cunfia mai... Tamos esperança de mudá, né, a esperança da gente é mudá, mai quem sabe se muda ou não ou continua a merma coisa? Tá veno aí as ara... as ara rural abandonada desse jeito, não tem istrada, o mato fechano as istrada, essa enegia sufrida há mais de dois ano, promessa de pulítico há vinte ano, vinte ano de promessa de pulítico de enegia, e agora, depoi de liberado, dois ano, conforme... o projeto, né, mai de dois ano, e taí, e eu mermo num tô confiano quela sai não. Tão aí trabalhano, mais eu num tô confiano ainda, praque eu... eu... eu sei o queu vem sofreno... Num tô confiano quela saia não. E mermo quela saia ninguém num vai votá neles não... num vai não, de maneira ninhuma. Vai não, vai não. Eu acho assim, no meu ponto de vista quissé um... um... um dirrespeito o ileitô, dirrespeito o povo, se governá quato ano e in cima da inleição vim apresentá serviço, vim mostrá serviço pa inganá o povo. Issaí num mim ingana. Pruque num teve quato ano, e in cima da inleição, venceno os quato ano é qui vem apresentá serviço? Isso aí num mim ingana não. E se todo mundo tivesse a minha mente, num inganava ninguém. Pruque teve munto tempo: quato ano num é quato dia, num é?

Mais um cidadão imbirano que demonstra ter um nível crítico e de consciência política desenvolvido, em que pese as limitações do seu grau de escolaridade. E também mais um que ainda tem dúvida quanto à efetiva introdução da energia elétrica na comunidade, mesmo com o trabalho de construção das linhas de transmissão já tendo sido iniciado e de a obra estar bastante adiantada em alguns trechos.

## **5 PRETENDIDO E NÃO-REALIZADO**

### **5.1 QUANDO PROJETOS NÃO PASSAM DE PROMESSAS**

De acordo com o Programa de Eletrificação Rural elaborado pela Companhia Energética da Borborema (CELB) para o biênio 1999/2000, e aprovado pela Eletrobrás, seriam construídos 168,3 km de redes de distribuição na zona rural de sua área de concessão, nesse período, para atendimento a 666 propriedades, nas quais habitam 3.184 pessoas. O Sítio Imbiras estava incluído nesses números.

Campina Grande, compreendendo a área territorial da sede do município e adjacências, já havia atingido, segundo os dados da CELB, 100% de eletrificação rural desde 1997.

Para execução das obras, seria necessária a construção de 168,3 quilômetros de redes de distribuição de alta e baixa tensão, a implantação de 1.534 postes de concreto e a instalação de 112 transformadores, que teriam uma potência total de 1.170 KVA (quilovolts/ampère).

O total estimado de investimentos para a execução das obras era de R\$ 760.853,43, dos quais, R\$ 570.640,08, ou 75% do montante, seriam financiados pela Eletrobrás, cabendo os restantes R\$ 190.213,35, correspondentes a 25%, à CELB.

Das propriedades incluídas no programa, 300 têm entre 0 e 9 hectares, 366 estão entre 10 e 99 hectares, não havendo qualquer propriedade acima de 100 hectares. Isso significava, de acordo com o documento elaborado pela empresa, que seriam beneficiados especificamente pequenos agricultores.

O Protocolo de Intenções para que a Companhia Energética desse início aos trabalhos, e que tinha prazo de 90 dias, foi assinado no dia 8 de junho de 1999, entre a Eletrobrás, a CELB e a Prefeitura Municipal de Campina Grande, esta como acionista majoritária à época.

Como é costume no Brasil, o Protocolo não passou das intenções, pois nada foi realizado, não passou de jogo-de-cena do Governo Federal, e de certa forma do governo do município de Campina Grande. E a energia que estava para chegar à comunidade, quando da pesquisa, viria por outros caminhos que não esse, como foi explicado no início desse trabalho.

A privatização da CELB, que ocorreu no final do ano em que o documento foi assinado, certamente teve papel preponderante nesse caso, mas ambas as partes já sabiam, à época, que isso iria acontecer.

#### 5.1.1 A questão social

O relatório dizia que para selecionar as áreas a serem beneficiadas foram considerados, o potencial irrigável e as explorações agropecuárias inerentes a cada município, visando a minimizar a dependência entre a economia e as variações climáticas, como também a possibilidade de serem criadas novas oportunidades de

emprego que possibilitassem a elevação do nível de renda familiar do pequeno e médio produtor.

Os dados<sup>1</sup> da CELB apontavam que 55% das propriedades rurais da sua área de concessão têm entre 10 e 99 hectares, a maioria das quais pequenos sítios, agrupados em comunidades habitadas por famílias de baixa renda, que vivem da agricultura de subsistência. Os técnicos da Companhia acreditavam que a ausência de energia elétrica contribui para o êxodo rural, o que leva à debandada de muitas dessas famílias para as periferias das cidades, aumentando o contingente de miseráveis desempregados que perambulam por cidades como Campina Grande e outras de médio porte, à procura de trabalho.

Como não se dispunha de qualquer trabalho científico que comprovasse a assertiva, preferiu-se buscar apoio em Descartes (1993, p. 33), que na primeira das suas regras metodológicas diz que nunca devemos aceitar nada como verdadeiro sem ter conhecimento evidente de sua verdade.

A informação era, sem dúvida, interessante, e foi um ponto do projeto investigado. E, com base nisso, continuou-se perseguindo as regras de Descartes:

[...] dividir cada uma das dificuldades examinadas em tantas partes quanto for possível e quanto for necessário para resolvê-las [segunda regra], conduzindo os pensamentos de maneira ordenada, começando pelos mais simples e mais facilmente conhecidos, para então ascender, pouco a pouco, aos mais complexos [terceira] e fazer enumerações tão completas que me assegurem não ter deixado nada de fora [última regra] (DESCARTES, 1993, p. 33).

Era preciso saber se o fato de os moradores da zona rural disporem de energia elétrica em suas propriedades é motivo suficiente para que suas vidas ganhem qualidade. Empiricamente, sabia-se parecer evidente que há necessidade de muito mais coisas – apoio governamental, por exemplo, através de empréstimos bancários para custeio do plantio, distribuição de sementes, aquisição de equipamentos – para que as famílias camponesas se fixem na terra onde moram.

Segundo Sposati et alii (1995, p. 38):

As famílias rurais e urbanas com renda familiar de até dois salários mínimos ou de até meio salário per capita estão entre a clientela potencial que carece dos serviços sociais, em função de sua

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do Relatório Programa de Eletrificação Rural 1999/2000, da Companhia Energética da Borborema (CELB), encaminhado à Eletrobrás, e do Protocolo de Intenções assinado pela Eletrobrás, CELB e Prefeitura Municipal de Campina Grande, oficializando o programa.

incapacidade de obter os meios necessários ao seu sustento ou de romper o círculo de pobreza.

Pressupunha-se que a população com quem se iria trabalhar, ou pelo menos grande parte dela, estaria inserida neste contexto, o que ficou constatado durante o trabalho de pesquisa, conforme já demonstrado.

E aí coube investigar se na área estudada havia traços do que escreveu Ribeiro (1995, p. 347) sobre recursos investidos no Nordeste através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

[...] Desse modo, imensos recursos aplicados com alto padrão técnico e moral beneficiaram o Nordeste, produzindo, porém, efeitos sociais muito menores do que uma parcela dos mesmos investimentos permitiria alcançar, se se pudesse reordenar o regime de propriedade da terra. Todos os fatores institucionais permaneceram, assim, sob a guarda de poderosas forças políticas, cujos interesses são opostos aos da população sertaneja, mas cujo domínio sobre a estrutura do poder é hegemônico (RIBEIRO, 1995, p. 347)

E é o mesmo Ribeiro quem diz que, subjugado por essas condições despóticas de domínio, as relações do sertanejo com os patrões é revestida de muito respeito e deferência, a ponto de cada vaqueiro ou lavrador esmerar-se para demonstrar prestimosidade de servidor, além de lealdade pessoal e política. Segundo o autor, esses trabalhadores chegam ao ponto de não receber visitas que possam não agradar seus patrões e a aceitar outras restrições à sua conduta pessoal ou familiar, pelo temor de ficarem desgarrados, “sem patrão e senhor que os proteja do arbítrio do policial, do juiz, do cobrador de impostos, do agente de recrutamento militar” (RIBEIRO, 1995, p. 347).

Ainda Ribeiro:

Ilhados no mar do latifúndio pastoril dominado por donos todopoderosos, únicos agentes do poder público, têm verdadeiro pavor de se verem excluídos do nicho em que vivem, porque isso equivaleria a mergulhar na terra de ninguém, na condição dos forada-lei. Paradoxalmente, essa saída desesperada é a única que enseja ao sertanejo libertar-se da opressão em que vive, seja emigrando para outras terras, seja caindo no banditismo (RIBEIRO, 1995, p. 348).

O que se constatou é que no Imbiras II os camponeses não têm mais hoje um patrão, mas ao que parece não se libertaram da síndrome dos anos sob dominação, quando trabalhavam para os donos da terra que agora é sua. Pelo menos essa é a opinião do técnico do Incra entrevistado, ao explicar por que os assentados têm uma péssima impressão dos agricultores que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e fazem questão de dizer que não pertencem ao MST, que para eles é “baderneiro”, como foi citado anteriormente.

Pelos motivos já devidamente explicitados, não foi possível verificar na prática os efeitos que a chegada da energia elétrica produziria na vida daquela gente, mas verificou-se o que ela espera que aconteça, ao mesmo tempo em que foi possível constatar aspectos diversos da vida cotidiana da comunidade, principalmente onde falham as políticas sociais, numa abordagem interdisciplinar.

Mas esse estudo não ficaria completo se não fossem feitas referências à energia elétrica, na verdade o embrião do trabalho, e por isso se buscou pesquisar aspectos históricos do assunto, por se julgar que são importantes e como uma forma de contribuição acadêmica a quem se interessar pelo tema, que serão abordados a seguir.

## 5.2 A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO: COMO TUDO COMEÇOU

Até a Idade Média, os recursos energéticos se reduziam a três grandes bases: a queima da madeira, a tração animal e a força muscular humana. É bem verdade que em muitas regiões do Brasil, esquecidas dos poderes públicos, esta realidade ainda está presente, mas em grande parte – ou na maior parte – do país as populações, inclusive das áreas rurais, já contam com a energia elétrica.

Mas a busca da eletricidade vem de muito antes. A História conta que Tales de Mileto, em 100 a.C já tentava explicar a força de atração do âmbar e das pedras magnéticas, e nessa mesma época foi inventada a bússola, na China.

Até a metade do século XIX, contudo, a energia elétrica era tida pela maioria das pessoas, em todo o mundo, como apenas mais uma curiosidade científica. Suas possibilidades práticas só seriam cabalmente comprovadas entre 1881 e 1883, quando o francês Marcel Deprez logrou transportá-la a longa distância, por meio de alta tensão.

Quanto ao Brasil, segundo Diniz (1996, p. 53), “as primeiras iniciativas de uso sistemático de eletricidade em nosso país são contemporâneas dos aproveitamentos pioneiros dessa forma de energia na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX”. Ainda segundo o autor, há notícias de que, em 1868, experiências com lâmpadas elétricas foram realizadas pelo frei Germano d’Annecy na cidade de São Paulo, e que a estação central da Estrada de Ferro Pedro II, no Rio de Janeiro, foi iluminada eletricamente em 1879, ano em que Thomas Edison patenteou sua lâmpada incandescente.

A “novidade” não ficou restrita às maiores cidades do país. Em Diamantina (MG), importante polo de exploração de minérios, foi implantada uma pequena usina hidrelétrica para montar escavadeiras de mineração, em 1883, mesmo ano em que foi inaugurado o primeiro serviço de iluminação pública municipal por eletricidade, do Brasil e da América Latina, em Campos (RJ).

Esses fatos ocorreram no Segundo Reinado, durante a regência de Dom Pedro II, um entusiasta da eletricidade, mas Diniz relata que essas iniciativas não devem ser creditadas apenas ao imperador pelas novidades importadas da Europa e dos Estados Unidos. Ele atribui ao senso de oportunidade dos “capitalistas”, que viram no novo mercado em ascendência uma excelente oportunidade de negócios, visto que a eletricidade já se tornara indispensável ao sistema de produção em todo o mundo contemporâneo. Também as nações industrializadas – Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, França etc. -, “interessadas em aplicar capitais excedentes, passaram a abrir mercados nas áreas menos desenvolvidas do resto do mundo, e o Brasil estava na mira”.

Enquanto isso, na Paraíba, relata Rodrigues (1994, p. 115):

Os paraibanos do Segundo Império [sic] jamais teriam os benefícios do gás incandescente; viveriam como os avoengos da época colonial. Estavam fadados, os que aqui moraram, até 1884, a viverem sob os bruxulentos e amarelados raios das candeias de azeite. As leis de então que seriam outros fachos a iluminar determinados setores das atividades coletivas tiveram, porém,

quanto ao material da iluminação da velha cidade, a marca da pouca vontade.

Note-se que ele fala referese ao gás, pois a eletricidade, esta, então, era um sonho ainda mais distante. Talvez aqui seja pertinente observar que vêm de longe as diferenças que separam o Nordeste do Sul e do Sudeste.

Era já o novo século, em plena República, quando, em 1899, a canadense Light and Power Co. Ltd. chegou ao Brasil para operar linhas de bondes elétricos em São Paulo, alimentadas por uma usina provisória a vapor. Dois anos depois, a Light pôs em funcionamento a Usina Hidrelétrica de Parnaíba (SP), e passou a vender eletricidade a particulares e indústrias, disputando, em seguida, o mercado de iluminação pública por energia elétrica na cidade de São Paulo. Em 1905, instalou-se no Rio de Janeiro, e, de acordo com Diniz (1996, p. 53), essas iniciativas eram “o reflexo do desenvolvimento e afirmação do capital financeiro internacional em escala global e do enquadramento da América Latina, e particularmente do Brasil, nos interesses dessa nova fase imperialista do capitalismo”.

A História mostra que os últimos vinte anos do século XIX e os primeiros do século XX (até a Primeira Guerra Mundial) são marcados pela busca de novos mercados, dando origem a uma nova difusão espacial do capital para a periferia do sistema, englobando as economias dos países relativamente à margem de tal processo.

É cabível observar que a História se repete, pelo que se acompanha do momento histórico por que o Brasil vem passando, inclusive no que diz respeito à eletricidade, que, numa volta às origens, está retornando às mãos do capital internacional, com o desmonte do setor elétrico nacional, a partir da venda das companhias estatais a empresas estrangeiras, as pioneiras na implantação da indústria da eletricidade no país.

### 5.2.1 Ascensão e queda

As companhias estrangeiras predominaram na indústria de energia elétrica praticamente durante toda a primeira metade do século XX. A *holding* Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd. controlava a produção, transmissão e a

distribuição da energia elétrica nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo; a American Share Foreign Power Company-AMFORP, filial da americana Bond and Share, controlava a geração e a distribuição no interior do estado de São Paulo e arredores, em Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Recife, Vitória, Natal e interior do estado do Rio de Janeiro.

Aos nativos das demais localidades fora desse contexto restava o serviço de energia elétrica, funcionando de forma precária, fornecido por pequenos concessionários locais ou pelo poder público, municipal ou estadual.

O fim da Segunda Guerra foi o início dos problemas para as concessionárias estrangeiras, que se viram às voltas com grandes problemas para acompanhar a demanda, já que todo o equipamento que utilizavam era importado e durante o período que durou o conflito estiveram impossibilitadas de adquirir novos equipamentos. O mercado crescia, com a aceleração do processo de urbanização decorrente da crescente industrialização e a popularização do consumo de eletrodomésticos, e as empresas que geravam, transmitiam e distribuíam energia não tinham como aumentar a sua capacidade instalada.

Foi quando a sociedade civil começou a se manifestar, ante a iminência de uma grave crise de energia, exigindo que o governo brasileiro tomasse uma posição. Àquela altura, eram notórios os lucros que as companhias estrangeiras auferiam com o negócio de energia elétrica no Brasil, lucros esses que eram remetidos para suas matrizes, sem, contudo, prestar um serviço de qualidade.

Instalado o impasse, o governo viu que não dispunha de recursos financeiros, técnicos e humanos suficientes para assumir a empreitada, enquanto crescia a rejeição às empresas estrangeiras, por parte da população.

Os Estados da Federação começaram a se manifestar, começando pelo Rio Grande do Sul, cujo governo criou, em 1943, a Comissão Estadual de Energia Elétrica-CEEE (hoje Companhia Estadual de Energia Elétrica, com a mesma sigla), que acabou encampando as concessionárias municipais e assumindo uma importante área de concessão, no final dos anos 50, quando ao chegar ao fim a concessão da AMFORP não foi renovada.

Em 1946 foi a vez de Minas Gerais seguir o exemplo, com a inauguração, pelo Governo do Estado, da Usina Hidrelétrica de Gafanhoto, abrindo caminho para a industrialização da região de Contagem, até hoje um município conhecido pelo alto índice de indústrias instaladas. Em 1952 foi inaugurada a barragem Três Marias,

construída pelo governo mineiro, que regularizou a vazão do Rio São Francisco, iniciativa que muito beneficiou a região Nordeste.

Nesse meio tempo, a 3 de outubro de 1945, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 8.031, autorizando a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), para aproveitamento do potencial energético da Cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, altura da Bahia, de acordo com amplos estudos que vinham sendo desenvolvidos desde a década de 20. Mas a iniciativa de Vargas teve que esperar alguns anos, pois no dia 29 daquele mesmo outubro ele foi deposto.

Todavia, pode-se dizer que começava aí a derrocada das companhias estrangeiras.

### 5.3 NASCE A CHESF

Com a deposição de Getúlio Vargas, somente em 1947 o presidente Eurico Gaspar Dutra retomou o assunto da constituição da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), criando oficialmente a empresa no dia 15 de março de 1948, quando houve a primeira Assembléia Geral, no Rio de Janeiro. A construção foi iniciada em março do ano seguinte, mas a primeira turbina só foi acionada em 1º de outubro de 1954, com Getúlio Vargas novamente no poder.

Os estudos para aproveitamento energético do Rio São Francisco, na área compreendida entre Juazeiro e Paulo Afonso, na Bahia, existiam desde o início dos anos 20. Com a ascensão de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, os planos foram adiados, somente sendo retomados na década de 40, a partir da campanha lançada pelo então ministro da Agricultura, Apolônio Sales, para exploração da Cachoeira de Paulo Afonso, com uma usina piloto de 5 MW (megawatts) que auxiliaria na construção de uma grande usina, esta, sim, vista como a solução definitiva para o grave problema de abastecimento de energia do Nordeste.

Como àquela altura o Sudeste enfrentava racionamento de energia, dada a grande demanda e os problemas da falta de investimentos por parte das empresas estrangeiras, Apolônio Sales enfrentou um verdadeiro bombardeio à sua idéia, pois figuras como o economista Eugênio Gudín e outros especialistas defendiam a tese de que os novos empreendimentos de geração de energia elétrica deveriam ser

realizados no Sudeste, mas não cedeu e conseguiu convencer Vargas a assumir a empreitada, que na verdade, como foi visto, acabou sendo construída pelo seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra.

A CHESF foi criada através do Decreto-Lei nº 8.031, que autorizava a sua organização pelo Ministério da Agricultura, seguido do Decreto nº 8.032, que abria ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 200 milhões de cruzeiros para subscrição de ações da companhia e do Decreto nº 19.706, que concedia à empresa licença pelo prazo de cinquenta anos para o aproveitamento hidráulico do Rio São Francisco, entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), para fornecer energia aos concessionários de serviços públicos e distribuir diretamente a eletricidade para 3.347 municípios do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, num total de 516.650 quilômetros quadrados.

A Usina de Paulo Afonso foi inaugurada oficialmente em 15 de janeiro de 1955, pelo presidente João Café Filho, e era considerada à época a maior obra da engenharia nacional. Com a entrada em funcionamento de Paulo Afonso, a formação de empresas públicas estaduais e municipais de energia elétrica voltadas basicamente para atividades de subtransmissão e distribuição foi estimulada.

De acordo com Paes (1994, p. 87), “quando a energia elétrica gerada pela CHESF chegou à Paraíba em 1956, as primeiras cidades que receberam esse benefício foram João Pessoa, Campina Grande e Itabaiana”. Ele conta que na época as linhas e subestações de 69 KV (quilovolts) eram construídas e operadas pelas CHESF. Hoje são de responsabilidade das concessionárias.

Já Lopes (1989, p. 25) fala que Campina Grande teve, de fato:

Sua eletrificação pela CHESF antes de várias capitais nordestinas. Foi, sem dúvida, a afirmação do espírito de pioneirismo da gente campinense – espírito esse que foi, por vezes, declinando no perpassar dos tempos, mas que pode a qualquer momento ser despertado e posto a funcionar.

Segundo ele, a vinda da CHESF para Campina Grande pode ser comparada à chegada da estrada de ferro ou do abastecimento d'água (o de Vaca Brava e o de Boqueirão), como marcos do desenvolvimento local.

### 5.3.1 Surge a ELETROBRÁS

Em conferência proferida na abertura da primeira sessão plenária da Semana de Energia Elétrica, no dia 9 de abril de 1956, no Instituto de Engenharia de São Paulo, o general Carlos Berenhauser Júnior disse que a indústria de eletricidade no Brasil estava a cargo, predominantemente, da iniciativa privada, que controlava cerca de 80% da capacidade instalada em usinas geradoras. O general explicou que, embora não tivesse intenção de excluir a iniciativa privada desse negócio, o governo pretendia complementar a ação da iniciativa e do capital privados, quando não pudessem ou não quisessem expandir suas instalações para atender as regiões sob sua responsabilidade.

Na conferência o general falou sobre algumas medidas que deveriam ser tomadas pelo governo para solucionar o problema energético brasileiro, citando o projeto de lei que instituía o Plano Nacional de Eletrificação, em discussão na Câmara dos Deputados, e o projeto que criava a estatal Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS), empresa que deveria pôr em prática o programa federal do Plano Nacional de Eletrificação.

A idéia de criação da ELETROBRÁS causou muita polêmica, a ponto de a poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) manifestar-se publicamente contrária, sob o argumento de que a política governamental estava se tornando estatizante no setor de energia elétrica.

Desde o segundo governo de Governo Vargas já existiam estudos para a criação da empresa, mas foi na segunda metade da década de 50, no governo de Juscelino Kubitschek, que esses estudos se intensificaram. Entretanto, somente no dia 25 de abril de 1961 é que o então presidente Jânio da Silva Quadros assinou a Lei 3.980-A, autorizando o governo federal a constituir a Centrais Elétricas Brasileiras S/A. Jânio renunciaria quatro meses depois, no dia 21 de agosto de 1961, sendo substituído por João Belchior Goulart, que no dia 13 de junho de 1962 assinava o Decreto 1.178, regulamentando a ELETROBRÁS, cujo estatuto já havia sido publicado pelo Diário Oficial da União de 16 de maio daquele ano.

Após quase quarenta anos de atuação, a empresa ainda existe, mas agora não mais como controladora do setor elétrico, de acordo com as funções para as quais foi criada. Com a paulatina privatização das concessionárias de energia em todo o país, a estatal atua hoje mais como uma consultoria ou uma agência de financiamento para projetos. A maioria das funções que lhe cabiam, hoje são de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Operador

Nacional do Sistema (ONS) e do Mercado Atacadista de Energia (MAE), além de outros órgãos criados na esteira do programa de privatização do setor elétrico.

#### 5.4 CAMPINA E A ELETRICIDADE

Até 1919, Campina Grande era iluminada por lampiões a querosene. Naquele ano, algumas residências da rua Maciel Pinheiro receberam pela primeira vez iluminação elétrica produzida por um motor de gás pobre, pertencente à usina do prefeito Cristiano Lauritzen. A inauguração da luz elétrica se deu, agora oficialmente, no dia 29 de setembro de 1920, graças ao empenho do coronel Juvino do Ó e dos comerciantes João Uchoa, Mário Cavalcanti e Genaro Cavalcanti, que formaram uma comissão e conseguiram arrecadar quarenta contos de réis, dos quais utilizaram dezoito para pagamento do motor de 100 CHV, de fabricação alemã, com dínamo de corrente contínua, 65 mil velas e pesando 3 mil quilos, adquirido numa firma de São Paulo por João da Costa Pinto, mediante autorização do prefeito Cristiano Lauritzen.

Formou-se, então, uma empresa privada, a J. Brito & Cia., formada por Joaquim de Brito, André Bezerra do Rego Barros e João da Costa Pinto, que ficou encarregada de administrar o negócio.

O fornecimento de energia elétrica se iniciava às 17h30min e às 2 horas o motor era desligado. Durante quatro anos foi assim que os campinenses dispuseram da eletricidade, até que, em 1924, o contrato de prestação do serviço foi modificado, e a empresa obrigou-se a instalar um motor de 180 cavalos e passou a fornecer energia das 17h30min até as 4 horas.

Em 1925, tendo como novo dono Armando de Brito, a concessionária mudou de nome para Empresa de Força e Luz de Campina Grande, sendo administrada pelo engenheiro Thomaz Pereira Soares, um português formado na Alemanha.

Até 1940 o fornecimento de energia permaneceu com a iniciativa privada. Preocupado com a má qualidade do serviço, o prefeito Vergniaud Wanderley encampou a empresa, que passou a se chamar Serviços Elétricos Municipais (SEM).

Já no governo do prefeito Elpídio de Almeida, em 1947, a Câmara Municipal aprovou, na sessão de 19 de junho, um projeto autorizando a Prefeitura Municipal a

dotar de eletricidade as sedes dos distritos, a reformar a usina de luz e a encampar as usinas que forneciam energia elétrica à sede dos distritos sob o regime de exploração particular, inclusive os povoados.

A energia passou a ser oferecida de forma contínua em 1951, na cidade, na gestão do prefeito Plínio Lemos, graças à aquisição de um motor Suza, enquanto nos distritos o fornecimento ia das 17h30min à meia-noite.

Aí, talvez, estivesse sendo realizado um dos sonhos de Epaminondas Câmara, que em 1947, no livro *Datas Campinenses*, apud Lopes (1989, p. 58), pedia:

Compreensão aos poderes federais, estaduais e municipais para contemplá-la (Campina Grande) com os melhoramentos que merece na proporção das suas rendas públicas e do seu contingente demográfico, tudo em correspondência com as mais urgentes necessidades, como: [...] 4. Energia elétrica com capacidade suficiente para iluminar a cidade e as vilas do município, para acionar bondes, ônibus e fábricas das zonas urbana, suburbana e rural.

Em 1951, também, Plínio Lemos transformou o SEM em Departamento Municipal de Serviços Elétricos (DMSE), que ficou incumbido de controlar a produção e o fornecimento de energia elétrica em todo o município, para consumo público e privado.

#### 5.4.1 Chegada da CHESF

No dia 30 de setembro de 1955, a Prefeitura de Campina Grande firmou um contrato com a Siemens Companhia de Eletricidade para remodelar a rede elétrica da cidade, com vistas a tornar possível a utilização da energia fornecida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), desapropriando, neste mesmo ano, um terreno de 10.000 m<sup>2</sup> para doação à CHESF, que ali constuiria uma subestação.

A partir de 1956, mais precisamente a 9 de junho, era inaugurado o sistema de transmissão de energia vinda da Usina de Paulo Afonso, e paulatinamente foram sendo estendidas as linhas para os distritos e povoados, começando por São José da Mata e Jenipapo.

No dia 30 de março de 1964 o governo municipal criava, em substituição ao DMSE, o Departamento Autônomo dos Serviços Elétricos (DASEC), órgão de

natureza autárquica industrial, com personalidade jurídica e independência financeira, econômica e técnica, destinado a promover a comercialização da energia adquirida à CHESF, a operação e reforma da rede de distribuição local e dos municípios de Fagundes, Queimadas e Lagoa Seca.

De acordo com o projeto, ficariam subordinados ao DASEC os serviços elétricos dos distritos que viessem a se emancipar, caso houvesse anuência do novo município. O novo órgão teria um diretor, nomeado pelo Prefeito, e se comporia de três divisões: técnica, comercial e administrativa, que poderiam se desdobrar em seções ou setores.

#### 5.4.2 A CELB

O DASEC durou apenas dois anos. Em 8 de setembro de 1966, o Poder Executivo foi autorizado pela Câmara Municipal a constituir uma sociedade de economia mista, cujas ações poderiam ser subscritas por pessoas físicas e jurídicas, ficando assegurado ao Poder Municipal o mínimo de 51% do capital votante. A empresa foi denominada Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB). Para a sua criação concorreu o ideal do economista Edvaldo de Sousa do Ó, que fazia parte do governo do interventor Luís Mota Filho e foi o primeiro presidente da empresa que se criava.

A nova empresa deveria explorar, administrar, conservar, ampliar e manter os serviços elétricos do município, mediante concessão, podendo, ainda, estender suas atividades a outros municípios dentro da região e realizar negócios correlatos.

A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente livremente escolhido e nomeado pelo Prefeito Municipal, e de três Diretores, Técnico, Administrativo e Comercial, eleitos pela Assembléia Geral, todos com mandato de dois anos e recondução permitida, embora o cargo de Diretor Técnico seja privativo de um Engenheiro Eletricista. Deverá fazer parte do Conselho Fiscal um representante da oposição, sugerido pela Bancada da Oposição no Legislativo Municipal, indicado pelo Presidente da Casa e eleito pela Assembléia Geral (????, p. ??).

Assim rezam os termos da Lei nº 61/66, aprovada pela Câmara Municipal de Campina Grande. Mesmo constituída de fato e de direito, a CELB só foi autorizada pelo governo federal a funcionar como empresa de energia elétrica em 1º de março de 1968.

Em 29 de outubro de 1970, através da Portaria nº 716, o Ministério das Minas e Energia autorizou a ampliação da área de concessão da CELB, incluindo os distritos de Boa Vista, Campinote, Floriano, Marinho e Jenipapo e os municípios de Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas e Fagundes. Isso significa que o município de Massaranduba, onde está situado o assentamento Imbiras II, passou a ser servido por energia elétrica a partir de 1970, há mais de 30 anos, portanto, enquanto os moradores daquela localidade permaneceram na escuridão durante todo esse tempo.

Hoje a área de concessão da CELB é praticamente a mesma, com pequenas alterações, a exemplo da transformação de Boa Vista em município.

#### 5.4.3 A CELB hoje

Localizada em sede própria, na avenida Elpídio de Almeida, 1111, bairro do Catolé, em Campina Grande (PB), a CELB tem desde 1998 nova razão social: Companhia Energética da Borborema. Trata-se de uma estratégia adotada com o objetivo de permitir à empresa explorar outras fontes de energia que não a elétrica, a exemplo de energia térmica (a gás), solar, eólica ou outras. A sigla permaneceu porque, no entender dos então Diretores, é uma marca forte e, como tal, reconhecida em qualquer parte.

Privatizada em novembro de 1999, a empresa foi comprada pelo grupo mineiro Cataguazes-Leopoldina, que adquiriu as ações em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no dia 30, por 84 milhões de reais, numa operação que segundo os meios de comunicação foi relâmpago, tendo em vista ter durado apenas dois minutos.

A nova diretoria da CELB, toda constituída por pessoas ligadas ao grupo que a adquiriu, tomou posse no dia 16 de dezembro daquele ano. Dois Programas de Desligamento Voluntário, um instituído ainda quando a empresa era pública com o objetivo de incentivar os empregados a se demitirem, para torná-la mais atraente aos olhos dos interessados em comprá-la, e o outro tão logo os novos donos assumiram o controle da empresa, reduziram o número de empregados de cerca de 300 para menos de 100, o causou sérios problemas sociais, com o aumento do número de desempregados, boa parte dos quais pessoas que passaram boa parte

de sua vida executando funções específicas de atividades ligadas ao setor elétrico, o que dificultou a inclusão desses profissionais no mercado de trabalho.

O mesmo grupo que comprou a CELB também é dono agora da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA) e controla hoje a distribuição de energia em todo o Estado. O grupo norte-americano Alliance é detentor de 40% das ações tanto da CELB e da SAELPA como da ENERGIPE, a outra companhia de eletricidade nordestina arrematada em leilão de privatização pela Cataguazes-Leopoldina.

## 5.5 O BRASIL PRIVATIZADO

O setor elétrico brasileiro vem sendo paulatinamente privatizado, em obediência ao que reza o Programa Nacional de Desestatização instituído pelo Governo Federal, como forma de atender as exigências dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, por exemplo, restando hoje poucas empresas ainda estatais. Este processo vem gerando uma série de críticas de setores politicamente mais à esquerda, que questionam o fato de ser o próprio governo, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), quem está financiando o capital com que as estatais estão sendo compradas, muitas delas por empresas estrangeiras.

Além de não se ter verificado a redução da dívida externa, como prometia o governo ao tentar sensibilizar a opinião pública para a necessidade de vender as empresas públicas, que ao contrário, cresceu muito mais, graças aos empréstimos feitos no exterior pelas compradoras, sem contar a dívida interna, que também aumentou em função das dívidas que as estatais vendidas tinham, e que foram assumidas pelo governo. Isto, segundo Biondi (1999, p. 6): “é o que se pode demonstrar, na ponta do lápis, neste ‘balanço’ das privatizações brasileiras, aceleradas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso”. E acrescenta: “em resumo: as privatizações agravaram o ‘rombo’ externo e o ‘rombo’ interno”. A política de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) agravou a recessão.

Outro ponto muito questionado é quanto ao lucro que essas empresas passam a dar quando privatizadas. Biondi (1999, p. 15) garante que isso acontece

em função dos reajustes de tarifas de 100%, 300% e até 500% que são concedidos pelo governo. “E há aumento até de última horas, como o reajuste de 58% para as contas de energia no Rio, poucos dias antes do leilão da Light”, sem contar as demissões maciças de trabalhadores, que acabam reduzindo custos e gerando lucro.

Os dados causam verdadeiro pânico a quem os lê, pois Biondi demonstra, por A + B, que o Brasil está trilhando um caminho sem volta, que vai destruir a sua soberania. Segundo o autor, um investimento da ordem de 21 bilhões de reais foi feito pelo governo brasileiro nas empresas telefônicas, antes de vendê-las, recebendo pelo negócio uma “entrada” de 8,8 bilhões de reais, dos quais metade foi financiada pelo BNDES. E este é apenas um dos inúmeros exemplos de como vem ocorrendo o processo de privatizações no país.

“Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende ‘moedas podres’ a longo prazo e ainda financia investimentos que os ‘compradores’ precisam fazer”, relata Biondi (1999, p. 17).

### 5.5.1 Ameaça de trevas

O Brasil vive hoje um racionamento de energia elétrica que desde que foi anunciado alterou profundamente o modo de vida do país e o cotidiano da população. Ameaçado de ficar no escuro caso não economize energia, o povo tem buscado as mais variadas saídas, desde desativar eletrodomésticos, até então julgados indispensáveis para o perfeito funcionamento da casa, à troca das lâmpadas incandescentes por outras fluorescentes, que se consomem menos são porém muito caras para o padrão médio de renda dos brasileiros. E cada unidade consumidora está recebendo da concessionária que lhe fornece o serviço uma correspondência com a meta a cumprir, ou seja, o número máximo de quilowatts/hora que poderá consumir a cada mês.

Analistas econômicos já vislumbram tempos difíceis para o parque industrial do país, com consequências sérias para os trabalhadores, em função da ameaça de desemprego.

Embora o governo procure fazer a opinião pública acreditar que a escassez de energia é obra da natureza, devido ao baixo nível da água dos rios que abastecem as hidrelétricas, especialistas no assunto garantem ser essa apenas uma

parte do problema, pois o verdadeiro motivo que levou setor elétrico ao sucateamento é a falta de investimento. E o problema, segundo esses especialistas, é antigo, tendo se agravado nos últimos anos, desde que o país passou a ser comandado por governos neoliberais, a começar do governo de Fernando Collor de Melo, que cumprem as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma das quais é exatamente a proibição de investimentos na produção de energia elétrica.

Jacques Marcovitch, reitor da Universidade de São Paulo, relata, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, que em 1989, no Ciclo de Conferências sobre Perspectivas Empresariais, realizado em Londrina (PR), abordando os impasses do setor energético brasileiro, alertou para o fato de que “a política brasileira no setor estava colocando o Brasil no escuro. Infelizmente os fatos confirmaram a previsão”.

Ele lembra que naquele ano foram veiculadas campanhas na televisão pedindo aos usuários moderação no gasto de energia elétrica, mas como nada foi feito para solucionar o problema, a situação veio se agravando ao longo dos anos.

Eis o que ele diz:

Em nossa intervenção no ciclo, insistimos em dizer que as dificuldades evoluiriam ao ponto de impor aos brasileiros economias fixadas em percentuais, a menos que o governo mudasse a sua política energética. A política foi mantida e não houve economia significativa por parte dos consumidores. Dizíamos, e agora repetimos, ser um dado corrente que, da dívida brasileira, pelo menos 20% eram atribuídos a uma chamada dívida energética. Caso esses recursos tivessem sido aplicados sem o erro da usina de Angra e das obras iniciadas no começo dos anos 80 (depois interrompidas por falta de dinheiro), certamente estaríamos em situação mais confortável. Hoje, uma parcela considerável do custo da energia no Brasil é constituído por juros e outros encargos financeiros (MARCOVITCH, 1989).

Enquanto as medidas sugeridas não são executadas, o país vai permanecer à mercê da boa vontade do povo, para gastar o mínimo de energia possível, e da natureza, com relação ao índice pluviométrico. Mas para Marcovitch, a universidade

Deve se debruçar sobre a questão em seu aspecto macro, evitando extremismos de atores sociais aparentemente opostos, mas unidos no mesmo equívoco. Referimo-nos aos que defendem uma disseminação de barragens a qualquer preço, aos ambientalistas dogmáticos e ao ideólogos da burocracia paralisante. Nessa matéria, o compromisso social da universidade brasileira desdobra-se em três dimensões. A primeira é a do acompanhamento da geração e

da oferta, dos níveis dos reservatórios, da expansão da geração e do uso inadiável de alternativas energéticas insistentemente propostas, mas na implantadas pelos setores competentes. A segunda envolve o acompanhamento do consumo, dos segmentos da economia e da iluminação pública. A terceira está relacionada com os fatores de hidrometeorologia e de previsão climática, nos quais os cientistas demonstram cada vez mais competência. Assim o meio acadêmico afirmará claramente sua plena sintonia com o interesse nacional. O interesse nacional deve prevalecer e orientar as preocupações (MARCOVITCH, 1989).

### 5.5.2 Problema antigo

Racionamento de energia no Brasil, contudo, não é um problema novo. Pelo menos desde a década de 40 do século passado, até os anos 80, o país viveu graves crises energéticas que levaram o povo a ter que racionar o uso da energia elétrica em praticamente todas as regiões. E essas crises tiveram como pano de fundo, sempre, o cruzamento de três fatores: produção de energia das concessionárias, incluídos os parques geradores e os sistemas de transmissão e distribuição, as condições hidrológicas vigentes e a evolução da demanda energética.

Publicação do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil diz que o período 1930-1945, considerado em seu todo, apresentou uma queda acentuada no ritmo de crescimento da indústria de energia elétrica, comparativamente ao desenvolvimento do setor nos trinta anos anteriores. Como a maior parte da produção de energia no país era subordinada a empresas estrangeiras como Light (Brazilian Tracton Light & Power Co.Ltd.) e Amforp (American & Foreign Power Co.), e estas foram afetadas pela crise econômica mundial de 1929, devido às restrições impostas ao comércio externo, as importações de máquinas e equipamentos essenciais à ampliação do sistema elétrico foram prejudicadas. E esse quadro se agravou ainda com o advento da Segunda Guerra.

Ao longo dos vários racionamentos decretados pelo governo, medidas semelhantes vêm sendo tomadas, como a instituição do horário de verão, o acréscimo da capacidade instalada das concessionárias mediante o aparelhamento mais eficiente dos sistemas existentes ou da construção de novas instalações para a produção, transmissão e distribuição de energia, proibição de uso da energia para fins ornamentais, recreativos e esportivos, iluminação pública, suspensão de novas

ligações e, por último, restrição ao consumo domiciliar, com o estabelecimento de quotas de acordo com a média de consumo de cada unidade.

O último racionamento implantado no Brasil datava de 1987 e atingiu toda a região Nordeste, tendo se prolongado até o início de 1988. Nesse período foram veiculadas campanhas de divulgação em emissoras de rádio e televisão, em jornais e *outdoors*, com títulos como “Economize energia elétrica”, “Diversos”, “Não vamos apagar o Nordeste”, “O Nordeste tem que ficar ligado”, e “Racionar ainda é preciso”.

Os primeiros levantamentos mostraram que as classes de serviço público e poderes públicos não haviam cumprido as suas cotas. Já as classes residencial, comercial, de consumo próprio e industrial demonstraram esforço para racionar, apresentando um consumo inferior ao consumo médio histórico, embora superior à cota. Foi observado também que os consumidores das faixas de menor consumo apresentaram resultados melhores do que os das faixas de maior consumo. Com base nesses dados, foi recomendado o direcionamento da campanha de conscientização sobre o racionamento para os grupos com consumo mensal superior a 500 kWh e uma atuação direta das empresas de energia elétrica junto aos órgãos públicos que não cumpriam as cotas estabelecidas.

Mas não foi fácil convencer os nordestinos a aceitar o racionamento, pois o povo estava descrente nas ações do governo federal, tendo em vista o frustrado Plano Cruzado implantado no ano anterior, os governadores recém-eleitos não queriam assumir o ônus de um racionamento ao iniciar o mandato e no próprio setor elétrico surgiram problemas, tendo em vista as mudanças que haviam sido implementadas na direção do Ministério das Minas e Energia e nas empresas de energia elétrica pelo governo que se iniciava. As grandes oposições ao racionamento foram abrandadas somente após a implantação do Programa de Energia para o Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste, aprovado pelo Decreto nº 94.686, de julho de 1987.

### 5.5.3 Promessas vãs

O governo federal divulgou o quanto pôde, por mais de um ano, o programa de eletrificação rural Luz no Campo, que pretendia levar a energia elétrica aos 10 milhões de brasileiros para quem ela ainda não existe. A pretensão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) era de que o suprimento de energia elétrica

atendesse a todo o país até 2005. Em editorial publicado no dia 24 de novembro de 2000, o jornal *Folha de São Paulo* abordava a questão, afirmando que seriam necessários investimentos de R\$ 8 bilhões para a execução do programa e que as concessionárias demonstravam resistência à meta estabelecida pela ANEEL. Depois de fazer uma análise da questão, o editorial terminava assim: “Existem diferentes formas de equacionar o problema. O único resultado inaceitável seria que, em plena era da tecnologia digital, 10 milhões de brasileiros continuassem a não ter acesso a um serviço público básico, que data do século 19”.

No mesmo jornal, três dias depois, o então ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho escrevia artigo em que falava da ousadia do Luz no Campo, que na sua primeira fase, que se estenderia até 2002, eletrificaria 1 milhão de propriedades. E dizia: “Em cinco anos não teremos mais brasileiros vivendo à luz de lampião, limitados pela falta de energia”. O ministro explicava com detalhes como seria executado o programa e os benefícios que adviriam da sua implantação, e concluía:

Com o apoio de toda a sociedade, vamos iluminar este país, de norte a sul, até 2005. Uma meta a ser alcançada em cinco anos, contemplando alguns milhões de brasileiros ainda hoje excluídos de uma das conquistas mais básicas da civilização. Sem dúvida, um belo fruto do novo modelo do setor elétrico que, se fosse necessário traduzir em apenas uma palavra, eu não titubearia em escolher: cidadania (TOURINHO, 2002).

Passados sete meses das duas publicações o país foi surpreendido com as medidas tomadas pelo poder federal para obrigar a população a economizar energia, devido à grave crise em que está mergulhado o sistema elétrico nacional. As medidas já estão em funcionamento, a população tem colaborado na medida do possível, para evitar que haja “apagões”, uma ameaça constante. E muita gente tem procurado se prevenir comprando lâmpões e lamparinas, para o caso de uma situação de emergência.

Hoje o Brasil tem outro ministro nas Minas e Energia e quem está adquirindo lâmpões são os habitantes das cidades. As populações rurais que ainda não dispõem de energia elétrica, a julgar pelo quadro atual, deverão permanecer assim, não se sabe por quanto tempo, e as que já contam com a eletrificação certamente estarão correndo o risco de vê-la desaparecer.

Dado o tempo decorrido desde a pesquisa de campo no Assentamento Imbiras II, não é possível afirmar como está a situação da comunidade no que se refere à energia, mas pressupõe-se que deve estar enfrentando dificuldades, como todos os brasileiros.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nada que é humano me é alheio.

Karl Marx

Nada mais humano do que a vida das pessoas que habitam o Assentamento Imbiras II. E a pesquisadora não ficou insensível ao que viu e ouviu

no decorrer da investigação. Agora que é chegado o momento de fazer uma avaliação sobre o que foi apurado, para, sem a pretensão de ser este um trabalho conclusivo, indicar sugestões de políticas públicas que possam ser adotadas para que aquela comunidade se insira no contexto do desenvolvimento regional, desde sempre o objetivo pensado quando da elaboração do anteprojeto que deu origem a essa dissertação, pode-se afirmar que aquela é uma comunidade que tem carências de políticas sociais e públicas as mais fundamentais, muitas das quais fáceis de solucionar.

Tanto que, para que fosse possível tornar mais clara e compreensível a situação vivida pelos habitantes do assentamento, foram reproduzidos alguns depoimentos dados por pessoas daquela comunidade. Junto com os dados apurados nos formulários e a observação participante, esses depoimentos formam um caleidoscópio do que é Imbiras II. Sem eles, fica uma lacuna.

Nesse sentido, é importante citar o que pensam Spink e Medrado (1999, p. 60):

[...] o construcionismo social está interessado em identificar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias. Nesse sentido, o foco de estudos passa das estruturas sociais e mentais para a compreensão das ações e práticas sociais e, sobretudo, dos sistemas de significação que dão sentido ao mundo.

Aquelas pessoas descreveram seu modo de vida, e ficou claro que embora não reclamem nem se dêem conta, estavam à margem de conquistas que já estão incorporadas ao cotidiano de quem vive nas cidades, a começar da energia elétrica. As mulheres, em geral mais loquazes, forneceram subsídios fundamentais para se compreender aquele mundo. Acostumadas a trabalhar duro desde a mais tenra infância, enfrentando a lida do roçado e as lides domésticas, casam e têm filhos sem qualquer orientação. Gestações e partos sucessivos, sem acompanhamento ou assistência médica, em geral passam a vida inteira sem se submeter a um exame ginecológico, sujeitas aos problemas de saúde comuns às mulheres nessas circunstâncias. Surge, aí, então, a oportunidade de se aplicar a interdisciplinaridade que o mestrado pretende. Por que não se criar um grupo de trabalho integrado por profissionais das áreas de saúde e humanas, para

desenvolver um projeto que possa ser aplicado naquela comunidade, beneficiando a população?

Para isso, é preciso estar atento ao que pensa Follari (1995, p. 138) sobre o assunto. Ele considera que, nesses casos, é necessário definir previamente os papéis, para evitar equívocos, como achar que para ser interdisciplinar todos têm que fazer de tudo ou que ou cada um o papel do outro. “Cada detentor de uma profissão deve restringir-se a trazê-la a debate e estar aberto para colocar-se em sintonia com outros saberes, mas não pode extinguir sua própria especificidade” (FOLLARI, 1995, p. 138)

É ainda Follari (FOLLARI, 1995, p. 138) quem diz:

É necessário definir os temas socialmente mais relevantes em que o interdisciplinar possa operar e buscar as vias institucionais para colocá-lo em prática, sem ignorar as dificuldades, resistências e oposições que se pode esperar em relação às práticas e papéis que se pretende modificar.

Outro aspecto a ser observado é quanto às crianças e aos jovens, que, pelo que se pôde observar, não têm praticamente perspectivas quanto ao futuro, no que diz respeito à educação formal, tendo em vista que embora a maioria deles freqüente escolas é remota a possibilidade de que ultrapassem o primeiro grau menor já que para isso teriam que se deslocar até a sede do município, o que se configura como um procedimento inviável para quase todos eles. Mais uma vez se apela para a interdisciplinaridade, sugerindo que profissionais da área de educação elaborem um projeto e o encaminhem às autoridades competentes para que façam chegar até aquela comunidade, no mínimo, ensino até a oitava série e, se possível, cursos profissionalizantes. Uma outra possibilidade seria colocar um meio de transporte à disposição dos estudantes para que eles possam se deslocar até Massaranduba para assistir aula. Tais procedimentos certamente contribuiriam para que os jovens, ao concluir o primeiro grau, se sentissem motivados a continuar estudando, mesmo que à custa de sacrifícios adicionais. E, como fala Frigotto (1995, p. 26):

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento no campo das ciências sociais e no campo educativo que se desenvolve no seu bojo, não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata. Decorre da própria forma de

o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social.

Ainda com relação aos jovens e às crianças, observou-se que, além de não terem perspectivas quanto à continuidade dos estudos, o que certamente compromete a sua cidadania, pois praticamente ficarão obrigados a viver como os pais sempre viveram, também não desenvolvem atividades voltadas para o lazer, não parecem conhecer, sequer, no caso das crianças, cantigas de roda e histórias infantis, e, no caso dos jovens, não há interesse em se reunir para trocar idéias, não há motivação para organizar festas ou outras atividades e folguedos próprios da juventude.

Novamente aqui há que se recorrer à interdisciplinaridade para sugerir a elaboração de um projeto que pudesse despertar naquela clientela o interesse por atividades de lazer e recreação, podendo ser estendido o projeto a toda a população do assentamento.

Para Bosi (1981, p. 65), “tanto do ponto de vista histórico quanto do funcional, a cultura popular pode atravessar a cultura de massa tomando seus elementos e transfigurando esse cotidiano em arte [...]”. Como não se observam traços de manifestações de cultura popular naquela comunidade, sugere-se a elaboração de algum projeto, no âmbito da Universidade, para tentar impedir que a cultura de massa absorva por completo os seus habitantes.

As recomendações ao Incra seriam no sentido de que levasse o povo do Imbiras II a se organizar em sistema de cooperativa, como forma de estimular a produção e garantir a sobrevivência das famílias, tendo em vista as dificuldades que os camponeses enfrentam, sem qualquer orientação sobre o aproveitamento da área que lhes foi destinada.

Se a questão é de cidadania, não pode ser utópico sonhar com um mundo melhor para aquelas pessoas. E se houve um interesse em estudar o seu modo de vida não foi com o fim apenas de realizar pura e simplesmente um trabalho acadêmico para alcançar o grau de mestre. Havia – e há – um interesse legítimo em dar uma contribuição à academia, mas também de poder, de alguma forma, ser uma ponte entre aquela gente tão sofrida e os benefícios que podem advir de uma pesquisa em que foram detectados os seus problemas e apontadas algumas soluções.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Unicamp, 1998, 275p. (Coleção Estudos Rurais, n.122). 275p.

AMARAL, Márcio Tavares d'. **Filosofia da comunicação e da linguagem**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977. 235p.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Pedrosa, 1962. 135p.

ALVARENGA, Augusta Thereza. A Saúde pública como campo de investigação interdisciplinar e a questão metodológica. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 23-41, São Paulo, 1994, 125p.

ANAIS do Simpósio Interdisciplinaridade em Questão. Campina Grande, PB: UEPB, 1998, 160p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O nordeste e a questão agrária**. 2. ed, São Paulo: Ática, 1993. 157p.

\_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980. 350p.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. São Paulo: Atlas, 1997. 118p.

ARQUIVOS da Câmara Municipal de Campina Grande. Projetos de lei. Campina Grande, PB, 1999.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália - novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 1999. 170p.

\_\_\_\_\_. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2000. 148p.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BASSEGUIO, Luiz; GONÇALVES, Alfredo. Os condenados do sistema. In:\_\_\_\_. **Migrantes: êxodos forçados**. São Paulo: Paulinas, 1980. 107p.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BELTRÃO, Luís. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980. 279p.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 247p.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do estado**. 4. ed. São Paulo : Fundação Perseu Abramo 1999. 48p.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação rural**. 3. ed, São Paulo: Brasiliense, 1998. 80p.

BOSI, Ecléa. **A cultura do povo**. 4. ed, São Paulo: Cortez, 1988, 144p.

\_\_\_\_\_. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. 188p.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1987.

CABRAL, Lígia Martins; CACHAPZU, Paulo Brandi de Barros; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 1988. 333p.\_

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande.** Campina Grande, PB: Edições Caravela, 1999. 124p.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 8. ed. São Paulo: Duas Cidades. 1998, 284p.

CASTRO, Nivaldo de. **O setor de eletricidade no Brasil: a transição da propriedade privada estrangeira para a propriedade pública: 1945-1961.** Dissertação (Mestrado em Ciências: Economia Industrial), Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. mimeo.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 11. ed. São Paulo: Ática, 1999. 440p.

CHESF 50 anos (1948-1998). Rio de Janeiro, 1998, 136p. CELB. Relatórios, Campina Grande, PB: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1999.

CHESF. Disponível em: <<http://www.chesf.gov.br>>. Acesso em: 7 abr. 2000.

COMPANHIA Hidroelétrica do São Francisco: 1948-1993. Recife: Chesf 1993.

COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CUNHA, Auri Donato da Costa. **Terra para quem nela vive e trabalha: relações de gênero na organização do trabalho familiar camponês.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1993. 280p. mimeo.

\_\_\_\_\_. **Relações de gênero na agricultura familiar: a produção frutícola no projeto irrigado de São Gonçalo - PB.** Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 282p.\_

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Ática, 1994. 153p.

DINIZ, Renato de Oliveira. **Memória Eletropaulo.** Departamento de Patrimônio Histórico, n. 23, São Paulo: Eletropaulo, 1997, 83p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 170p.

ENERGIA elétrica no Brasil: da 1ª lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército. 1977. 430p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1982.

ESTATIZAÇÃO x Privatização. **História e energia**. Departamento do Patrimônio Histórico, n. 7, São Paulo: Eletropaulo, 1997, 387p.

FRADE, Cásia. **Folclore**. 2. ed. São Paulo: Global, 1997. 69p. (Coleção para entender)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 687p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. A eletrificação no Brasil. **História e energia**. n. 2, Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo: Eletropaulo, 1986, 217p.

GÖRGEN, Frei Sérgio A. **O massacre da fazenda Santa Elmira**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. 147p.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. 224p.

JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida. Caderno Mais, p. 2, **Folha de São Paulo**, 22 abr. 2001.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 204p.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 146p.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, Stenio. **Campina Luzes e sombras**. Campina Grande, PB: Grafset, 1989. 164p.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUZ para todos. Editorial, Caderno 1, p. 2, **Folha de São Paulo**, 24 nov. 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização, estado nacional e espaço mundial**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 96p.

MARANHÃO, Ricardo. **Capital estrangeiro e estado na eletrificação brasileira: a light: 1947/1951**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1992. mimeo.

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.) **Política e imaginário nos meios de comunicação de massa no Brasil**. São Paulo: Summus, 1985.

\_\_\_\_\_. **Televisão a vida pelo vídeo**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990. 119p. (Coleção Polêmica)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCOVITCH, Jacques. Energia e sociedade, Tendências/Debates, Caderno 1, p.3, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2001.

MARTINS, José de Souza. **Florestan: sociologia e consciência social no Brasil**. São Paulo : Edusp, 1998. 235p.

MEGALE, Nilza B. **Folclore brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 156p.

MEMÓRIA da eletricidade. Notas sobre racionamento de energia elétrica no Brasil: 1940-1980. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 1999. 264p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1996. 269p.

OLIVEIRA, Paulo de Sales (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1998. 219p.

NOTAS SOBRE racionamento de energia elétrica no Brasil: 1940-1980. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1996. 264p.

PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do azeite de mamona à eletricidade: anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Rivaisa, 1994. 164p.

PASQUALI, Antonio. **Sociologia e comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. (Série Estudos Brasileiros)

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1995. 470p.

RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1994. 245p.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 144p.

SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. **Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais**. São Paulo: Vértice, 1988.

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. **Variações do folclore na Paraíba**. João Pessoa: Unigraf, 1990. 175p.

SOUZA, Maria Cecília Minayo; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999. 296p.

SPOSATI, Adailza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 186p.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. 270p.

TOURINHO, Rodolpho. Cidadania é luz, Tendências/Debates, Caderno 1. p. 3, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 2000,.

NORMAS para apresentação de documentos científicos: 2. Curitiba: Editora UFPR, 2000. 42p. (Sistema de Bibliotecas)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001. 224p.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

## APÊNDICE I

### CARDÁPIO

Cardápio da família que hospedou a pesquisadora nos dias em que ela esteve na residência:

09.08.2000 (quarta-feira)

ALMOÇO:

Feijão, arroz, carne de porco frita, carne de gado frita, ovo frito e suco artificial de morango.

JANTAR:

Angu de milho verde, milho verde assado, chá e café.

10.08.2000 (quinta-feira)

CAFÉ DA MANHÃ:

Chá, café e biscoito doce

ALMOÇO:

Feijão, arroz, carne de gado frita, ovo frito e suco artificial de morango.

JANTAR:

Batata doce com peixe seco frito.

11.08.2000 (sexta-feira)

CAFÉ DA MANHÃ:

Café, chá e biscoito doce.

ALMOÇO:

Feijão, arroz, macarrão, carne de sol frita, ovo frito, tomate, alface, cebola.

JANTAR:

Batata doce com peixe seco frito.

1º.09.2000 (sexta-feira)

ALMOÇO:

Feijão, arroz, carne de sol frita, ovo frito, alface, tomate, cebola.

JANTAR:

Batata doce com peixe seco frito, chá.

02.09.2000 (sábado)

CAFÉ DA MANHÃ:

Chá, café, biscoito doce.

ALMOÇO:

Feijão, arroz, carne de gado cozida, ovo frito.

JANTAR:

Canjica de milho verde.

03.09.2000 (domingo)

**CAFÉ DA MANHÃ:**

Chá, café, pão, queijo de coalho.

**ALMOÇO:**

Fava verde, arroz, macarrão, salada de tomate, alface e cebola, peixe fresco tilápia, comprado na feira de Serra Redonda e preparado pela pesquisadora, a pedido da dona da casa. Durante o almoço foi servido abacaxi.

**APÊNDICE II****QUESTIONÁRIO**

NOME:

IDADE:

DATA:

Nº:

01 – Há quanto tempo você vive nessa localidade?

02 – Qual a sua procedência?

03 – Qual a área que lhe coube, quando da desapropriação?

04– Que tipo de atividade você desenvolve?

- Agricultura?
- Nesse caso, o que você produz dá para sustentar sua família?
- Pecuária?
- Outra?
- 05 – Quanto você ganha com o seu trabalho?
- Mais de um salário mínimo?
- Menos de um salário mínimo?
- 06 – Quantas pessoas da sua família trabalham?
- 07 – Qual a base da alimentação da família?
- 08 – Onde vocês compram os mantimentos?

09 – As roupas da família são feitas em casa ou compradas prontas?

10 - Quando alguém fica doente, qual o procedimento?

11 – O que vocês fazem após o jantar?

12 – A que horas vocês dormem?

13 - E a que horas acordam?

14 - Como vocês se divertem?

- Dança?
- Jogos?
- Música?
- Futebol?

15 – Você e sua família têm alguma religião? Qual?

- Católica?
- Protestante?
- Outra?

16- Você pretende comprar que aparelhos quando chegar a energia? Geladeira?

- TV?

- Ferro?
- Outros?

17 – Há quanto tempo você tem aparelhos elétricos que funcionam a bateria?

18– Quando a energia chegar você pretende comprar equipamentos para facilitar seu trabalho com a terra?

- Quais?

19 –Com que recursos você pretende comprar esses equipamentos?

20 – Mesmo sem energia, há escolas funcionando à noite?

21 – Você sabe ler?

22 - Quantos filhos você tem?

23 - Quantos estudam?

24 - Qual o nível de escolaridade deles?

- Até a primeira série:
- Até a quarta série:
- Até a oitava série:
- Acima da oitava série?

25 - Onde eles estudam?

- Na comunidade?
- Em Massaranduba?
- Em outra localidade?